

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**O GRUPO PALMARES (1971-1978):  
UM MOVIMENTO NEGRO DE SUBVERSÃO  
E RESISTÊNCIA PELA CONSTRUÇÃO  
DE UM NOVO ESPAÇO SOCIAL E SIMBÓLICO**

Deivison Moacir Cezar de Campos

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de  
Pós-Graduação em História da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Charles Monteiro

Porto Alegre, agosto de 2006.

Deivison Moacir Cezar de Campos

**O GRUPO PALMARES (1971-1978):  
UM MOVIMENTO NEGRO DE SUBVERSÃO  
E RESISTÊNCIA PELA CONSTRUÇÃO  
DE UM NOVO ESPAÇO SOCIAL E SIMBÓLICO**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa  
de Pós-Graduação em História da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Charles Monteiro

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Charles Monteiro (Orientador)

---

Dr. Helder Gordim da Silveira (PPGH – PUCRS)

---

Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS)

Dedico essa dissertação à minha filha Renata,  
esposa Cláudia, mãe Ivone e a todos familiares.  
Aos ancestrais que já partiram, sem me deixar.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Ivone Cezar que, por seus atos e exemplos, me ensinou a amar. À Cláudia Renata, minha esposa, que me fez descobrir o amor e à Renata, minha filha, que me faz lembrar todos os dias como é bom amar. Também a ela por me mostrar o caminho esquecido ao “jardim do lúdico”, onde, com certeza, para ser, basta acreditar.

Acreditar é o motivo que me leva a agradecer meu orientador professor doutor Charles Monteiro. Aceitou o desafio de orientar minha pesquisa, sabendo que muitos dos referenciais viriam do “mundo negro”, que ainda encontra algumas restrições no mundo acadêmico.

Aos meus familiares, ex-vizinhos e amigos de infância que me mostraram o que é viver num território negro, apesar de muitos deles serem brancos. Memórias guardadas do que havia sobrado da Bacia do Mont’Serrat.

Agradeço especialmente aos eternos integrantes do Palmares, cujos exemplos de vida, revelados em suas entrevistas, emocionam e reforçam o desejo de Ser Negro. Por terem me recebido de braços abertos e disponibilizado tempo, memórias e documentos para minha pesquisa.

A Capes que me possibilitou, pela primeira vez, estudar sem ter que fazer sacrifício para pagar.

Aos milhões de negros que morreram na resistência à escravidão e aos que vivem oprimidos por um sistema mundial injusto em benefício de poucos.



## RESUMO

A pesquisa analisa a reorganização do movimento negro brasileiro após o golpe de 64, a partir de um estudo sobre Grupo Palmares de Porto Alegre, entre 1971 e 1978. O grupo foi responsável pela proposição do dia 20 de novembro, como alternativa as comemorações do 13 de maio. Palmares também foi um dos precursores do chamado movimento negro moderno, que se caracterizou pela construção de uma nova identidade negra, referenciada em aspectos locais e globais. Ao afirmar-se e organizar-se como grupo étnico, adotam uma postura e um discurso subversivo que coloca em cheque conceitos estruturantes da sociedade brasileira como *democracia racial*, *identidade e cultura nacional*. Além disso, questionaram o *status quo*, em função do lugar social relegado ao negro, e enfrentaram a ditadura ao organizarem-se como movimento contestador por melhores condições sociais e econômicas, e por mais espaço político.

**PALAVRAS CHAVE:** movimento negro, identidade, reafrikanização, resistência, ditadura.

## **Abstract**

The research analyzes the reorganization of the Brazilian blackman movement after the coup of 64, from a study about Porto Alegre's Grupo Palmares, between 1971 and 1978. The group was responsible for the November 20th proposal that would symbolize the black resistance as an alternative for the May 13th celebrations, which contained the idea of granted freedom. Palmares was also one of the precursors of the modern black movement, characterized by the construction of a new black identity, with local and global aspects. When affirming and organizing themselves as an ethnic group, they adopt a position and a subversive speech for placing in check structural concepts of the Brazilian society as racial democracy, identity and national culture. Moreover, they had questioned the status quo because of the social place relegated to the blackman and had faced the dictatorship when organizing itself as movement that contests for better social and economic conditions, and for more political space.

**Key words:** blackman movement, identity, reafrikanization, resistance, dictatorship

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 – DA PERIFERIA A PALMARES.....</b>	<b>26</b>
1.1 URBANIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE NEGRA .....	27
1.2 MUNDO NO CENTRO OU O CENTRO DO MUNDO.....	43
1.3 GRUPO PALMARES .....	54
<b>2 – SUBVERSÃO SOCIAL: RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÃO.....</b>	<b>66</b>
2.1 RECONHECIMENTO DA DIFERENÇA .....	67
2.2 OS LIMITES SOCIAIS DA “DEMOCRACIA” BRASILEIRA.....	81
<b>3 – SUBVERSÃO SIMBÓLICA: A REAFRICANIZAÇÃO DO BRASIL .....</b>	<b>98</b>
3.1 IMPRENSA COMO INSTÂNCIA DE LEGITIMAÇÃO .....	99
3.2 RESSIGNIFICAÇÃO DE PALMARES .....	109
<b>3.2.1 Construção de um novo discurso.....</b>	<b>116</b>
<b>3.2.2 Por uma nova identidade étnica.....</b>	<b>128</b>
3.3 TRADIÇÃO REINVENTADA .....	134
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>151</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO I – MAPAS .....</b>	<b>168</b>
<b>ANEXO II- DOCUMENTOS.....</b>	<b>177</b>
<b>ANEXO III – MANIFESTOS NA IMPRENSA.....</b>	<b>182</b>
<b>ANEXO IV – MINI-HISTÓRIA DO NEGRO BRASILEIRO .....</b>	<b>190</b>

## INTRODUÇÃO

A presença do negro na sociedade brasileira tem sido estudada principalmente por pesquisadores da questão nacional (SCHWARCZ, 1998, p.178) que buscam compreender a construção da cultura e da identidade do Brasil e, num segundo momento, dentro dos estudos sobre a constituição do povo brasileiro. As pesquisas, desta maneira, privilegiam temas relativos ao período escravista e a contribuição negra à nacionalidade brasileira. Temáticas contemporâneas, como as organizações do movimento social negro e suas propostas, têm sido deixadas em segundo plano, pelo fato dos grupos defenderem modificações importantes na organização da sociedade brasileira, principalmente as relações raciais. Por outro lado, o aumento de estudos realizados a partir desse enfoque seria o reconhecimento da existência de uma discriminação estrutural no país, contrariando o senso comum de vivermos numa *democracia racial*.

A presente pesquisa busca romper com as leituras hegemônicas, analisando a reorganização do chamado movimento negro moderno na década de 70, que se caracteriza pela afirmação de uma identidade negra como forma de negociar a integração na sociedade brasileira. Com isso, os negros buscam romper com sua condição de historicamente marginalizados, tendo passado da condição de escravos para a de excluídos. A adjetivação de moderno se deve ao fato de buscar negociar seu espaço a partir de outra perspectiva que não pelo branqueamento social, dominante em movimentos anteriores, como a Frente Negra e a União dos Homens de Cor, que seguiam uma “*ideologia nacionalista de integração e assimilação, [deixando] de fora*

*desta mobilização a defesa das formas culturais africanas”* (GUIMARÃES, 1999).

Nesta perspectiva, a ruptura proposta pelo Grupo Palmares se dá em relação aos movimentos políticos do passado no que tange a valorização da cultura negra. Processo, esse, iniciado ainda na década de 40 por grupos como o Teatro Experimental do Negro.

A importância deste estudo se deve ao fato de que a compreensão desse momento é fundamental para o entendimento da afirmação identitária e das ações e políticas estabelecidas pelo movimento negro nas últimas décadas do século XX e no projeto para o século XXI. Além de existirem poucas pesquisas sobre o movimento negro no período, o estudo se propõe inovador ao analisar o movimento como de resistência às estruturas impostas e não somente como contrário à conjuntura ditatorial. Essa característica o diferencia dos outros movimentos sociais que buscavam o fim da ditadura e mais espaço de representação. Outra diferença é sua ligação intrínseca com as culturas negras do resto do mundo, através da tradução de discursos e práticas, flexibilizando a idéia de nacional. Busca-se inovar também ao utilizar, como tema central, o caráter subversivo da organização, práticas e principalmente o discurso construído pelos negros organizados, contrapondo-os ao projeto das elites econômicas e políticas do período.

A análise tem como referência o Grupo Palmares, de Porto Alegre. Organizado por quatro jovens negros universitários em 1971, o grupo surge com a proposta de uma revisão da história do Brasil para desvelar a “tradição de resistência”, a fim de recuperar a auto-estima étnica e, com isso, tirar a maioria dos negros do imobilismo político e da acomodação social aos espaços concedidos por uma sociedade, segundo o grupo, desigual. Também busca compreender o surgimento deste grupo e do movimento como um todo em suas condições e influências locais e globais.

As ações do Palmares estruturaram-se a partir da proposta de substituir o 13 de maio pelo 20 de novembro como o principal dia de comemoração para os negros brasileiros. Simbolicamente, propunham romper com a idéia de liberdade concedida por uma concepção de liberdade conquistada, tendo em Palmares e em Zumbi seu referente. A proposta do grupo constitui-se como subversiva por colocar em cheque o *status quo*, ao questionar o lugar social relegado ao negro, e a ditadura, por ser um movimento social político e questionar os projetos militares de integração e consolidação da Cultura e a identidade nacional.

Os marcos temporais, estabelecidos, de 1971 a 1978, cobrem o período de construção, proposição e consolidação do 20 de novembro, como Dia do Negro, até a sua nacionalização, rebatizado como Dia da Consciência Negra, com a criação do Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial, depois simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU). Também esse é o período de existência do Grupo Palmares, criado em 05 de julho de 1971 e desarticulado oficialmente no dia 08 de agosto de 1978, quando os integrantes passam a militar nas fileiras do MNU, recém surgido.

Alguns conceitos foram norteadores desta pesquisa, a fim de dar sustentação teórica a pesquisa empírica. O conceito de *espaço social* é buscado na obra de Milton Santos (1996). Para o geógrafo, o espaço social constrói-se pelas relações sociais num determinado espaço geográfico. Relação com o espaço social também tem o conceito de *etnicidade* que, segundo Poutugnat e Streiff-Fenart (1998, p.83), constitui-se na crença de um determinado grupo numa origem comum, orientada por uma memória coletiva e não pela ciência histórica.

O conceito de *identidade* é referenciado, nesta pesquisa, nos estudos de Stuart Hall (2003a), para quem é um processo em permanente construção, estruturada

internamente a uma representação. Ligado a este conceito está o de *dupla consciência*. Seguindo Du Bois (GILROY, 2001, p.234;248), que propunha a existência de uma dualidade entre as influências do colonizador e as negras, Hall (1996, p.68) aponta as categorias de *ser uno* e *ser devir*, que estruturam as definições identitárias do negro fora da África, na *diáspora*. Esse último conceito, buscado em Paul Gilroy (2001, p.359), foi apropriado do uso judaico e refere-se aos negros fora do continente africano.

Nesta pesquisa, *ressignificação* foi pensada a partir do termo significado, usado na semiótica, como o que o signo representa. Resignificar, portanto, constitui-se numa nova representação. *Resistência* é utilizada como oposição a um determinado obstáculo real ou simbólico. Por último, *subversão* é entendida como enfrentamento no sentido de modificar uma situação pré-existente.

Os estudos sobre o negro são marcados inicialmente, no Brasil, pelas teorias evolucionistas<sup>1</sup>. Destaca-se neste período os estudos de pesquisadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, principalmente Nina Rodrigues (1861-1903), mas também autores como Sílvio Romero (1851-1914), Oliveira Viana (1883-1951), entre outros. A perspectiva persiste praticamente até a década de 40. Conforme Ianni:

Os intelectuais brasileiros, desde o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, pensaram os problemas raciais brasileiros na perspectiva de um darwinismo social e quase sempre, portanto, ressaltaram o 'trauma' da escravidão, sendo 'esse contexto científico e ideológico no qual se produziu a interpretação de caráter *sui generis* da escravatura e das relações entre negros e brancos no Brasil. (1988)

A temática estabeleceu-se como objeto de preocupação dos cientistas e do próprio Estado desde antes da abolição. Nas palavras de Sílvio Romero, no prefácio do

---

<sup>1</sup> Modelos deterministas (superioridade da raça ariana) e evolutivos (Darwinismo Social) de análise imperavam entre os pesquisadores brasileiros no fim do século XIX. Ver ABREU, 1999. O livro apresenta um excelente estudo sobre as teorias racistas européias e sua influência nos pensadores brasileiros.

livro *Africanos no Brasil* (1982), de Nina Rodrigues, “... o negro não é só uma máquina econômica; é antes de tudo, e malgrado a sua ignorância, um objeto de sciencia”.

Os estudos foram realizados a partir de duas perspectivas principais: reconhecer o caráter singular da miscigenação do povo brasileiro e buscar alternativas de futuro frente às conclusões pessimistas para um país miscigenado. A justificativa científica da superioridade branca sobre as outras raças teve como representantes principais o inglês Robert Knox (*Races of Men, 1850*) e o francês Arthur de Gobineau (*Essai sur l'inegalité des Races humaines, 1855*). O primeiro criou o mito racial saxão e o segundo, o mito ariano. Defendiam que as raças ocupavam posições diferentes dentro da natureza humana. Segundo Martiniano Silva,

Ambos os mitos tinham uma finalidade ideológica. Knox defendendo a expansão do imperialismo procurava provar que o homem saxão era democrata por natureza e, por isso, o futuro dominador da terra. Gobineau, por outro lado, não gostava da democracia e procurou provar que o seu surgimento e, conseqüentemente, o do imperialismo, era um sinal da morte iminente da ‘civilização’. (1987, p.29)

A preocupação surgiu, segundo Barracloug (1976), nas colônias das potências imperialistas. Enquanto a população branca da Europa mantinha índices decrescentes de natalidade, a população não branca no mundo apresentava altos índices de crescimento. Tal cenário se reproduzia no Brasil. Para Renato Ortiz,

Torna-se necessário, por isso, explicar o atraso brasileiro e apontar para um futuro próximo ou remoto, a possibilidade de o Brasil se constituir enquanto povo, isto é como nação. O dilema dos intelectuais desta época é compreender a defasagem entre a teoria e a realidade, o que se consubstancia na construção de uma identidade nacional. (1994, p.15)



O médico Nina Rodrigues é considerado um dos principais interlocutores das teorias evolucionistas entre os intelectuais brasileiros do início do século passado. Preocupado com a higiene social, partia da convicção da existência de um *‘critério científico da inferioridade da raça negra’*, uma inferioridade que nada mais seria do que *“um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade”* (1982, p.05). O autor vai além para afirmar que:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização [...] há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. [...] entregando o país aos mestiços, acabarão privando-o, por longo prazo pelo menos, da direção suprema da raça branca. (1982, p.07)

Além disso, o Darwinismo Social, tendo Spencer como inspirador das políticas da República Velha, via a questão da raça como primordial para o desenvolvimento. O Brasil estaria fadado ao sub-desenvolvimento, a menos que pudesse purificar-se em termos étnicos. Surge daí o conceito de *‘retorno à raça branca’* [teoria do branqueamento], a ser atingido através da seleção natural – o viés darwinista, pelas políticas de imigração e a, conseqüente, miscigenação. (AZEVEDO, 1987)

Nas primeiras décadas deste século, o branqueamento tornou-se proposta hegemônica para a solução do chamado *‘problema racial brasileiro’*. A teoria brasileira, no entanto, não articulava a degenerescência da raça à miscigenação, ou seja, os miscigenados ganhavam *status* de branco, desde que aparentassem o fenótipo. (Idem)

Para muitos intelectuais, a aceitação do mestiço no processo de branqueamento auxiliaria na integração nacional, impedindo problemas de ódio racial como nos EUA. Para Afrânio Peixoto, *“Em trezentos anos mais, seremos todos brancos: não sei que*

*será dos Estados Unidos com sua rígida separação de cores, se a intolerância saxônia deixar crescer, isolado, o núcleo compacto de seus 12 milhões de negros”* (1962, p.209). A mesma linha adota Sílvio Romero quando afirma que

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que útil as duas outras raças lhe podem fornecer, máxime a preta, com que tem cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. (Apud AZEVEDO, 1987, p.71)

O paradoxo existente entre o projeto de branqueamento da população e a sua viabilidade de aplicação é o grande dinamizador da busca para novas respostas sobre identidade nacional e sobre a presença do negro neste cenário, deslocando o eixo de análise da questão racial. A partir da década de 20, principalmente, vários estudos apontam para outros determinantes para nossa situação econômica. Como diz Ângela Gomes,

Nos anos 20, inclusive, tornara-se razoavelmente corrente a negação do fator étnico como ‘causa’ dos problemas nacionais, mas, ainda que se reconhecesse nosso mal na falta de saúde e de educação do país, o horizonte do ‘branqueamento’ não fora inteiramente perdido. (1996, p.193)

Ainda na década de 20, Oliveira Viana elaborou uma análise da sociedade brasileira centrada no patriarcalismo e na questão racial, avaliando a quantidade de pessoas que ascenderam às classes dominantes em cada um dos grupos raciais que formam o Brasil. Concluiu ser o número de brancos a maioria absoluta na classe dominante da sociedade, ficando assim demonstrada sua superioridade. As outras raças

apenas teriam oportunidade de ascensão social através da miscigenação com o branco. (VIANA, 1956) Essa análise manteve o branqueamento como alternativa de civilização para o Brasil. Segundo Vianna,

Essas duas raças inferiores só se fazem agente de civilização, isto é, somente concorrem com elementos eugênicos para a formação das classes superiores, quando perdem a sua pureza e se cruzam com o branco: [...] Da plebe mestiça, em toda a nossa história, ao norte e ao sul, tem saído, com efeito, poderosas individualidades, de capacidade ascensional incoercível, com uma ação decisiva no nosso movimento civilizador. (1956, p.35)

Oliveira Viana assimila a visão negativa do mestiço, admitindo, no entanto, a distinção entre o mestiço com predominância ariana, passível de integrar-se à elite civilizadora, e o mestiço com caracteres de cor. Embora admita que na miscigenação esteja ‘a gênese e a formação da própria nacionalidade’, identifica-o com as camadas mais baixas da população, por operar uma “*desorganização sensível da moralidade de seus elementos componentes.*” (1965, p.130)

O projeto implementado no Estado Novo, que tem em Oliveira Viana um dos seus principais ideólogos, não inventa algo novo. Apenas acelera um processo que já estava em curso de identificar a mestiçagem com a idéia de democracia racial. A proposta constitui-se numa “*resposta acabada*” ao problema da síntese da nacionalidade. Para Ângela Gomes (1996, p.194), “*Estava, assim, na história do Brasil a chave para compreender a dinâmica de tal processo, que ‘explicava’ nossa própria identidade nacional e desafiava as teorias fantasiosas das raças puras, dos climas frios e dos conflitos de classe.*”

A categoria de mestiço já era discutida pelos autores com viés racial em busca da identidade nacional. Os românticos, do início do século XIX, buscavam a

identidade brasileira na relação entre brancos e índios. A nova situação histórica, provocada pelas modificações econômicas [escravismo para capitalismo] e políticas [monarquia para república], possibilitaram a consolidação do mito das três raças. Segundo Ortiz (1994, p.38), *“Como nas sociedades primitivas, ele é um mito cosmológico, e conta a origem do moderno Estado brasileiro, ponto de partida de toda uma cosmogonia que antecede a própria realidade”*.

As obras de Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala* (2001) e *Sobrados e Mocambos* (2000), são representativas deste novo momento dos estudos sobre o negro na sociedade brasileira. Para Veloso e Madeira (1999), a produção de Freyre deve ser compreendida dentro do movimento modernista, da ruptura provocada pela revolução de 30 e da influência do Culturalismo, do antropólogo Franz Boas, de quem Freyre foi orientando.

O modernismo brasileiro pregava, entre outras coisas, segundo as autoras, que seria necessário buscar no passado cultural a construção de um projeto de cultura novo. Tal premissa foi reforçada pela Revolução de 30, a partir da qual tornou-se idéia central a necessidade de se construir a nação, fragmentada até então pela política regionalista. Os estudos de Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. enquadram-se na proposta de analisar o passado colonial para elaborar um novo projeto de nação para o futuro. Cada autor parte de uma diferente perspectiva. Segundo Freyre, *“é como se tudo dependesse de mim e dos da minha geração, na nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto, como o da miscigenação.”* (apud VELOSO; MADEIRA, 1999, p.158)

No prefácio da terceira edição de *Casa Grande e Senzala*, de 1938, Freyre afirma que seu livro se propõe a ser de *“reconstituição e de interpretação de aspectos mais íntimos do passado nacional e ao mesmo tempo de sondagem de antecedentes de raça e*

*principalmente de cultura da sociedade brasileira de formação mais profundamente agrária-patriarcal.*” (apud MOTA, 1980, p58) A idéia de mestiçagem positiva e de que esta teria transformado o Brasil numa democracia racial estruturam a obra. A proposta cumpriu o papel de inserir teoricamente o negro e o mestiço na interpretação da formação histórica da sociedade brasileira, mas estruturou a concepção de nação sem preconceitos raciais. Renato Ortiz (1994, p.41) avalia que “*A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambigüidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e tornar-se senso comum, (...). O que era mestiço torna-se nacional.*”

Ao mesmo tempo em que se apresenta revolucionário quanto ao método e o enfoque das pesquisas, destacando a importância da influência negra na cultura brasileira, o trabalho de Freyre constrói a imagem da escravidão suave e do bom senhor, o que, segundo Queiroz (1998, p.104/105), revela “*ter sido influenciado pelo pensamento conservador do século XIX, cuja substância seria a apologia do passado e a conseqüente defesa do status quo*”. Por outro lado, os conceitos elaborados pelo autor serviram ao interesse do estado de construir uma identidade nacional e de afirmar a ‘democracia’ do Estado Novo. Segundo Gomes,

o que se procurava fixar era um dos traços característicos de nossa ‘cultura tropical’, da ‘alma do nosso povo’. Ele recebia, entre outros, o nome de ‘sentimento de igualdade das raças’, exprimindo-se [...] nas trocas sexuais e sociais presentes em séculos de nossa história. (1996, p.190)

Os estudos desenvolvidos pelo folclorista e historiador Édison Carneiro (1966 e 1981) vão de encontro à proposta de Freyre, produzindo um novo paradigma nos estudos sobre a cultura negra. Carneiro introduz o conceito de “pureza africana”,

concluindo que as manifestações negras são formas de preservação da identidade opostas às aproximações e a assimilação pela cultura européia.

Mesmo recebendo oposição intelectual, as idéias de Freyre se institucionalizaram e foram assimiladas pelo senso comum. A divulgação das idéias no exterior, principalmente a de democracia racial, por intelectuais brasileiros, como Artur Ramos, e estrangeiros, como Frank Tannembaun, Stanley Elkins e principalmente Donaldo Pierson, construiu a imagem do Brasil como “*um paraíso das raças*”. (SCHWARCZ, 1998, p.201)

O término da Segunda Guerra Mundial representou o fim do projeto arianista, intensificando as lutas pela descolonização da África e, ao mesmo tempo, pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Seguindo proposta de Artur Ramos, representante brasileiro na ONU neste período, defendida por Luiz Aguiar Costa Pinto, após a morte de Ramos, a entidade iniciou estudos para identificar o modelo de integração não violenta do negro implementada no país<sup>2</sup>. Segundo Schwarcz, “*o modelo poderia servir de inspiração para outras nações, cujas relações eram menos democráticas*” (Idem).

O fim do Estado Novo, a onda desenvolvimentista e o período reformista acabaram por radicalizar as posições também dos intelectuais. Veloso e Madeira (1999, p.183) apontam que o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. inaugura um novo momento de interpretação do país, utilizando-se do “*método dialético na perspectiva materialista desenvolvida por Karl Marx, utilizando, de forma não dogmática, os conceitos marxistas*” (Idem)

Seguindo a trilha iniciada por Caio Prado, desenvolvem-se os estudos encomendados pela ONU na década de 50. Se os estudos culturalistas de Édison Carneiro contrariam a validade das afirmações de mestiçagem positiva e pacífica, desta

---

2 Ver MAIO, 1997.

vez o questionamento recairá sobre a idéia de democracia racial. Os estudos sobre raça, coordenados por Florestan Fernandes e Roger Bastide, criam um novo panorama nos estudos sobre o negro (1955). Ao contrário da proposta de encontrar o modelo de integração pacífica, identificaram a marginalização do negro na sociedade brasileira após a abolição.

Conforme Florestan Fernandes, a idéia de que o padrão brasileiro de relações entre negros e brancos se adequaria aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano engendrou “*um dos grandes mitos do nosso tempo, o da democracia racial brasileira.*” (1995.p.23) Diz também que tal formulação foi germinada por muito tempo, através das teses da escravidão suave e cristã. Para Fernandes, tal formulação atenderia a dois interesses:

isentar as elites [...] de culpas objetivas pelo desfecho melancólico dos processos abolicionistas e republicano” [e, por outro lado,] “...a orientação alternativa [...] de organizar e fomentar o caminho de integração racial democrática, colida com os objetivos diretos e conscientes da política de expansão econômica ... (1995.p.26)

Estruturados a partir do conceito de luta de classe e outras categorias marxistas, os estudos foram contextualizados nas pesquisas sobre a periferização do país frente ao sistema mundial, que se reconfigurava após o término do conflito mundial. A questão da desigualdade é central nos estudos realizados pela chamada Escola Paulista. Nela, a escravidão passa a ser vista como “*pedra basilar no processo de acumulação do capital, instituída para sustentar dois grandes ícones do capitalismo comercial: mercado e lucro*” (SCHWARCZ, 1998.p.106). A violência é apontada como estruturadora das relações escravistas.

Os estudos concluem que no Brasil quanto mais o indivíduo se aproxima da cor branca, mais oportunidade terá socialmente; uma noção de *preconceito de marca* (fenótipo) diferenciado do *preconceito de origem* (genótipo). Conforme Lílian Schwarcz, “*em vez de democracia, surgiram indícios de discriminação; em lugar de harmonia, o preconceito*” (1998, p.202). A autora identificou uma forma particular de racismo na qual se continua discriminando apesar de considerar a atitude ultrajante.

Ainda na década de 50, surgem pesquisas que reconhecem os avanços conquistados pelos estudos patrocinados pela ONU, mas contrapõem em alguns pontos a visão e metodologia aplicada. Clóvis Moura (1983) critica, principalmente, o abandono pelos intelectuais em torno de Florestan da noção de cultura, privilegiando a noção de classes.

Não podemos ver com isso, como certos marxistas de cátedra, o problema do negro brasileiro como simples problema de classe, embora esteja embutido nele e dele faça parte integral. É simplificar – dentro de categorias muito gerais – um problema bastante mais complexo. Partindo esses cientistas sociais da idéia de um proletariado abstrato, de acordo com o existente na Europa Ocidental no meio do século XIX, são incapazes de um mínimo de imaginação sociológica ao tratarem do problema do negro. (1983.p.29)

Lílian Schwarcz também avalia que, nos estudos da Escola Paulista, o tema racial foi circunscrito a “*uma questão de classe*”. Segundo a autora, abandonando a cultura “*o tema racial parecia subsumida a uma questão maior, ou seja, a luta entre classes sociais*” (1998, p.209). Por este viés, seria por meio da modernização e democratização do estado que a questão racial, entre outras, seria solucionada e não por meio do enfrentamento de suas especificidades.

A linha de pensamento adota por Clóvis Moura relaciona-se diretamente com a influência teórica de Franz Fanon, depois de seu envolvimento com os movimentos



nacionalistas africanos, e com intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros<sup>3</sup>. As idéias do ISEB estão no centro da criação do Movimento de Cultura Popular no Recife, o CPC da Une, o Teatro de Arena e o Opinião, o cinema Novo entre outros manifestos, que seriam exemplos de cultura desalienada. Trabalhavam a questão cultural com viés mais sociológico, privilegiando conceitos como “*transplantação cultural, cultura alienada*” e defendendo que cultura “*significa um vir a ser*”. (ORTIZ, 1994, p.45).

Os estudos do ISEB foram realizados dentro do processo de abertura, com o final do Estado Novo, e em meio aos projetos desenvolvimentistas do governo JK, apesar de não ter ligação orgânica com seu governo. Segundo Renato Ortiz, enquanto defendiam um ideário nacionalista, o governo se caracteriza “*por uma internacionalização da economia brasileira*” (1994, p.47). A radicalização acontece, principalmente, a partir do governo Jango e as propostas de reformas de base, desembocando num período de repressão política e ideológica, inaugurado pelo golpe de 64.

Nas Ciências Sociais, no entanto, os estudos da Escola Paulista conquistam a hegemonia, pela continuidade dos trabalhos mesmo após o final de repasse de recursos pela ONU. Do período, também é o importante estudo *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes (1978). O pesquisador avança, segundo Mota (1980, p.183), em suas pesquisas de fundo marxistas, dialogando com autores não marxistas como Weber e Manhein com os quais teria elaborado os conceitos fundamentais desta obra, aproximando-se desta maneira das propostas dos intelectuais do ISEB.

---

3 Ver o exercício de aproximação das abordagens de Fanon, quanto à problemática racial, e dos intelectuais do ISEB, quanto à questão nacional, em ORTIZ, 1994, p.50. O autor cita como referência teórica dos pensadores os estudos de Hegel, o jovem Marx, Sartre e Balandier.

Após o golpe militar, conforme Veloso e Madeira (1999.p.185), a introdução de uma política de pós-graduação, precedida pelo afastamento e aposentadoria de inúmeros pesquisadores, provoca uma pulverização das pesquisas. Os anos 70 ainda são marcados por estudos no qual a noção de luta de classe predomina. Por outro lado, os governos militares propõem o desenvolvimento de um projeto cultural brasileiro, cercado-se dos intelectuais disponíveis. Segundo Ortiz (1994, p.91), *“recrutados junto aos Institutos Históricos e Geográficos e Academias de Letras, esses intelectuais conservadores e representantes de uma ordem passada irão se ocupar da tarefa de traçar as diretrizes de um plano cultural para o país.”*

A consequência é uma modificação no panorama a partir da década de 80, quando acontece o que Suely Queiros (1998, p.108), citando Gorender, denomina de neopatriarcalismo, na qual os autores repensam *“o conceito de violência do sistema, admitindo a existência de espaço para o escravo negociar um cotidiano mais brando”*. São citados estudos de Kátia Mattoso, Sílvia Lara entre outros. O livro *Ser escravo no Brasil*, de Mattoso, seria o referencial para as obras surgidas com esse caráter. Para Gorender,

cabe saber se a escravidão benemerente, paternal, legalista, com negociações pacíficas, acordo sistêmico e paz social entre classes antagônicas não é uma ideologia reacionária travestida de historiografia mordeníssima do ponto de vista metodológico. (1990, p.43).

Os pesquisadores neopatriarcalistas têm trabalhado com aspectos da escravidão buscando comprovar a *“amenidade do sistema”* (QUEIROS, 1998,p.111). A família escrava tem sido um dos aspectos mais pesquisados. Para Queirós (Idem), os estudos

sofrieriam influências das obras de Thompson e Genovese, que, para o autor, não teriam aplicabilidade ao cativo do Brasil.

Paralelamente à produção neopatriarcalista, prosseguiram os estudos tendo como ponto de partida a produção da Escola Paulista e do ISEB, mais precisamente a leitura crítica realizada por Clóvis Moura, na qual parte-se da visão de resistência negra ao escravismo violento. Se para a geração de Fernandes (1978) a desigualdade racial é produto do passado escravista e da sociedade de classes, para esses pesquisadores explica-se também pela discriminação racial vivida diariamente pelos negros.

Ligados a estes estudos estão pesquisadores, como Joel Rufino dos Santos, Sueli Carneiro, Hédio Silva Jr. e Helio Santos, entre outros, ligados aos movimentos negros surgidos depois da década de 70. Neste momento, há uma retomada dos estudos de Clóvis Moura, principalmente, do livro *Rebeliões da Senzala*, que não havia ganhado projeção quando de seu lançamento em 1959. Também conceitos do autor, principalmente o de resistência, são retomados.

A partir da década de 90, também são identificados estudos sobre a questão da identidade na pós-modernidade. Muitas abordagens sobre a questão do negro deslocam-se da visão de construção da idéia de nação, considerando que o conceito encontra-se esvaziado nestes mesmos estudos. Não diminuem, no entanto, no campo da historiografia, a dicotomia entre os neopatriarcalistas e os revisionistas.

A partir dessa revisão bibliográfica, pode-se definir que o problema central desta pesquisa é discutir o papel do Grupo Palmares no processo de reelaboração de uma identidade étnica negra no Brasil nos anos 70, a partir da ressignificação da memória do movimento de Palmares e da tradução de práticas e discursos oriundos da diáspora negra.

A pesquisa utilizou-se de fontes orais e documentos escritos para sua realização, sendo que o uso dos depoimentos é privilegiado em função da proximidade temporal e da inexistência de outros registros históricos. Segundo Ferreira, a história oral *“privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado”* (Idem). Seguindo a classificação de José Carlos Sebe Bom Meihy (1998), os depoimentos foram obtidos através da abordagem história oral de vida e a oral temática.

Foram realizadas entrevistas com três dos iniciadores do grupo, sendo que o quarto, Vilmar Nunes, não foi localizado apesar de procurado em Porto Alegre, Alvorada e Pelotas, segundo indicações. Também foram ouvidas duas outras integrantes do Grupo Palmares, dando voz à perspectiva feminina do grupo. Também foram entrevistados outros integrantes do movimento negro, que não participaram do Palmares e o jornalista Alexandre Garcia, que auxiliou, com suas matérias, na nacionalização das propostas.

Os documentos foram trabalhados através da análise de conteúdo. Optou-se por ler o texto em seu sentido manifesto e latente, a partir do tratamento qualitativo (BARDIN, 1977). Os principais documentos utilizados foram o estatuto do grupo, a licença da Polícia Federal para o primeiro ato evocativo, matérias de jornais, os manifestos do grupo e os dois livretos sobre história do negro do Brasil, editados pelo Palmares. Os principais documentos trabalhados estão em anexo.

Com o resultado do trabalho com as fontes e de pesquisa bibliográfica sobre o período, a pesquisa divide-se em três capítulos:

- O primeiro capítulo **DA PERIFERIA À PALMARES** centra-se no surgimento e trajetória do grupo, principalmente as ações realizadas para marcar o 20

de novembro entre 1971 e 1978. Discute também a influência do processo de urbanização na convergência dos negros para o centro de Porto Alegre, onde ocorrem as discussões sobre a situação do negro e a necessidade de ação.

- **SUBVERSÃO SOCIAL: RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÃO**, segundo capítulo, busca contextualizar o Grupo Palmares em seu tempo. Aborda as propostas e iniciativas do grupo em sua resistência ao lugar social estabelecido na estrutura sócio-econômica brasileira e à ditadura instalada no país.

- O último capítulo **SUBVERSÃO SIMBÓLICA: A REAFRICANIZAÇÃO DO BRASIL** aborda a elaboração discursiva do grupo, com suas influências locais e as vindas do exterior, contrapondo-as aos discursos hegemônicos. Também se analisa a consequência desse discurso nas representações do chamado “*mundo negro*” e na construção de uma identidade étnica. Ainda é abordado o papel da imprensa como legitimadora do grupo e de seu discurso.

## **1 - DA PERIFERIA A PALMARES**

A organização do movimento social negro em Porto Alegre, na década de 70, insere-se dentro das condições e características de organização social de seu tempo. Ao mesmo tempo, está ligada ao processo de urbanização na cidade. A compreensão da construção de novos elementos simbólicos de negociação espacial pelos negros na capital gaúcha passa, portanto, pela reflexão sobre a estreita ligação entre os processos geográficos de territorialização e territorialidade.

As políticas de urbanização, implementadas em Porto Alegre, a partir da década de 40, influenciaram diretamente na reorganização do movimento negro, que havia sido desarticulado com o golpe de 1964. As comunidades acabaram deslocadas para áreas ainda mais distantes. Em seu fluxo para o trabalho e lazer, tendo o Centro como referência do transporte coletivo, os negros acabaram por criar grupos de interação neste espaço de convergência.

Ao mesmo tempo em que provocou a pulverização das antigas comunidades em regiões mais periféricas e a desagregação de suas populações, o processo de urbanização criou demandas de identificação para os negros, que antes eram atendidas espacialmente. Os referenciais de lugar não mais existiam, restava a referenciação simbólica.

Na conjunção desses elementos simbólicos com a busca por soluções as várias demandas sócio-econômicas vivenciadas pela população negra, um grupo de jovens universitários organiza o Grupo Palmares. A entidade surge com a proposta de construir um novo caminho para o atendimento dessas necessidades sem, com isso, ter que abrir mão de sua condição étnica.

O grupo baseia sua ação na proposta de rever a história brasileira para, com isso, demonstrar aos negros o passado de resistência às diferentes realidades opressoras. Na visão do grupo, o contexto de opressão se mantinha intocado. Enquanto isso, a maioria dos negros havia se acomodado à marginalização imposta pela estrutura social.

O caminho apresentado pelo grupo para a socialização plena do negro nessa sociedade é a retomada de uma tradição de resistência, simbolizada na história revista pelo Quilombo dos Palmares. A idéia de movimento permeia este capítulo, considerando-se a questão espacial [da periferia ao centro], temporal [atualização de um passado idealizado] e também política [da acomodação à ação].

## 1.1 URBANIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE NEGRA

A partir da década de 40, com o incremento das políticas desenvolvimentistas iniciadas nos anos 50 e, posteriormente, as políticas habitacionais do período militar, os territórios negros tradicionais<sup>4</sup> de Porto Alegre, situados nas antigas periferias da cidade, são alvo de interesses imobiliários provocando um processo de desterritorialização

---

4 Denomino território negro tradicional as comunidades constituídas no período pós-abolição e que construíram, em função da marginalização social imposta pela sociedade, dinâmicas e processos próprios de socialização e de identificação simbólica.

negra. As comunidades, em sua maioria, são transferidas para áreas mais distantes do centro, num processo de reterritorialização, com a perda dos referenciais simbólicos e mesmo sociais das antigas comunidades. Ao mesmo tempo acontece a criação de um território transicional<sup>5</sup> no centro de Porto Alegre, que se torna um ponto de encontro dos negros que agora se deslocam para áreas mais periféricas e mesmo cidades próximas a capital e reúnem-se no trajeto entre o trabalho e a casa.

A Geografia têm discutido a questão do espaço social há muito tempo, diferenciando-o do espaço geográfico. Segundo Milton Santos (1996, p.50), o “*espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá*”. A definição de Santos denota a complexidade constituinte do conceito. A intervenção das relações sociais nesse espaço geográfico acaba por construir uma de suas dimensões que é o espaço social, onde se dá, como refere Henri Lefebvre (1991, p.102), “*a materialização da existência humana*”.

A intencionalidade das relações sociais provoca a fragmentação do espaço social, estabelecendo uma representação e por isso uma relação de poder. Quando ocorre a hegemonia de uma leitura do espaço concreto ou imaterial, tem-se o território; que corresponde a um espaço social ou geográfico específico. Em seu livro *Por uma geografia do poder*, Claude Raffestin (1993, p. 60) define o território como “*espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos*”. Diz ainda que é um sistema de ações e objetos, aproximando-se desta maneira de Milton Santos.

Partindo desta concepção de espaço fracionado por uma intencionalidade, Ilka Boaventura Leire (1996) afirma que “*o território negro integra o corpus de*

---

5 O território transicional constitui-se aqui num espaço social de trânsito no qual as pessoas se relacionam de maneira fluída por não constituírem uma comunidade permanente. Vem de algum lugar em direção a outro.



*representações partilhadas pelo grupo, geralmente associado a um lugar, a uma experiência*". Defende também que o território constitui-se por uma experiência que constrói subjetividade numa trajetória temporal que perfaz a história do grupo.

Os territórios negros tradicionais de Porto Alegre foram constituídos ainda no século XIX em regiões que correspondiam à periferia de Porto Alegre. Segundo Sandra Pesavento (1995, p.84), a territorialidade negra ganha força com a abolição, formando *"um cinturão de cor em torno da cidade branca que se aburguesava lentamente"*. Destaca-se a formação da Colônia Africana, na porção nordeste da cidade, e o Areal da Baronesa, ao sul. Também podem ser referenciadas regiões como Partenon, Glória e Maria da Conceição, em tempos mais recentes.

O Areal da Baronesa foi loteado a partir de 1879, não tendo recebido nenhuma melhoria em termos de infra-estrutura. Com terrenos baixos, a área sofria com os alagamentos provocados pelo riacho Dilúvio. Inicialmente identificado como Arraial da Baronesa, trocou o nome em função da presença de areia na região (PESAVENTO, 1999). Junto ao Areal, identifica-se também como territórios negros a Ilhota e a região da rua da Margem, atual João Alfredo.

Os mapas históricos de Porto Alegre demonstram que o Areal da Baronesa esteve intocado até pelo menos a metade da década de 50. No mapa de 1954<sup>6</sup>, a avenida Ipiranga permanece inacabada. Apesar de sua extensão estar projetada, encerra fisicamente na avenida Azenha. A avenida Borges de Medeiros, neste período, estende-se somente até a João Alfredo.

O território negro do Areal da Baronesa compreendia a região da rua Baronesa do Gravataí até a avenida 13 de Maio [atual Getúlio Vargas] e, no sentido norte-sul, da

---

6 Organizado pela Diretoria de Cadastro e Patrimônio da Prefeitura Municipal. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho.

rua 28 de Maio [continuação da Ipiranga antes das obras de assoreamento do arroio] até a José de Alencar. Nas áreas próximas ao Dilúvio há grandes áreas em branco, sem ruas definidas, constituindo-se num prolongamento do território negro. Nesta área, localizava-se principalmente a Ilhota, que ficava isolada pelo arroio, tendo como único acesso a Travessa Batista. Segundo Pesavento (1999),

[...] além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão. Fotos antigas nos mostram ‘casebres’ amontoados, sem alinhamento, num labirinto de pequenas ruas e ‘becos’, dos quais o mais temido, onde a polícia não se aventurava a entrar, era o ‘Buraco Quente’, no coração da ‘Ilhota’, cujo nome explicitava a periculosidade do local. A Ilhota era também sede e antro de desordens, com ‘botecos, bordéis e espeluncas’, e tornou-se célebre pelos batuques, palavra sulina para designar os candomblés ou candombes dos pretos. Sempre associada com as práticas e sociabilidades religiosas e festivas dos negros que a habitavam, a ‘Ilhota’ também era sede de um animado e popularíssimo carnaval.

A falta de ocupação regular deve-se aos freqüentes alagamentos, em função do transbordo do Dilúvio, que ainda não havia sido totalmente canalizado. Apesar disso, no mapa oficial de 1945<sup>7</sup> já está colocado o projeto de urbanização da Ilhota com seu aterramento. Também está previsto neste mapa a delimitação definitiva e a pavimentação das ruas do Areal. Constituía-se com estes dois bairros o cinturão pobre e, em sua maioria negra, da região sul da capital.

A Colônia Africana, situada no terceiro distrito, prolongava-se para o norte a partir da estrada do Meio, atual avenida Protásio Alves, e do Campo da Várzea. A região ficava nos fundos de propriedades nas quais os ex-escravos buscavam empregos. Neste espaço geográfico, configura-se outro referencial território negro da capital gaúcha. A região foi reconhecida oficialmente em 1896 como Arrabalde da Colônia

---

7 Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho.

Africana. Conforme Pesavento (1999), “*embora a Colônia Africana contasse também com becos, casas modestas e fosse uma área também deficiente nos serviços urbanos, sua forma de construção típica era a maloca*”.

Através dos mapas<sup>8</sup> da década de 30 até a de 60, é possível observar que a Colônia Africana estendia-se da região onde hoje fica o bairro Rio Branco até o Higienópolis. Ao se acompanhar a presença e o desaparecimento da Colônia Africana através desses mapas, constata-se que a concentração principal do território negro desloca-se desde a Estrada do Meio, em 1932, até o bairro Higienópolis, 1945, que recebeu este nome em função do projeto de higienização da área. Encerrando seu deslocamento onde hoje se localiza o bairro Três Figueiras.

No mapa de 32, a região entre a rua Silva Jardim e Pedro Chaves Barcellos, no sentido oeste-leste, e da Pedro Ivo até a Anita Garibaldi, no sentido norte-sul, apesar de as ruas estarem projetadas, não existe concretamente. Na planta de 1945, as ruas já foram abertas, mas ainda não urbanizadas. Já a região das Três Figueiras permanece toda em projeto. Tal movimento de sul para norte conta um pouco da história territorial e imobiliária da capital gaúcha. Demonstra também a resistência do território negro em desaparecer.

Consideradas regiões perigosas, o Areal e a Colônia foram mantidos no isolamento pelo poder público durante décadas. A partir da década de 10 do século passado, no entanto, foram realizados investimentos governamentais em nome da higienização pública. Segundo Eduardo Kersting (1998), por trás desta atitude existiam interesses imobiliários de ocupação dessas áreas da cidade para modernizá-las, com o

---

<sup>8</sup> Planta da Cidade de Porto Alegre 1932, 1935, 1945, 1954. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho. Ver Anexo I.

processo de branqueamento da população, simultaneamente à abertura de ruas e de construções em padrões arquitetônicos não populares.

O autor refere que parte da Colônia Africana começa a receber iluminação elétrica em 1911, algumas ruas são asfaltadas em 1912 e, neste momento, prevê-se também a construção de uma rede de esgotos. Ocupada por colonos judeus, à parte mais ao sul da Colônia Africana, junto a Estrada do Meio, transforma-se no bairro Rio Branco. Já os negros deslocam-se para áreas mais periféricas e ainda desabitadas, como o bairro Mont'Serrat, destino primeiro dos exilados da Colônia Africana. Pelo outro lado da colina, em 1916, é construída a igreja Nossa Senhora Auxiliadora, com o objetivo de promover o branqueamento religioso da região. A pressão vinda dos dois lados da colina faz com que o núcleo negro desloque-se na direção norte, como já referido, chegando ao bairro Três Figueiras.

Configurados os territórios negros, torna-se necessário uma reflexão sobre o conceito de territorialidade, que se constitui num processo geográfico mantenedor do território; sendo os processos geográficos movimentos provocados pelas relações sociais no espaço. Devemos também pensar a afirmação a partir do que diz Ilka Leite (1996) quando refere que o *“território negro integra o corpus de representações partilhadas pelo grupo, geralmente associado a um lugar, a uma experiência”*.

Os territórios negros originais, do ponto de vista do espaço geográfico, possuem características similares. As comunidades, isoladas em áreas originalmente periféricas e não atendidas pelo poder público, criam maneiras específicas de se relacionar com esse espaço. As relações entre as pessoas também constroem representações aceitas pelo coletivo e que acabam tornando-se hegemônicas e criadoras de pertencimento e identidade. Nestas comunidades, constroem-se os chamados sujeitos sociológicos. Indivíduos que se formam, segundo Hall (2003a, p.11), citando a sociologia

interacionista, a partir da relação com outras pessoas importantes para ele. A identidade se constrói a partir de valores, sentidos e símbolos pertencentes ao mundo que este sujeito habita. Nesta perspectiva, *“A identidade [...] preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o público. [...] costura o sujeito à estrutura.”* (Ibidem, p.11-12).

Os territórios negros tradicionais criaram dinâmicas internas próprias, considerando a invisibilidade frente ao poder público. Ainda na década de 40, foram criados clubes de ajuda mútua, como a União dos Homens de Cor, em 1943, e clubes sociais. Pode-se falar sobre o Predileto e o Clarão da Lua, no Mont’Serrat, o Floresta Aurora, Marcílio Dias, Nós os Democratas e vários outros, na região do Areal da Baronesa.

A União dos Homens de Cor é um exemplo de entidade de ajuda mútua. Fundada em Porto Alegre em 1943, estruturou-se em mais de 10 estados em apenas cinco anos. O grupo organizou-se como movimento negro no processo de redemocratização na década de 40, quando surgem outras entidades como Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento. Lutavam contra a discriminação racial e buscavam formas de ascensão social, através da educação e da assistência social. Em seu estatuto, a União dos Homens de cor afirma seguir um sonho. A entidade *“É contra essa injustiça social que o sonho dos negros, pardos e brancos da ‘União dos Homens de Côr’ está colocado. Não é um sonho separatista – é unitarista, solidarista, cristão social”* (SILVA, 2003, p.224).

Os clubes sociais também se configuravam como espaços de resistência. Os clubes negros mais tradicionais eram o Floresta Aurora (1870), que havia sido criado antes mesmo da abolição, e o Satélite Prontidão (1902). Ofereciam atividades sociais e festas para os negros, que eram proibidos de frequentar os clubes ditos tradicionais da

cidade. Os clubes estruturaram-se principalmente para e pela realização de bailes e dos blocos carnavalescos. Nas décadas de 50 e 60, ocorreram algumas experiências na área cultural, principalmente em teatro, mas na década de 70, aderiram ao movimento *soul*, realizando os chamados bailes *black*.

Mesmo o Náutico Marcílio Dias (1949), que surgiu com pretensões esportivas, a realizou apenas nos primeiros anos de existência. O clube teve dificuldade em conseguir registro na Federação Aquática do RS, por ser um clube exclusivamente de negros. Mesmo assim recebeu cinco barcos das outras entidades para iniciar suas atividades. Os barcos eram velhos, mas navegaram até um temporal em 1958, quando foram destruídos. O clube ainda tentou o basquete, que teve relativo sucesso na década de 60, mas os principais jogadores acabavam contratados por outras agremiações. O Marcílio dias acabou dedicando-se também aos bailes e ao carnaval. (TIÇÃO, 1978, p.18)

A segregação dos negros em outros clubes fica clara no relato de Ilmo Silva (entrevista em 14/09/2005) sobre um dos muitos carnavais que participou no Marcílio, que ficava na avenida Praia de Belas, que ainda era praia do Guaíba, na quadra onde hoje se localiza o Hospital Mãe de Deus. Conta que ficou combinado antecipadamente uma visita do bloco do Marcílio ao Clube Náutico Gaúcho, próximo algumas quadras. Na noite de carnaval, deslocaram seu grupo, tocando, etc, até a frente do Gaúcho, onde foram recebidos por uma equipe de seguranças. Reproduz o diálogo:

- Não pode entrar!
  - Mas como? Fomos convidados.
  - Não pode entrar porque isso não é baile de negro
- E não deixaram. Eu era meio esquentadinho e queria fazer uma baderna. Aí o presidente do Marcílio, o Luiz acalmou. Foi a segunda vez que fui vítima de racismo. (SILVA, entrevista em 14/09/2005)

As agremiações carnavalescas também são instâncias de integração coletiva e de construção simbólica. Embaixadores do Ritmo, da Colônia, Fidalgos e Aristocratas, no Mont´Serrat, que se mantém em atividade até hoje. No Areal, as escolas de samba Ideal e Céu Azul e, ainda as tribos carnavalescas Guaianases e Caetés, além de vários outros blocos. As agremiações deixaram de existir juntamente com o território. Somente a Guaianases permanece em atividade, mas em outro lugar, mostrando a desarticulação desse espaço como território negro.

Até a década de 30, o carnaval de rua era ligado as camadas médias e altas da sociedade. O carnaval popular surge nos territórios negros, destacando-se inicialmente o do Areal da Baronesa. A escolha de um Rei Momo negro, Seu Lelé, é bastante representativo no processo por afirmar uma identidade própria para o carnaval negro. O Rei Momo foi recebido pelos blocos, no primeiro ano, junto a Ponte de Pedra, vindo de caiaque. Na sua chegada, foram tocados clarins e houve uma queima de fogos. O desfile começou na João Alfredo, indo até a Barão do Gravataí. Em seu discurso de abertura, o rei Momo refere que havia vindo da Etiópia para abrir os festejos carnavalescos do Areal, um território negro da cidade.

Povo, povo do meu reinado, é com grande satisfação, não medindo esforço, nem energia para vir lá da minha Etiópia para abrir o carnaval aqui no Brasil [...]. (PORTO ALEGRE, 1992, p.08)

A escolha de um rei Momo não oficial constituiu-se numa novidade na comunidade negra, assim como a cerimônia e principalmente o discurso do Rei Momo que fazem referência direta a africanização da festa e a busca de uma identidade para o carnaval e para a comunidade, em última análise. Tendência que se mantém até hoje.

A religiosidade africana também se destaca nestas regiões como fator de integração e de construção de elementos simbólicos comuns. A religião de matriz africana, cultuada no RS, denomina-se Batuque, Nação ou Pará. Estrutura-se em nações, referência direta a territórios africanos. Esta referenciação já é de certa maneira construtora de identidade, pois o adepto de um das nações filia-se a um sistema de crenças e rituais específicos. Cada templo, casa de religião, organiza-se de maneira independente, mas num sistema de familiaridade. Constituem-se assim pais e mães-de-santo, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, avôs, e assim por diante. São as famílias de santo, que possuem códigos e símbolos em comum.

Num texto de 1944, Nerskovits conta que as casas de culto ficavam na própria residência do pai ou mãe-de-santo, geralmente pequena e característica de bairro operário. Segundo sua descrição, configuram-se em pequenas construções de madeira, cujas paredes vão até o telhado. Os altares ocupam uma sala pequena e a principal é dedicada ao culto. Refere, também, a organização familiar da religião. *“Alguns desses centros existem há muito tempo e têm tradições de três ou quatro gerações. Tanto é assim que os dirigentes de culto dizem os nomes dos que os precederam e treinaram”* (CARNEIRO, 1967, p.368). O importante é reforçar que esta familiaridade não se dá por laços de sangue e sim por questões simbólicas e, portanto, identitárias.

Waldemar de Moura Lima, o Pernambuco, chegou em 1948, ao RS. Ligou-se ao movimento do que denomina Cultura Popular, manifestações públicas da comunidade negra, principalmente o carnaval. Transitou por estes espaços negros de Porto Alegre e recorda dos territórios como a *“área do pessoal”*.



Quando cheguei, em 48, fui morar na Duque [de Caxias]. A força do tambor me chamava. Moleque fugia de casa e ia para o Areal da baronesa. Fugia e dava um jeito de me envolver. Era o grande espaço. Tínhamos a Bacia. Lá eu jogava futebol com o pessoal do Mont´Serrat. Tinha outro espaço forte, próximo ao pronto Socorro, a Santana. Ali surgiu Bambas, Praiana. Era essa a área do pessoal. A negrada na época era alfaiate, trabalhos braçais, porteiros, área de serviço em geral. As duas sociedades Floresta e Prontidão eram dirigidas pela mesma família, dois irmãos. Também o Marcílio. Cada irmão dirigia uma entidade e brigavam. (entrevista ao autor em 21/03/2006).

Portanto, a negociação com a cidade se dá de maneira independente em termos de organização comunitária e simbólica. Nestas regiões, formou-se uma rede de comércio e de prestação de serviços, realizados pelos próprios moradores, que muitas vezes ofereciam esses mesmos serviços para as outras áreas da cidade.

A etnicidade surge, neste cenário, como uma identidade construída socialmente dentro desta realidade de compartilhamento simbólico e comunitário. Conforme Poutugnat e Streiff-Fenart (1998, p.5), a identidade étnica diferencia-se de outras identidades coletivas pelo fato de estar orientada para o passado. Este passado, no entanto, *“não é o da ciência histórica; é aquele em que se representa a memória coletiva. É uma história mítica, ou pelo menos legendária, na qual determinados soberanos [...] tornam-se símbolos destas ‘significações imaginárias sociais’[...]*” (Idem). Tais grupos étnicos formam-se e aparecem *“quando indivíduos compartilham um sentimento de pertença comum, uma crença em uma mesma origem e dispõem de organizações unificadoras”* (Ibidem, p.83), no que se enquadram os territórios tradicionais.

Dependente das relações sociais e de sua intencionalidade, os territórios são construídos e destruídos pelo movimento provocado pelas relações no espaço. A modificação nas relações entre o poder público e os territórios negros acabou por provocar um processo geográfico de desterritorialização. O processo de urbanização das

então periferias da capital, onde se localizavam os territórios negros, desencadeado no início do século XX, mas incrementado a partir da década de 60, influi diretamente sobre os territórios negros tradicionais.

No segundo distrito, o aterramento de parte do Rio Guaíba, a construção da primeira Perimetral e a mudança do leito do Dilúvio descaracterizou espacialmente o bairro e, ao mesmo tempo, valorizou o espaço geográfico do ponto de vista imobiliário. As obras acabaram com a Ilhota e urbanizaram o Areal. O mesmo ocorre com os moradores da Bacia do Mont'Serrat e remanescentes da Colônia Africana, que são empurrados para locais mais periféricos pela especulação imobiliária.

Nos anos 60 e 70, sob o patrocínio do BNH, construiu-se em larga escala nas periferias urbanas distantes. A estratégia, conforme Douglas Aguiar (2003), teve início depois do golpe militar de 1964 quando a intervenção do Estado na produção do espaço urbano assume características de projeto nacional. Os antigos moradores dos territórios negros são então desterritorializados e deslocados, em sua grande maioria, para novas regiões como a Vila Nova Restinga, no extremo sul de Porto Alegre, e para conjuntos habitacionais construídos na zona norte da capital, além de cidades próximas como Viamão e Alvorada.

No entanto, ao contrário do que pressupunha a teoria assimilacionista<sup>9</sup>, as comunidades tradicionais acabaram por desenvolver o que Schneider (apud POUTUGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.70) classificou como “*dessocialização dos grupos étnicos*”, que se constitui na transformação desses em grupos culturais

---

9 A teoria assimilacionista encara a sociedade como um conjunto de grupos em competição pela defesa dos próprios interesses, pelo que as diferenças culturais funcionam como um motor da desestabilização social. Segundo Barbosa (2002, p.14), a cultura *hegemônica* “*passa, pois, da posição de dominante para aquela de ser a única cultura possível. Ao se atribuir uma centralidade, ela avança para ler-se como exclusividade, negando finalmente o direito à existência de outras culturas.*”

simbólicos, estruturados a partir de marcas de identidade esvaziadas, neste caso, a territorialidade.

É precisamente quando as minorias deixam de viver em colônias e se acham diretamente confrontadas com os outros grupos que suas especificidades culturais tornam-se fonte de mobilização coletiva e que se desenvolve o que Gans denominou de etnicidade simbólica. (Ibidem, p.71)

A etnicidade simbólica se tornaria referencial para os ativistas do movimento negro na década de 70, mesmo que se refiram a territórios diversos. A questão está dentro das características de seu tempo, pois esse período marca a revalorização das identidades, a partir da concepção de que todos pertencem a uma etnia. Tal proposição corresponde a *“um poderoso movimento ideológico que faz da etnicidade uma dimensão essencial e universal da identidade humana”* (Ibidem, p.75). Com isso, a etnicidade configura-se numa categoria geral das relações sociais e não mais característica de um grupo minoritário, definido somente por suas especificidade culturais.

Os fundadores e integrantes do Grupo Palmares deixam bem marcada esta referência em suas entrevistas. Antonio Carlos Cortes (entrevista em 31/05/2005) afirma que nasceu em 26 de dezembro de 1948 e *“morava nesta época na Vila Bom Jesus, que fazia parte da Vila Jardim, modernamente chamada de Bonja”*. Também Oliveira Silveira (entrevista em 23/08/2005.), quando conta que vivia na comunidade da família. *“Era uma comunidade remanescente de quilombo. Desse tipo, né?! Familiar.[...] Nós convivemos com a família negra, ali, sempre. [...] Isso aí, sem dúvida, ficou sendo um substrato. Na época, não era consciente, mas eu gostava muito do lado negro da família”*. Helena Vitória dos Santos Machado (entrevista em

15/09/2005) relembra que “*com a entrada em colégios públicos por volta de 1955 e a mudança de casa para uma região de classe pobre, as relações começam a ficar mais complexas, com o preconceito racial aparecendo*”.

O depoimento de Ilmo Silva é o mais explícito quanto a essa referência do território enquanto criador de referências e identidade. Silva conta que sua

[...] consciência de ser negro começou quando eu nasci em 1944, mesmo sem eu querer. Nasci num bairro, uma zona, como se chamava antigamente, que era uma zona de negros. [...] Bairro Petrópolis. Ali era uma zona de negros. [...] uma periferia de Porto Alegre. [...] A região era denominada de Colônia Africana. [...] Os negros não estavam espalhados em Porto Alegre. Estavam concentrados. (SILVA, entrevista em 14/09/2005)

As teorias da etnicidade (POUTUGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.123) afirmam que o “*Nós constrói-se em oposição ao Eles*”. Esta questão se tornaria central nos movimentos sociais que se estruturam em bases identitárias a partir da década de 70 em que a diferença é o ponto referencial, seja o movimento negro, o feminista, o sexual, etc. Reforça-se aqui a idéia de que a etnicidade não se manifesta em condições de isolamento, mas na interação característica da urbanização. Para Enid Skildkrout, “*Logo não é a diferença cultural que está na origem da etnicidade, mas a comunicação cultural que permite estabelecer fronteiras entre os grupos por meio de símbolos simultaneamente compreensíveis pelos insiders e pelos outsiders.*” (POUTUGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.124).

Em função da marginalização dos territórios negros tradicionais, provocada pela falta de políticas do poder público e pela estrutura social discriminatória, ficaram amenizados os problemas apontados pelas teorias da etnicidade, que são o de identificação (nós/eles), das fronteiras dessa dicotomia, da fixação dos símbolos identitários de origem comum e o realce dos traços étnicos na interação social. Ao

saírem de seus espaços tradicionais para um diálogo diferenciado com a cidade, as fronteiras são estabelecidas. Transportam para esse novo espaço as dinâmicas sociais e simbólicas dos territórios negros que serviam de referencia para a construção da identidade dos habitantes destes territórios.

A construção de entidades voltadas para os negros, como os já referidos clubes de ajuda mútua e sociais, demonstra que a questão ‘nós versus eles’ está presente na organização do território dos negros que não eram aceitos em sociedades tradicionais, muitas delas voltadas a integrantes de outras etnias, ou mesmo da elite econômica constituída praticamente por brancos. Ao mesmo tempo, essas organizações, juntamente com os limites territoriais, constroem fronteiras físicas para a configuração étnica; assim como servem de referenciais de origem.

Por outro lado, a questão da etnicidade constitui-se numa resposta ao racismo e à exclusão social, o que também se constitui numa característica dos territórios negros, reforçada após sua desterritorialização, considerando que as comunidades passam a se relacionar de maneira mais direta com a cidade. Sua emergência e mesmo o desaparecimento estariam, então, condicionados as políticas sociais de integração e distribuição de serviços para estas comunidades (POUTUGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.138).

Apesar da reterritorialização em novos espaços, perdem-se os elementos comunitários e, ainda, as formas de organização dos antigos territórios. O constante deslocamento das populações agora residentes em locais mais distantes do centro da cidade gerou uma demanda por um espaço de sociabilidade negra. Tem-se, neste momento, a construção de um território negro transicional na rua dos Andradas, onde são preservados elementos simbólicos e representativos.

O movimento de desterritorialização e reterritorialização, provocado pela transferência dos territórios negros tradicionais, retoma o movimento espacial da chegada dos negros nas Américas e mais especificamente no Rio Grande do Sul, para onde vinham transportados de outros lugares do Brasil. Como uma reprodução em menor escala do processo desencadeado pela escravização, o negro perde seus referenciais de espaço, tendo que adaptar sua rede de significações e representações em outro território que não o local em que foram construídos.

A partir disso, é possível afirmar que o processo de urbanização de Porto Alegre provocou uma transformação dos territórios negros constituídos de espaciais para simbólicos. A transferência dessas comunidades para locais ainda mais periféricos ocasionou, entre outras coisas, o surgimento de territórios transicionais, sobretudo a rua dos Andradas. Tal processo foi determinante para organização da comunidade negra, a partir da década de 70, e a conseqüente construção de novos elementos simbólicos de negociação espacial, a partir das representações elaboradas nos territórios tradicionais.

Neste espaço, entraram as idéias que mobilizavam os negros da *diáspora*. Desencadeadas pelas lutas da descolonização Africana, ouvia-se sobre a luta pelos direitos civis nos EUA, o eco do movimento afro-franco-caribenho da Negritude e o movimento da Nova Esquerda na Europa. A valorização dos negros na África e na diáspora estimulou processos culturais de reafricanização do Brasil de maneira mais sistematizada, considerando que nos antigos territórios negros algumas referências eram feitas a essa ancestralidade africana diretamente, como no caso da religião, ou indiretamente, através de referências discursivas, como a do Rei Momo negro. Também foi neste território transicional que surgiu a motivação nacional para a ressignificação da identidade negra, construída a partir de então: o comunitarismo do quilombo dos

Palmares, através do 20 de Novembro, substituindo a idéia de liberdade concedida, do 13 de Maio.

## 1.2 MUNDO NO CENTRO OU O CENTRO DO MUNDO

Com a perda dos referenciais territoriais e comunitários, o centro passa a ser uma alternativa de espaço sociabilidade pública a partir do final da década de 60, tornando-se um ponto de convergência e encontro dos negros oriundos dos mais diversos lugares da cidade. Estrutura-se, dessa maneira, um novo território negro de característica transicional. Não mais uma comunidade constituída em sua totalidade, mas determinada pelas características dos diferentes grupos sociais que integram pontos específicos de encontro num raio de 300 metros a partir da esquina da rua dos Andradas com a avenida Borges de Medeiros.

Passarela elegante da *urbs*, desde o século XIX, a Rua dos Andradas tornou-se espaço referencial dos negros ainda na década de 60 com o abandono progressivo da área pelos segmentos sociais que integravam as classes dominantes e que até então exerciam hegemonia neste espaço. A importância deste espaço para comunidade negra está presente nos depoimentos colhidos junto aos integrantes do Palmares. Ilmo da Silva (entrevista em 14/09/2005) conta que “*A Andradas eu não perdia. (...) Ali nos encontrávamos todos dias depois das 18h. (...) Era ponto de encontro. Ali na Borges com a Andradas a gente tinha costume de falar: - não vai no escritório hoje? Ali era nosso escritório.*” Também é referência na fala de Antônio Carlos Côrtes, (entrevista em 31/05/2005) “*tinha o cinema Vitória, Guarani, Cacique, Continente, Carlos Gomes*

*que eram os cinemas mais no centro. (...) Então diversos irmãos negros iam assistir aos diversos filmes e quando saiam se encontravam todos ali para falar de futebol, de namorada e de negritude que já era forte na época.” Encontramos a Andradas como referência também no depoimento de Oliveira Silveira (entrevista em 04/12/2004) “havia muitos pontos na Rua da Praia, onde negros se encontravam, se reuniam. Então formavam alguns grupinhos para conversas”.*

Waldemar Moura de Lima também se lembra do espaço constituído na Andradas a partir da década de 60. Refere-se a ele como um ponto de encontro.

O centro era interessante. Tínhamos *points*. Rua da Praia, onde hoje é a esquina Democrática era o principal. O pessoal saía do trabalho e se encontrava ali. Muitos trabalhavam em bancos, em lojas. Também o pessoal das escolas de samba, como ainda hoje acontece. Começou ali em frente ao Guaspari [rua Sete de Setembro com avenida Borges de Medeiros], onde era a Rádio Gaúcha. Depois passou para Riachuelo, onde ficava a Casa Touro. Centro... sexta-feira. Durante a semana, ficávamos até 19h, 20h. Foi acabando. É proposital. Eles têm medo de que comecemos a nos aglomerar e pensar juntos. Apostam na nossa divisão. Isso é histórico. Dividir para manter a hegemonia. (LIMA, entrevista em 21/03/2006)

Entre os grupos que se reuniam no Centro, no final dos anos 60 e início dos 70, um acabaria contribuindo de maneira decisiva para o surgimento do chamado Movimento Negro Moderno e na construção de uma nova postura identitária. Reunidos em frente à loja Masson, jovens negros universitários conversavam sobre futebol, namoradas e a situação do negro na sociedade porto-alegrense. A questão central de discussão, fomentada por Jorge Antônio dos Santos, o Jorge do Xangô, passou a ser a postura frente ao 13 de maio. Ferrenho crítico das comemorações realizadas neste dia, ele vinha de uma experiência no grupo de teatro da Sociedade Floresta Aurora. Entre outras peças, havia integrado o elenco de uma adaptação de Orfeu da Conceição, apresentada no final da década de 60 no teatro São Pedro.



A contestação ao 13 de maio acabou sendo adotada por integrantes de um dos grupos de jovens que se reuniam na Andradas e que propuseram buscar uma alternativa para esse dia. Era o ano de 1971. Quatro dos jovens que participavam do grupo da Masson, na Andradas, decidiram sistematizar as discussões. Oliveira Silveira, professor de Letras, Antônio Carlos Cortes, estudante de Direito, Ilmo da Silva, estudante de Economia, e Vilmar Nunes, estudante de Administração e funcionário do Ministério da Agricultura, passaram então a pesquisar uma alternativa ao 13. Curiosamente, o principal instigador da discussão Antonio do Xangô não participou em nenhum momento do grupo. Preferiu manter-se independente em suas críticas e ações.

Os relatos de vida dos fundadores do grupo Palmares deixam claro que as motivações para a *tomada de consciência* foram várias e estavam diretamente ligadas a suas experiências e vivências. No entanto, suas diferentes realidades os haviam levado a propor uma ação unificada para subverter a ordem naturalizada das relações raciais na sociedade porto-alegrense que, em menor escala e talvez maior proporção, reproduziam as relações da sociedade brasileira.

Oliveira Silveira chegou em Porto Alegre em 1959. Nasceu em Rosário do Sul, em 1941, filho de um uruguaio branco e uma negra rosariense. Viveu sua infância numa comunidade negra familiar, formada nas terras do avô materno, ex-capataz de estância. Conviviam com os hábitos e as músicas e negras. Tem essa influência “*como substrato*”, por na época não ter ainda consciência da influência do ambiente em seu modo de ver o mundo e de por ele ser visto.

Apesar de não ter o entendimento à época, recorda que na cidade existia um clube exclusivo para negros, que não podiam freqüentar outros locais. Sua família não freqüentava o clube. Tal recordação, no entanto, demonstra a existência de separação racial no município, discriminação. Também se sentia diferenciado em outros

ambientes, mas não estava consciente da existência de racismo, protegido pelo seu núcleo familiar.

Ainda na infância teve os primeiros contatos com política. Seu pai era trabalhista, ligado ao antigo PTB. Conta que durante as eleições, percorria o pampa acompanhando candidatos. A política estudantil também entrou em sua vida ainda em Rosário, quando participou do grêmio estudantil da escola em que concluiu o primário e cursou o ginásio. Experiência que se repetiu já em Porto Alegre, no Colégio Júlio de Castilhos, onde cursou o Clássico. Época da Legalidade e de intenso engajamento.

Também é da época do Julinho seu contato com a questão negra. Através da professora de Literatura e poetisa Nara de Lemos, teve acesso ao livro *Reflexões sobre o Racismo* (SARTRE, 1965), de Sartre. A parte relativa à causa negra, originalmente era o prefácio a *Antologia da nova poesia negra e malgaxe de língua francesa*, de Leophold Senghor, um dos líderes do movimento Negritude<sup>10</sup> e depois presidente do Senegal. Além da impressão deixada pelo texto de Sartre, teve contato com autores negros africanos e da diáspora.

É do mesmo período, sua participação na Juventude Católica. Ali realizou uma apresentação sobre a África. A pesquisa lhe colocou em contato com as lutas pela independência e o pan-africanismo. O livro *África, Colonos e Cúmplices* (PORTELLA, 1961) foi sua grande referência deste momento.

Apesar de estar já algum tempo na capital, não mantinha contato com a comunidade negra. Já na Ufrgs prosseguiu envolvido com política estudantil, que

---

10 Movimento Negritude iniciou na década de 30 na França com a fundação da revista “L’Etudiant Noir”, liderada pelo senegalês Léopold Sedar Senghor e o franco-caribenho Aimée Césaire, juntamente com Damas, Sainville e Maugée. Inicialmente se propôs como uma revolução na linguagem e na literatura que permitiria reverter o sentido pejorativo da palavra negro, para dela tirar um sentido positivo. Constituiu-se, no entanto, num movimento pan-africanista político de afirmação dos valores negros, buscando recuperar a identidade e o orgulho de ser negro, a partir da tomada de consciência da situação de dominação, espoliação e discriminação vivida pelos negros na África e na diáspora. Ver BERND, 1984 e 1986; MUNANGA, 1988.

considera decisiva para seu posicionamento e conscientização. Continuou lendo autores referenciados na obra de Sartre, muitos em francês. Também teve contato com autores negros brasileiros como Solano Trindade, Cruz e Souza. A aproximação das questões do Brasil, trouxe a decisão de procurar a comunidade negra porto-alegrense.

Tentou primeiro formar um grupo junto a sede do Floresta Aurora que não passou de duas reuniões. Pensava num grupo de estudos universitários. “*Nada muito definido, mas com intenção de ter caráter cultural*”, relembra. Depois desta tentativa, continuou realizando contatos e conhecendo outras pessoas. Tal aproximação levou-o ao grupo da Andradas, uma roda de amigos e conversas em frente à loja Masson. Antônio Carlos Corte foi quem o apresentou. Lembra que nesse momento, início da década de 70, convivia intensamente com os negros.

Outro dos fundadores do Palmares, Antônio Carlos Cortes, conheceu em casa o peso do preconceito racial. Seu pai Egídio Ribeiro Cortes possuía instrução, falava inglês e era datilógrafo. Mesmo com a formação, foi mantido como contínuo do Departamento de Loteria do Estado. Vêm também de seu pai os ensinamentos sobre o orgulho negro e a necessidade de estudar para vencer as barreiras impostas pela sociedade. Alertava-o para as diferenças sociais entre negros e brancos através de manchetes de jornais que noticiavam, por exemplo, a prisão de três batedores de carteira, sendo um negro, sem identificar a etnia cor da pele dos outros presos; ou por sua revolta contra músicas populares como *Mulata Assanhada*, de Ataulfo Alves, cujo refrão dizia ... *a meu deus que bom seria / se voltasse a escravidão / eu comprava essa mulata / e prendia no meu coração*.

Cortes nasceu em 48, quando sua família morava na Vila Bom Jesus. De lá, foram morar no Menino Deus, onde seu pai comprou uma casa e depois no Centro, no prédio da Loteria Estadual. Lembra que foi trabalhar muito cedo, aos oito anos de idade,

vendendo frutas e verduras. Outra recordação marcante da infância é a de que ele e seus dois irmãos mais novos foram estudar no Colégio Nossa Senhora das Dores. Como os pais só conseguiram duas bolsas, chegavam mais cedo ao colégio para varrerem as salas do primário. Pagavam com trabalho a terceira matrícula.

Fez um supletivo para concluir o antigo 1º grau e poder trabalhar para auxiliar a família, indo depois fazer um curso técnico em Contabilidade, na Escola Técnica de Comércio do Sindicato dos Comerciários. Abandonou no terceiro ano depois que teve um desentendimento com um professor, que deixou claro que o rodaria. Completou também o 2º grau no supletivo. Depois disso, passou nos vestibulares da Unisinos e da Ufrgs, onde cursou Direito.

No início da década de 70, estava ingressando na universidade. Lembra da lição do professor de Direito do Trabalho sobre a lei Áurea. Composta por apenas dois artigos, abolia a escravidão e revogava disposições contrárias, sem justificativas ou medidas a serem adotadas para absorção social da imensa massa escrava. Sua militância havia iniciado ainda na década de 60 através do teatro, junto com Jorge do Xangô. O grupo de teatro era dirigido por Airton Marques e, na encenação de Orfeu Negro, contava com 32 atores. Para esta peça, foram reunidos artistas amadores ligados ao Floresta Aurora e ao Clube Marcílio Dias.

Sua chegada na Andradadas ocorreu naturalmente. Lembra que os jovens negros se cumprimentavam quando passavam pelas ruas, mesmo que não se conhecessem. Morava na Andradadas e freqüentava os cinemas da região. Depois das sessões, ficavam por ali conversando. Recorda de alguns nomes que por ali transitavam, como os jornalistas Roberto Rodrigues e Sílvio Almeida, o Luis Paulo Assis dos Santos, inspetor da Caixa Estadual, o Dionei Alves Ribeiro, petroleiro, o Luiz Carlos Barcelos, o Ilmo

Silva, da CEEE, o Vilmar Nunes, do Ministério da Agricultura, o professor Oliveira Silveira e o Jorge do Xangô, segundo Cortes, o mais inquieto de todos.

Ilmo Silva nasceu, em 1944, na periferia de Porto Alegre. Morava com a família no bairro Petrópolis, uma zona de negros. Morava na rua João Guimarães. Lembra ter convivido com sua avó paterna, que havia nascido em 1897 e lhe contava muitas histórias sobre os Campos do Bonfim e a Colônia Africana. Além dos pais, morava com uma tia-avó Cochinha, que havia criado sua mãe. Conta que nesta época, os negros não estavam espalhados pela cidade. Concentravam-se naquela região e na periferia da Cidade Baixa. Dessa época, recorda também que do lado sul do Arroio Dilúvio havia uma comunidade de ‘polacos’.

Nascido num território negro, diz ter tido envolvimento com a questão negra desde pequeno, apesar de ter conhecido a discriminação apenas quando adulto. Estudou o primeiro ano em uma escola particular na rua Felipe de Oliveira e depois foi transferido para o Colégio Rio Branco. Sua família havia mudado então pra a rua Jaraguá, também no Petrópolis, mas próximo ao bairro Rio Branco, a Colônia Africana. Lembra que fazia o trajeto a pé.

Seus pais conseguiram então que fosse matriculado no Ginásio Santo Antônio do Partenon, uma escola particular. Nessa escola, cursou o restante do primário e parte do ginásial. Era o único estudante negro de toda escola, mas diz nunca ter sofrido nenhum tipo de diferenciação ou discriminação neste ambiente. Tendo mudado para Glória, cursou o último ano do ginásial no Colégio Assunção. Parou de estudar por não saber que existia outro curso a seguir. Para seus pais, quase analfabetos, sua formação estava excelente; para ele, também.

Foi trabalhar e conheceu um colega formado em Contabilidade. Descobriu que poderia também continuar estudando, o que fez. Trabalhava nessa época na Pepsi.

Concluído o curso de contabilidade fez vestibular na Unisinos para Economia. Nesta época, trabalhava na CEEE e começou um envolvimento maior com os clubes negros da capital. Primeiro o Floresta Aurora, onde costumava dançar e freqüentava desde criança com seus pais. Desfilava também nos blocos da sociedade, os *Cancioneiros do Luar* e, depois, os *Ferdinandos*. Os jovens que freqüentavam o clube começaram a discutir a situação da sociedade e a possibilidade de transformá-la num grande clube e, paralelamente, à questão social dos negros. Foi onde conheceu Cortes. Numa das reuniões, sugeriu a fusão do Floresta Aurora com o Satélite Prontidão, clubes presididos por dois irmãos da família Lucena. A idéia foi mal recebida e acabou não acolhida. Transferiu-se para o clube Marcílio Dias, que ficava na avenida Praia de Belas, no qual integrou a diretoria. Com a saída do ‘Lúcio’ da presidência, o clube foi sendo abandonado aos poucos e fechou.

Já nesta época, era um freqüentador habitual da Andradas. Conta que ali era um verdadeiro ponto de encontro depois das 18h e que os jovens negros costumavam marcar encontro no escritório. A rua era o escritório. Foi ali, através do Cortes e de outros conhecidos dos clubes que chegou ao grupo da Masson, o qual originaria o Grupo Palmares.

O caminho de Oliveira Silveira para a tomada de consciência foi construído pelos livros e pelo estudo. Ficou emocionado ao pesquisar as guerras de independência da África para apresentar ao grupo de jovens que freqüentava na igreja. O passo definitivo, no entanto, foi dado através do texto de Sartre e dos poetas e escritores africanos de colonização francesa. O movimento da Negritude de Seghnor e Cesáire foi seu trampolim para a ação.

Antônio Carlos Cortes demonstra que sua consciência surgiu de suas experiências pessoais, principalmente no ambiente escolar, e também pela influência de

seu pai. Soube desde cedo que teria que se sobressair em suas ações para que pudesse concorrer de maneira igual, numa sociedade que trata o negro como desigual. Sua relação com jovens negros e a experiência no teatro reforçam que sua consciência nasceu através de suas relações pessoais e sociais.

A trajetória de Ilmo Silveira possui outra característica. Nascido num dos territórios negros tradicionais, relacionava-se com a cidade e o novo espaço, o Centro, a partir de referenciais identitários criados naqueles territórios que já não mais existiam. Também foi atuante nos clubes negros, desde menino. Os clubes como já referido constituíam-se em outro território de resistência e de identificação para a comunidade negra. Pode-se afirmar com isso que Ilmo Silva, apesar de universitário, como os outros componentes, trouxe a fala dos territórios negros tradicionais para o Palmares.

Decididos a buscar alternativas ao 13 de maio, Oliveira Silveira, Antônio Carlos Cortes, Ilmo Silva e Vilmar Nunes realizam algumas discussões na Andradas sobre a falta de outros referenciais para o negro na História oficial. A partir dessa constatação, decidiram pesquisar datas que pudessem ser representativas para o povo negro. Uma revista da coleção *Grandes Personagens da História*, da Editora Abril, abordando a figura de Zumbi dos Palmares, chamou atenção do grupo. Seria esse um referencial forte por tratar-se de um personagem libertário e não libertado. Ao mesmo tempo, a história de resistência de Palmares era reconhecida, ainda não oficialmente, como um marco da presença negra no Brasil. As pesquisas foram ampliadas através dos livros *Quilombo dos Palmares* (1947), de Edson Carneiro, e *Guerra nos Palmares* (1938), de Ernesto Ennes. Segundo Oliveira Silveira, por não ter a data de nascimento de Zumbi ou do início da formação do quilombo dos Palmares e por analogia a construção mítica de Tiradentes a data proposta foi a de morte de Zumbi, registrada em diversos documentos.

Com a definição de uma data alternativa, o grupo foi formalizado, como preferem alguns dos fundadores, ou estruturado, como preferem outros, em julho de 1971. O nome do quilombo foi aprovado pelos quatro integrantes. Constituía-se, dessa maneira, o Grupo Palmares, cuja proposta inicial seria rever a história do Brasil em busca de novos referenciais negros. Já na primeira reunião ficou definido um cronograma para o ano. Seriam realizadas homenagens a Luiz Gama<sup>11</sup>, em 24 de agosto, e para José do patrocínio, em 09 de outubro, preparando ao ato evocativo de 20 de novembro, que naquele ano caiu no sábado.

A homenagem a Luís Gama gerou adesões ao grupo, que ainda ensaiava seus primeiros passos. A publicação de pequena matéria no Jornal da Tarde (21/08/71, s/p.), chamando para o ato levou algumas pessoas a participarem da atividade. Anita Leocádia Prestes Abade e Nara Helena Medeiros Soares integraram-se ao grupo logo depois. Ilmo Silva decidiu sair por não concordar com o que chama de “*processo de radicalização de posição*” de alguns integrantes.

Depois da primeira evocação ao 20 de Novembro, realizada no clube Marcílio Dias, integra-se ao grupo a estudante de Arquitetura Helena Vitória dos Santos Machado. Depois de Oliveira Silveira, foi quem por mais tempo militou no Palmares. Conta que o ingresso no grupo representou o aflorar de sua consciência étnica. Lembra que a orientação central era a de discutir a importância da participação do negro na História do Brasil, através de encontros culturais, conferências e exposições. Além de buscar preencher a falta de informações da comunidade negra, pretendiam um novo posicionamento étnico frente à sociedade, inscrevendo a etnia como integrante da identidade nacional. Acredita por isso, que o cultural atua junto com o político.

---

11 Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) poeta, jornalista e militante do movimento abolicionista.



Helena Vitória dos Santos Machado nasceu em 1943, em Porto Alegre, filha de uma professora particular e de um operário gráfico, sindicalista e ligado ao Partido Comunista. Na infância, as referências negras eram apenas familiares. Morava num bairro de classe média baixa, com amigos e vizinhos muito próximos, o que acredita tê-la protegido de uma visão mais realista da vida. A mudança para um bairro pobre e a entrada em escolas públicas, levou-a conhecer os processo de diferenciação social. Acreditava que, através da busca das raízes do fato e com ênfase no senso de justiça, fosse capaz de resolver as questões raciais. Processo que era utilizado para solucionar os problemas familiares.

Conta que a noção clara de racismo entrou em sua família pela história envolvendo o irmão mais velho. Havia passado na admissão para o curso de Arquitetura da Ufrgs, mas acabou ficando de fora por três décimos num exame oral. O professor que comunicou a razão da nota afirmou entre outras coisas que “*O lugar de vocês é no samba e no futebol*”. Apesar da discriminação, participou da seleção no ano seguinte e foi aprovado. Mesmo boêmio e, conseqüentemente, de frequência irregular no curso, foi aprovado com excelência, o que gerou admiração de alguns e desprezo de outros.

Quando de sua escolha, seguiu os passos do irmão e entrou para arquitetura da Ufrgs. Lembra-se dessa época que seu círculo de colegas restringia-se a um pequeno grupo de estudos, pelo qual realizavam acampamentos e militância estudantil. Com esses mesmos colegas, montou um escritório depois da formatura. A chegada ao Palmares se deu através de um convite depois de ter participado do primeiro ato, ocorrido em 1971.

### 1.3 TRAJETÓRIA DO GRUPO PALMARES

Fruto de reuniões informais na rua dos Andradas, o Grupo Palmares surgiu em 20 de julho de 1971, organizado como uma associação cultural, sem fins lucrativos e com duração indeterminada, segundo projeto de estatuto<sup>12</sup> redigido para o grupo. A proposta de ação apresentada era a de “*promover estudos sobre história, artes e outros aspectos culturais, particularmente em relação ao negro e ao mestiço de origem negra*”<sup>13</sup>. A partir dos estudos, seriam realizadas apresentações e atividades públicas para atingir maior visibilidade junto ao espaço social.

O estatuto, redigido em setembro de 1971, dois meses depois da fundação, aparece uma proposta de estrutura para o grupo, que seria administrado por uma direção, eleita para mandato de um ano. Essa direção seria integrada por um coordenador-geral, um secretário e um tesoureiro. Numa segunda versão do estatuto, aparecem ainda as funções de coordenador de estudos e a de coordenador artístico. Os sócios seriam classificados como fundadores – Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes e Oliveira Silveira – e os sócios efetivos.

Também está proposto no estatuto que a admissão de novos sócios deveria ser submetida à assembléia-geral, assim como a prestação de contas e a dissolução da entidade. O projeto também estabelecia contribuição mensal e referia que, em caso de dissolução, os recursos e patrimônio, se houvesse, seriam revertidos em benefício da Santa Casa de Misericórdia, na primeira versão do estatuto, e para o Hospital São Pedro, na segunda.

---

12 Ver anexo II.

13 Artigo 1º, alínea a do projeto do Estatuto do Grupo Palmares.

O documento, apesar de discutido em diversos encontros, redigido e corrigido, acabou rejeitado pela maioria dos integrantes – então em número de seis. Segundo Antônio Carlos Cortes (entrevista em 31/05/2005), defendeu posição contrária à aprovação do documento por ir de encontro à tradição negra da oralidade. Buscavam também não deixar registro frente ao estado de exceção pelo qual passava o país e que, de alguma forma, poderia ser mal interpretado pelos grupos de manutenção do regime. *“Nas religiões afro-brasileiras, nos terreiros, as mães e os pais de santo sempre passaram fundamento de forma oral. Não deixaram documentos para não sofrer perseguições”*, conclui Cortes (Idem).

As primeiras reuniões formais do grupo ocorreram na casa de Oliveira Silveira, na Thomas Flores, bairro Bonfim, transferindo-se depois para a casa de Antônio Carlos Cortes, na Andradas. Para esses primeiros encontros, outras pessoas foram convidadas a participar. Nenhuma delas permaneceu no grupo. Não possuíam sede e por isso acabaram se aproximando, como grupo, dos clubes sociais negros, principalmente o Floresta Aurora e o Marcílio Dias, para realizarem as atividades. Algumas reuniões também ocorreram na sede do clube Nós os Democratas, que ficava junto a Praça Garibaldi, em Porto Alegre.

O Palmares começou a atuar com a retomada de personagens, poesias e livros sobre temáticas negras. Cortes (entrevista em 31/05/2005) conta que o grupo estava *“Sempre procurando destacar datas”*; o que é reafirmado por Oliveira Silveira (entrevista em 23/08/2005), *“o grupo fez uma programação para o resto do ano com a preocupação das datas.”*. Também em matéria do jornal Folha da Tarde (Folha da Tarde, 23/08/1971, p.54), sobre a primeira atividade pública realizada, o grupo enfatiza que o Palmares *“pretende comemorar devidamente todas as datas negras”*. Ilmo da Silva (entrevista em 14/09/2005) lembra que as pesquisas eram realizadas por todos os

integrantes do grupo, que depois se reuniam para discutir o material levantado. “*Ali, estudávamos a nosso respeito. Queríamos lançar idéias do negro. [...] Reclamar, só, não adiantava. Tínhamos que mostrar alguma coisa que o negro fez.*”.

A realização de um ato cívico, para marcar os 89 anos da morte do abolicionista Luiz Gama, foi a primeira atividade pública realizada pelo Palmares. O ato aconteceu na Sociedade Floresta Aurora, onde foi lida uma carta autobiográfica, onde Gama relata sua experiência de ter nascido escravo e ter conseguido se sobressair como poeta, jornalista e advogado numa sociedade escravista. Além disso, foi recitado o poema *Quem sou eu*, escrito pelo homenageado e publicado no livro *As primeiras trovas burlescas*, de 1859. O ato foi realizado em 21 de agosto, de 1971, praticamente um mês depois da criação do grupo. O jornalista José do Patrocínio, considerado uma das principais vozes contra escravidão, também, receberia uma homenagem no dia nove de outubro, dia de seu nascimento em 1854. A atividade acabou não acontecendo, apesar dos estudos sobre o jornalista terem sido realizados pelo Palmares.

O grupo conseguiu apoio da imprensa desde sua primeira atividade prática no jornal Correio do Povo. Primeiro foi publicado uma nota no Correio do Povo (21/08/1971, n.p.) sobre o ato cívico a Luiz Gama, realizado pelo grupo na Sociedade Floresta Aurora. Parte da pesquisa realizada pelo grupo foi publicada no Correio do Povo (22/08/1971, n.p.) e na Folha da Tarde (23/08/1971, n.p.). As publicações constituíam-se em notas, chamando para os eventos, matérias sobre a atividade, fruto do material enviado pelo grupo, e divulgação de partes das pesquisas realizadas pelo grupo sobre o homenageado.

O convite para o primeiro ato evocativo ao 20 também se deu através da Folha da Tarde (17/11/1971, n.p.). A falta de experiência e políticas de comunicação do grupo no uso do veículo e o desconhecimento das propostas do grupo pelos jornalistas acabou

por gerar uma confusão, que foi acabar na polícia federal. O ato, que seria realizado no clube Marcílio Dias, foi confundido com um espetáculo teatral, atividade muito visada pela censura. Após a publicação do convite, o clube foi avisado de que deveriam tirar uma licença junto a Turma de Censura de Diversões Públicas, do Departamento de Polícia Federal. Cortes lembra que, nesse encontro com o órgão policial, o grupo foi questionado sobre suas atividades. *“Foi uma coisa bem simples e acho que eles pensaram: esses guris não têm condições de ter mentalidade para estar arquitetando algum coisa contra o estado político democrático e de direito.”* (CORTES, entrevista em 31/05/2005)

No documento<sup>14</sup>, com data de 18 de novembro de 1971, consta todo o roteiro previsto para acontecer durante o ato e a observação da censura de que qualquer alteração dever ter o conhecimento antecipado do departamento. Além de apresentar a pesquisa sobre Palmares, estava previsto um debate sobre o tema, seguido pela apresentação dos poemas *Saudação a Palmares*, de Castro Alves, por alunas do Colégio Estadual Cândido José Godói, e *Canto aos Palmares*, de Solano Trindade, pelos integrantes do grupo.

A idéia do ato, segundo Oliveira Silveira, era a de passar informações para as pessoas a respeito de Palmares e ao mesmo tempo defender a opção pelo 20 de novembro, considerado *“mais significativo e afirmativo na confrontação com o 13 de maio”* (entrevista em 04/12/2004). O grupo já contava com duas novas integrantes Anita Leocádia prestes e Nara Helena Medeiros Soares. Ilmo havia se afastado por divergências de abordagem. *“Integrantes do grupo queriam pisar em cima dos brancos. Aí nessa reunião eu disse que assim não dava. Nosso objetivo era mostrar nosso valor e*

---

14 Ver Anexo II.

*para isso não precisávamos pisar em cima dos outros*”, lembra Ilmo da Silva (entrevista em 14/09/2005).

Poucas pessoas participaram da atividade. No registro fotográfico existente, estão relacionados Oliveira Silveira, Nara Soares, André Machado, Antônio Carlos Cortes, a folclorista Lílian Argentina Braga Marques, Salatiel Marques. Também estavam presentes Leni Souza, Antônia Mariza Carolino e Helena Vitória Machado dos Santos. Também Décio Freitas esteve presente. Além desses, duas outras pessoas não identificadas estão na foto, totalizando 12 pessoas. A apresentação e discussões foram realizadas em círculo.

Parte da pesquisa, realizada sobre Palmares, foi publicada no jornal Correio do Povo (SILVEIRA, 1971, n.p.). Além das informações obtidas com a pesquisa e a partir delas, Oliveira Silveira argumenta sobre a importância de conhecermos nosso passado para buscar uma integração *“consciente e descomplexada”*, fugindo da *alienação* que teria no 13 de maio uma de suas representações. Também busca reforçar a idéia da importância do 20 de Novembro como símbolo desta integração consciente. *“Assim, em 20 de novembro, salvo melhor juízo é que os negros do Brasil – quando não os brasileiros em geral – deveriam fazer as melhores comemorações, reverenciando a memória de nossos heróicos antepassados...”* (Idem).

A utilização da imprensa visava, neste primeiro momento, comprovar a existência e fortalecer a presença de personagens históricos negros frente à sociedade, pois, segundo o discurso do grupo, a história oficial buscava omiti-los. A proposta de usar a imprensa como um campo de luta seria implementado com a saída da maioria dos fundadores e o ingresso de outros integrantes, logo depois da realização do primeiro Dia do Negro, 20 de novembro. Deste período, têm-se dois manifestos. Um redigido em 1972 e publicado em Zero Hora (REVISTA ZH, 1972, 05), num caderno especial sobre

Zumbi e os Palmares, e o outro em 74, veiculado no Jornal do Brasil (GARCIA, 1974, n.p.).

No documento de 72, o grupo apresenta uma proposta mais política, em relação ao que está colocado no projeto de estatuto, apesar de adotar um viés mais cultural em seu conteúdo. Conforme o manifesto, *“o Grupo tem sempre procurado um enfoque de integração no sentido de conscientização, isto é não se trata só de encontrar meios para denunciar o racismo, mas fazer um negro descobrir sua missão: cumpri-la ou traí-la”*. A construção de um discurso mais contundente deve-se ao amadurecimento das idéias propostas inicialmente pelo grupo e, ao mesmo tempo, a entrada de novos integrantes, alguns ligados a teorias e experiências socialistas.

Também é possível identificar aproximações com o movimento pan-africanista, rompendo com a perspectiva nacionalista e propondo uma abordagem do problema em perspectiva mundial. Alertam, no entanto, que o objetivo não é o de buscar um *“plano geral infalível”*, considerando que as soluções para o problema estão diretamente ligadas as circunstâncias históricas. Identificam como problemáticas locais à *“carência de educação e apatia do homem negro”*, apontando como medida inicial *“ajudar a comunidade a: definir suas necessidades, ter consciência de sua força e preparar para que a ação se realize por meios que ela irá eleger”*.

Concluem, nesse manifesto, de 1972, que se torna necessário *“criar uma força negra, que fale das necessidades de uma raça oprimida, usando as palavras que se impuserem, sem temer as pressões que a taxem separativista ou racista”*. Além disso reafirmam que a *“entrada no problema precisa ser consciente, com posições claramente assumidas de quem quer contribuir e por isso compreender para melhor realizar”*.

O grupo já contava neste momento com outra formação. Dos fundadores, apenas Oliveira Silveira permanecia e Anita Leocádia Prestes Abad, que havia ingressado ainda nos primeiros encontros. Integravam o grupo Antônia Mariza Carolino, Helena Vitória dos Santos Machado, Marli Carolino. O manifesto lhes vale a nacionalização do Palmares, através das páginas do Jornal do Brasil.

Em maio de 1973, quando foram entrevistados pelo Jornal do Brasil, no dia 13, o Palmares era formado por 12 negros universitários. As reuniões ocorriam semanalmente para que fossem debatidas as idéias referentes às propostas do grupo. Buscavam divulgar suas conclusões em atividades em palestras nos clubes Floresta Aurora e Marcílio Dias, principalmente, para marcar datas comemorativas. No fechamento da matéria, uma das preocupações do grupo, que é a de popularizar suas pesquisas.

Também neste ano, o grupo esteve em Osório para estreitar o contato com o Terno de Maçambique, que realiza as Congadas. Buscavam conhecer melhor a manifestação cultural, que mantinha traços de uma tradição africana. Um artigo sobre a visita foi publicado no jornal Correio do Povo (SILVEIRA, entrevista em 04/12/2004). A publicação reanimou a festa que caía no esquecimento e estava restrita aos mais velhos da comunidade. *“O festeiro, seu Deodato, conseguiu reunir mais gente e a partir dali começou a entrar gente nova. O grupo se ampliou e se renovou. Tem a mão do Palmares, na iniciativa de ir até lá e divulgar”*, recorda-se Oliveira Silveira (Idem).

O depoimento ganha relevância por demonstrar que a imprensa havia se tornado um importante campo de atuação do grupo. Não só para publicações das pesquisas, mas como estratégia de articulação e abertura de espaços. A iniciativa do grupo de procurar os maçambiqueiros deve ser enquadrada numa estratégia de aproximação das atividades culturais negras, desenvolvidas nos clubes e também no carnaval.



Oliveira Silveira lembra do contato do grupo com a escola Imperadores do Samba, através de um de seus fundadores Carlos Alberto Barcelos, o Roxo. A academia de Samba Praiana, fundada por negros pelotenses que moravam na capital, também era um espaço de aproximação do Palmares. A escola havia revolucionado o carnaval de Porto Alegre, em 1969, desfilando com um novo tipo de organização no modelo das escolas de samba. “*Acreditávamos que tinham um papel e que poderíamos auxiliá-los a cumprir*”, refere Oliveira Silveira (entrevista em 04/12/2004).

Com a chegada de 20 de novembro de 1973, o Palmares havia conquistado, através da imprensa e da inserção na comunidade negra, uma legitimação social. O que possibilitou a realização de atividades com maior abrangência e duração. Organizaram a exposição *Três pintores negros*, com obras dos artistas Magliani, J. Altair e Paulo Chimendes, que ficou exposta do dia 6 até o 20/11. O ato evocativo contou ainda com uma palestra de Décio Freitas, pesquisador do escravismo, e com o espetáculo *Do carnaval ao quilombo*. Todas as atividades ocorreram no Teatro de Câmara.

O espetáculo buscou apresentar a história de trás para frente. Partindo do dito popular de que tudo que o negro fazia acabava em carnaval, o grupo decidiu iniciar por ele, terminando na história dos quilombos, através da música. A palestra de Décio Freitas deveu-se à publicação do livro *Palmares, a guerra dos escravos* (1973) em português. A relação entre o pesquisador e o grupo é ambígua. Décio Freitas teria participado anônimo da primeira evocação do 20 e somente depois das atividades encerradas teria se apresentado e entregue uma cópia de seu livro, edição uruguaia. Por outro lado, ao mesmo tempo em que o grupo faz questão de enfatizar que sua ação inicial se deu independente da obra de Décio Freitas e negar influência posterior do pesquisador no grupo, ele tornou-se uma referência para as atividades posteriores do

Palmares. O grupo também teria participado diretamente das negociações com a editora Movimento para a publicação brasileira.

O Grupo Palmares voltaria a figurar nas páginas do Jornal do Brasil, agora através de um manifesto publicado em 20 de novembro de 1974. A matéria do JB sobre o 13, em 1973, e o manifesto de 74, deram uma dimensão nacional as propostas do grupo. Ao mesmo tempo, possibilitou a criação de pontes com o centro do país, tirando o grupo do isolamento. Não existiam naquele momento outros grupos no Rio Grande do Sul, fora os clubes sociais. A comunicação com o restante do país era bastante deficiente por falta de tecnologia. *“Tínhamos notícias dos grupos que existiram, mas não havia a possibilidade de diálogo com outros movimentos”*, recorda-se Oliveira Silveira (entrevista em 23/08/2005). Frente ao isolamento, buscavam referenciais em experiências negras anteriores. Citam o Teatro Experimental do Negro e o Teatro Popular Brasileiro, como exemplo. As duas iniciativas da década de 50 ampliaram *“a agenda anti-racista no Brasil, incluindo, de forma incisiva, a luta contra introjeção do racismo pela população negra, principalmente a introjeção do ideal de embranquecimento, dos valores estéticos brancos e da detração da herança cultural africana.”* (GUIMARÃES, 1999)

Uma primeira experiência de integração local aconteceu no 20 de Novembro de 1975. Neste ano, para marcar a data, o grupo realizou um encontro de dança e música, no Clube de Cultura, associação judaica, com o Grupo Afrosul, recém criado. Também neste ano, acontece uma aproximação com a comunidade judaica. São promovidas duas palestras de Décio Freitas, no Clube de Cultura. As palestras aconteceram já em dezembro.

Ao mesmo tempo, que buscava articular-se com entidades locais, as matérias publicadas no Jornal do Brasil possibilitaram uma ampliação dos limites de atuação do

Palmares. No início de 1976, o grupo foi procurado por integrantes do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, o IPCN do Rio de Janeiro. Os vice-presidentes de cultura, Orlando Fernandes, e o de relações públicas, Carlos Alberto Medeiros, estiveram em Porto Alegre em visita a familiares e aproveitaram para contatar os palmarinos, a fim de criar um canal de comunicação entre os grupos.

A literatura, segundo Oliveira Silveira, foi importante no processo de nacionalização, pois os escritores sempre estiveram em contato. Pelos canais já existentes, entrou a discussão política. “*Os escritores estavam em contato. Depois os políticos começaram a vir.*” , recorda (SILVEIRA, entrevista em 23/08/2005). A avaliação dos integrantes do Palmares é de que os diálogos com SP e RJ foram determinantes para ampliar as possibilidades e os limites do grupo. A aceitação das idéias também mostrava que o Palmares havia escolhido, mesmo que isolado, um discurso e práticas aceitos em outras realidades, onde os negros estavam inseridos. Os contatos levaram a adoção do 20 de Novembro, já a partir de 1976, com a realização de semanas do negro, pelos grupos Grupo Teatro Evolução de Campinas, o Centro de Cultura e Arte Negra de São Paulo (CECAN), o Grupo André Rebouças (RJ), a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Simba/RJ) e o IPCN, que havia procurado o grupo meses antes.

A defesa de uma revisão historiográfica está presente nas discussões e atividades do Palmares desde sua criação e expressa no manifesto de 1974. Oliveira Silveira conta que sem respaldo do poder público para execução desse projeto decidiram redigir uma cartilha para fazer as idéias do grupo circular. O 20 de novembro, em 1976, foi marcado pelo lançamento do livreto *Mini-história do negro Brasileiro*. O ato aconteceu no clube Nós os Democratas. Financiado pelo próprio grupo, o livreto constitui-se de seis páginas de texto, mais página de rosto e capa.

O conteúdo remete a idéia principal defendida pelo Palmares de que o negro possui uma história no Brasil a ser contada. Também busca mostrar que o negro não foi passivo frente ao processo de escravidão, justificando, com isso, que a negação ao 13 de maio seria resultado da resistência imposta durante todo o período escravista, através da fuga, do aquilombamento e das revoltas urbanas. A adesão ao 20 configura-se, na elaboração do grupo, como uma exaltação dessa resistência em seu exemplo maior que foi o quilombo de Palmares. Neste momento, o grupo era integrado por nove negros, sendo cinco mulheres.

As atividades literárias também marcaram o 20 do ano seguinte, 1977. Tendo como sede a Associação Satélite Prontidão, foi organizada a exposição da biblioteca do Grupo Palmares. As pessoas participaram puderam realizar consultas locais ao acervo, constituído exclusivamente de temáticas negras. Também conta com a presença do escritor paulista Oswaldo de Camargo, que tem seu conto *Esperando o embaixador* dramatizado pelo grupo Nosso Teatro, que surgiu vinculado ao Palmares.

A proposta do grupo, outrora vista como inédita, pela grande imprensa, vai perdendo espaços, na proporção inversa da repercussão social e dimensão territorial. A demanda por divulgação das idéias leva o grupo a pensar num periódico. Diversos esboços chegaram a ser elaborados, sem que nenhum tenha sido executado. A proposta de um jornal evolui de maneira independente ao Palmares, originando algum tempo depois o grupo Tição, que publicou a primeira edição em março de 1978. O novo grupo contava em sua maioria com integrantes do Palmares, que se dividiam entre as atividades.

O processo de aproximação entre as entidades nos diferentes estados culminou em discussões sobre a criação de um movimento negro de caráter nacional. A materialização do projeto iniciou por São Paulo, onde dois fatos ocorridos contra negros

precipitaram o processo. Quatro jovens foram proibidos de permanecer no time juvenil do clube de Regatas Tietê, pelo fato de serem negros. Ao mesmo tempo, o trabalhador negro Robson Silveira da Luz havia sido torturado até a morte no 44º Distrito Policial de Guaianazes. Em reunião de 18 de junho, reunindo diversas entidades da capital paulista, ficou marcada a data do ato, 07 de julho, local, escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, e o nome da entidade a ser criada: Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR).

Um dos jovens do Tietê foi enviado ao Rio de Janeiro para dialogar com entidades cariocas, que aderiram a idéia, com uma motivação local: a morte do operário Newton Lourenço no bairro da Lapa. Outros estados foram contatados através dos canais construídos durante a década. No ato, além da participação de representantes de SP, RJ e MG, foram lidas moções enviadas por entidades de outros estados e por um grupo de presidiários negros, que denunciavam as péssimas condições da Casa de Detenção de SP. A primeira assembléia aconteceu no dia seguinte, onde ficou definido que seria acrescentada a palavra '*negro*' ao nome da entidade, ficando Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

A adoção da proposta do Grupo Palmares de adesão ao 20 de novembro, como Dia Nacional da Consciência Negra, foi aprovada em novembro, durante assembléia nacional realizada na Bahia. Antes disso, já dedicados a publicação da revista *Tição*, os integrantes decidiram encerrar as atividades do Palmares. Consolidado e institucionalizado o 20, os atos evocativos que surgiram com o objetivo de afirmar a data e todo seu simbolismo acabaram perdendo a motivação. O Grupo Palmares havia atingido plenamente seu principal objetivo e deixou de existir, em sua primeira fase, em 08 de agosto de 1978.

## **2 – SUBVERSÃO SOCIAL: RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÃO**

O surgimento e as articulações do Grupo Palmares, analisado no capítulo anterior, devem ser compreendidos dentro de seu tempo e do contexto local e global. Na década de 70, desemboca uma série de processos, movimentos e manifestações estruturados a partir do final da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a Ditadura Militar acabava com os últimos focos de oposição armada contra o regime, desarticulando toda a “esquerda” que havia optado pela guerrilha como alternativa para construção de uma nova sociedade. A ofensiva contra esses grupos abriu espaço para outros movimentos que se posicionavam, igualmente, contra a ditadura, mas buscavam atuar dentro da esfera legal. Muitos desses grupos enfatizavam a diferença – feminino, homossexual, negro, etc.

As informações sobre os movimentos negros na diáspora e na África também serviram para dinamizar o processo. As vitórias de movimentos nacionais contra os colonizadores na África e, por outro lado, os movimentos pelos direitos civis nos EUA mostraram ser possível resistir e vencer, numa demonstração do “poder negro”, em estruturas bem mais hostis do que as enfrentadas no Brasil, desde que agissem dentro do espaço permitido.

O Grupo Palmares organiza-se e articula-se a partir desses referenciais locais e globais e, por isso, acaba por ver-se e ser visto como um movimento de afirmação étnica, mas também como movimento de resistência à ditadura, mais em função de seu

discursos mais do que por suas ações. Apesar de entender-se dentro dessa luta conjuntural, propõe modificações estruturais mais profundas, principalmente no tange seu lugar social, para atingir seus objetivos afirmativos.

A repercussão política e sócio-econômica das articulações dos grupos negros estruturam o presente capítulo. Inicia-se pela contextualização dos movimentos contraculturais que levaram ao ressurgimento do movimento social negro. Num segundo momento, analisa-se o quanto às proposições e ações dos grupos buscaram subverter a ordem política e o lugar social, construído historicamente, e reafirmados, no período, pelos governos militares.

## 2.1 RECONHECIMENTO DA DIFERENÇA

O surgimento de uma nova concepção de atuação contestatória na esfera sócio-política marcou os anos 70 no Brasil e no mundo. O antigo predomínio de grupos organizados em torno de uma visão dominante da esquerda tradicional foi substituído por inúmeros movimentos com referenciais mais identitários. Por outro lado, o fracasso da luta armada e o desencanto com a esquerda tradicional no Brasil fizeram com que os grupos procurassem agir adentro da esfera legal, minimizada pela ditadura vigente. A reorganização do movimento social negro se dá inserido neste contexto. Através da construção de um discurso representativo de suas pretensões políticas e sociais, os negros procuram construir uma identidade referencial para, a partir dela, buscar a integração plena na sociedade brasileira.

A construção desse discurso passa por uma apropriação de conceitos e práticas construídas, desde a década de 50, pela esquerda. Neste período, os intelectuais, adotam uma postura de vanguarda, acreditando poder conduzir e influenciar nos destinos da nação, em fase de transição de um modelo agrário para um urbano-industrial (ORTIZ, 1994; HOLLANDA&GONÇALVES, 1985; NAPOLITANO, 2001; HOLFELDT, 1999). Se na prática as políticas implementadas pelo governo de Juscelino Kubitschek representam a internacionalização da economia, a esquerda, em oposição, adota um ideário nacionalista para diagnosticar e propor ações sobre os problemas nacionais.

A questão nacionalista encerrava em si uma utopia que buscava concretizar uma alternativa de desenvolvimento para a sociedade brasileira e, em última análise, uma perspectiva que viabilizasse a construção de um projeto de futuro. A contradição é a principal marca do período. Marcelo Ridenti busca entender o processo de oposição do período através do conceito de *“romantismo revolucionário”* (2000, p.12). Para Antônio Hohlfeldt, a contradição *“se expressa através de variadas e múltiplas oposições em todos os campos da atividade política, econômica e cultural. Daí a perspectiva de oposição entre diferentes princípios e ideologias, que acaba se expressando numa tensão constante.”* (1999, p.38).

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros [ISEB] constitui-se no principal produtor e fomentador de proposições do viés nacionalista. O instituto foi criado em 1956, ligado a grupos nacionalistas. Os estudos do instituto rompem com a tradição de análise antropológica da Cultura, inspirada no Culturalismo americano, que tinha em Sílvio Romero e Gilberto Freyre seus expoentes. Os isebianos, ao contrário, buscaram construir suas análises a partir de referenciais filosóficos e sociológicos (ORTIZ, 1994, p.45).



Os estudos tornaram correntes conceitos como transplantação cultural, cultura alienada, nacional, popular e tomada de consciência, entre outros. Também fundam a idéia de sociedade civil brasileira, propondo dar expressão política para a classe média como representante do povo. Ocuparia, dessa maneira, um papel historicamente ocupado pelas oligarquias. Apontam esse como um dos principais problemas para que a nação brasileira não estivesse plenamente desenvolvida.

A influência do ISEB na esfera cultural foi profunda, segundo Renato Ortiz (1994, p.47). Para o autor, os conceitos elaborados passam a ser categorias referenciais de compreensão da realidade brasileira, influenciando movimentos populares como os Centro Popular de cultura (CPC) e o Movimento de Cultura Popular do Recife. O CPC surge ligado a UNE, atuando diretamente na área cultural, e o movimento do Recife torna-se referência na área de alfabetização, através do método Paulo Freire. Assim como Freire é ligado ao ISEB, também o é o primeiro presidente do CPC Carlos Estevam Martins, funcionário do instituto (Ibidem, 48).

Até 1964, o PCB constituía-se no principal referencial de esquerda do país, com influência no movimento operário, estudantil e antiimperialista. Com a Declaração de Março, de 58, o partido havia se definido por um caminho pacífico para revolução brasileira e pela luta por reformas de estrutura. (ARAUJO, 2000). Já antes do golpe de 64, o descontentamento com a linha política, adotada pelo partido, levou ao aparecimento de novas organizações, como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), em 61, e o Pc do B, em 62. Com o golpe, crescem os questionamentos às estratégias do partido dentro da própria esquerda. A consequência é seu esvaziamento, com a pulverização da esquerda em diversos grupos com diferentes ideologias e propostas de ação. O rompimento definitivo acontece com a cisão entre os grupos que defendiam a luta política e os que optaram pela luta armada.

A década de 60 havia irrompido em meio à discussão entre nacionalistas e internacionalistas, sendo que estes possuíam o poder econômico, enquanto o grupo nacionalista conquista o poder político, principalmente, depois da posse de João Goulart em 1961, quando as forças de esquerda buscam uma aproximação com o governo, acirrando ainda mais a disputa entre as duas visões (HOLFELDT, 1999, p.38), tencionadas no plano internacional depois da revolução cubana. Era consenso, no entanto, entre as diferentes correntes que uma solução deveria ocorrer.

A classe média urbana, ainda que dividida pelo temor da subversão e da instabilidade econômica, comparecia com amplos setores ao movimento social. Estudantes e intelectuais assumiam posições favoráveis às reformas estruturais, desenvolvendo intensa atividade de militância política e cultural. (HOLLANDA;GONÇALVES, 1985, p.09)

Neste mesmo ano, 1961, surge no Rio de Janeiro, o primeiro Centro Popular de Cultura, ligado à filosofia isebiana, mas como uma radicalização à esquerda (ORTIZ, 1994, p.45). A cultura popular passa a ser vista como um projeto político que se realiza pela cultura, desvinculando-a da produção das classes subalternas. Neste caso, segundo Ortiz (Ibidem, p.72), aproxima-se da idéia de conscientização, pois subverte o significado clássico, que assimilava a *“tradição à categoria de cultura popular”*. Atraindo jovens intelectuais, o centro assume a missão conscientizadora junto às classes populares. *“Um novo tipo de artista ‘revolucionário e conseqüente’ ganha forma”* (HOLLANDA&GONÇALVES, 1985, p.9).

O CPC, seguindo a proposta dos intelectuais nacionalistas, inverte a proposição gramsciniana de que o intelectual é expressão das massas. Para a ideologia do centro, Conforme Ortiz (1994, p.73), *“são os intelectuais que levam cultura às massas”*. A crítica constante a este posicionamento é de que os intelectuais falam *“sobre o povo,*

*para o povo, mas dentro de uma perspectiva que permanece sempre como exterioridade”* (Idem). Para o CPC, a análise da realidade é fundamentada a partir do conceito isebiano de *alienação*. Buscando legitimar sua ação propõe que fora da arte política não existe arte popular e, por isso, as manifestações populares constituem-se em falsa cultura (Idem, p.75). Ortiz conclui que

a prática do CPC implicaria na tomada de consciência da dependência dos países subdesenvolvidos com relação aos centros de decisões econômicas e culturais. Retoma-se de certa forma o argumento isebiano que focalizava o problema da dependência cultural em termos de alienação. As manifestações antiimperialistas, tema essencial das manifestações estudantis, penetra desta forma o texto artístico, e pode, pedagogicamente, ser exposta para a grande massa.. (ORTIZ, 1994, p.75-76)

Com a penetração alcançada pelo CPC carioca, os centros começam a ser criados em todo o país fruto do projeto UNE Volante. O projeto constituía-se numa comitiva de dirigente da entidade que percorreram os principais centros universitários do país durante o primeiro semestre de 1962. Buscavam ampliar seu projeto de intervenção dos estudantes na política educacional e também na política nacional, defendendo as propostas de reformas de base como projeto de desenvolvimento.

O projeto nacionalista, que havia sido projetado a partir do ISEB e que uniu intelectuais, estudantes, trabalhadores na busca de se aproximar das classes populares e da realização de uma revolução nacionalista, acabou por provocar uma aliança entre as forças conservadoras e as forças internacionalistas, que dominavam a economia. A aliança resultaria no Golpe de 1964, que seria a solução para as contradições nacionais encontradas pelo grupo. Para Renato Ortiz (1995, p.113), o golpe militar possui duas dimensões. A política materializou-se pelos atos de repressão, censura, prisões e exílio. Por outro lado, as transformações mais profundas encontram-se no nível da economia.

O Estado militar aprofunda medidas econômicas tomadas no governo Juscelino, às quais os economistas se referem como a “segunda revolução industrial” no Brasil. Certamente os militares não inventam o capitalismo, mas 64 é um momento de reorganização da economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital; (Ibidem, p.114)

Com o golpe de 1964 e a conseqüente reforma universitária do ano seguinte, a UNE é desarticulada e passa para a clandestinidade. O ISEB também é extinto, mas muitos dos conceitos elaborados para explicar a situação brasileira permanecem sendo utilizados na análise da sociedade brasileira entre os movimentos de resistência. Conceitos, como *alienação, tomada de consciência, nacional, popular, povo e revolução*, passam a ser bandeira dos movimentos sociais e principalmente dos movimentos culturais (ORTIZ, 1995, p.113)

O intelectual, que se acreditava porta voz no campo da cultura de um movimento social que nos levaria à libertação das amarras responsáveis pelo subdesenvolvimento, experimentava profundamente os conflitos de sua opção. “*A difícil convivência do trabalho intelectual e da prática política, da vivência de elite e do engajamento com o movimento popular [...]*” (HOLLANDA;GONÇALVES, 1985, p.45).

Perplexa com o golpe, a esquerda nacionalista acaba estimulada a um processo de autonomia diante do esvaziamento e da fragilidade das estruturas partidárias, incrementando sua produção consumida principalmente por uma platéia classe média. A mudança, por outro lado, provoca uma aproximação dos artistas com as matrizes mais populares da cultura brasileira (NAPOLITANO, 2001, p.48). Nos primeiros anos do regime militar, as organizações populares e parlamentares, ativistas políticos e os sindicalistas formaram o principal grupo perseguido. Artistas e intelectuais puderam manter, durante esse período, uma relativa liberdade criativa.

Por outro lado, a internacionalização econômica traz conseqüências imediatas para área cultural. Paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, são fortalecidos a indústria de produção de cultura e o mercado interno de bens culturais; constituindo-se em mais uma contradição. Enquanto artistas buscavam uma aproximação das camadas mais populares, mantendo as propostas de arte revolucionária, a indústria cultural oferecia produtos culturais de relativa qualidade, mas considerados alienados, através, por exemplo, da televisão. Renato Ortiz (1995, p.147) afirma que essa produção popular de massa é produto da sociedade moderna, mas que em sua lógica também se constitui num processo de hegemonia, reforçando a posição da cultura como um espaço de luta, sendo esta a origem da contradição entre o que se estava fazendo em termos de cultura e o que estava propondo a nova ordem industrial.

A proeminência de intelectuais e ativistas jovens nesses movimentos culturais e políticos é fruto de um fenômeno iniciado também na década de 50, com a onda desenvolvimentista e a abertura do país a internacionalização. Os jovens urbanos, segundo Hobsbawm (1995), haviam saído da condição social de aprendizes de adulto para ocupar posições mais influentes na sociedade, tornando-se, ao mesmo tempo, o consumidor dominante nas “*economias de mercado*” (Ibidem, p.320). A adaptação à velocidade das inovações tecnológicas também se torna fator determinante desta nova posição social. Esse desenvolvimento foi responsável pela rápida internacionalização do movimento. O *rock* e o *blue jeans* tornaram-se, por fim, marcas desta “*juventude moderna*” (Idem), dentro da lógica da massificação.

A cultura jovem, portanto, gerada dentro do processo capitalista de consumo, acabou por dinamizar uma revolução

nos modos e costumes, nos meios de gozar e lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. [...] Foi ao mesmo tempo informal e antinômica, sobretudo em questões de conduta pessoal. Todo mundo tinha que 'estar na sua', com o mínimo de restrição externa, embora na prática a pressão dos pares e a moda impusessem tanta uniformidade quanto antes, pelo menos dentro de grupos de pares e sub-culturas. (HOBSBAWN, 1995, p.323)

Já na década de 50, os jovens da classe alta e média passam a vestir-se e consumir cultura produzida pelas classes populares de países de origem anglo-saxão, principalmente pelos Estados Unidos. A popularização dos gostos gera um fortalecimento das demandas das classes populares e, em contrapartida, a politização destas, levando ao processo contestatório das décadas de 60 e 70. No Brasil, por exemplo, Hobsbawn (1995, p.325) refere a aproximação dos intelectuais com o samba. Cláudia Arruda Campos (1988, p.06) cita que na rua Consolação, centro da efervescência das artes e universitária no Rio, neste período, *“o jeito sisudo está sendo substituído pela calça de jeans e camisas coloridas”*.

O ano de 1968 constitui-se num marco referencial para a consolidação da participação jovem na cultura e na política brasileiras. Enquanto na França, os estudantes universitários reivindicavam novos direitos sob bandeiras como *“É proibido proibir”*, os estudantes brasileiros estavam nas ruas para protestar contra a reforma do ensino e principalmente contra a ditadura. Mesmo com a ilegalidade da UNE, decretada em 1965, os estudantes mantiveram as atividades da entidade e os protestos públicos em meio à repressão, prisões e violentos choques com a polícia (HOLLANDA; GONÇALVES, 1985, p.74). O ano de 68 representaria a radicalização dos protestos estudantis, principalmente depois da morte do estudante Edson Luís, durante manifestação contrária ao fechamento do restaurante Calabouços, no Rio de Janeiro. O enterro foi acompanhado por milhares de pessoas e o movimento ganhou adesão de

jornalistas, artistas, intelectuais, associações de mães e setores da igreja, culminando na passeata dos Cem Mil (Ibidem, p.75-76). Também é deste ano o congresso de Ibiúna, que acabou com mais de 800 presos.

A publicação do AI-5 praticamente acabou com as garantias constitucionais, decretando o término das manifestações públicas, movida por uma perseguição e mesmo eliminação dos oponentes, seguindo a diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. A doutrina fundamenta-se no princípio de segurança coletiva e tem como elemento fundamental “*o conflito ideológico permanente, a possibilidade de uma guerra total entre o ocidente e o oriente, em função da qual toda nação deve mobilizar-se integralmente*” (COUTO E SILVA, 1981, p.24). A partir desses pressupostos, a doutrina estrutura-se em torno de quatro conceitos principais: os *objetivos nacionais* (políticos e conjunturais); o *poder nacional* (meio de se alcançar os objetivos); a *estratégia nacional* (aplicação do poder nacional) e *segurança nacional* (capacidade de impor seus objetivos a todos) (BORGES, 2003, p.30).

Conhecido como “o golpe dentro do golpe”, o governo reprime com mais rigor as contestações contrárias ao regime a partir da decretação do AI-5. Principalmente, as manifestações estudantis que haviam retornado as ruas e a expressão artística e intelectual, que havia sido deixada de lado no período depois de 64. O pretexto para a radicalização foi o discurso do deputado carioca Márcio Moreira Alves, que havia se referido ao exército como *velhacouto de torturadores*. No entanto, o objetivo principal era suspender a garantia de *habeas corpus* e eliminar os focos de oposição.

O descontentamento, no entanto, não se restringia aos estudantes. Esteve presente desde o primeiro momento do golpe militar em 1964. Ridenti (2003) afirma que, com a desarticulação dos movimentos político, sindical e estudantil, a esquerda fortaleceu-se na cultura. Segundo ele, “*Esse período testemunharia uma*

*superpolitização da cultura, indissociável do fechamento dos canais de representação política, de modo que muitos buscavam participar da política inserindo-se em manifestações artísticas”* (Ibidem, p.143). Na definição clássica de Roberto Schwarz (MADEIRA; VELOSO, 1999, p.185; RIDENTI, 2003, p.143), houve uma “*hegemonia cultural*” das esquerdas. A mesma linha interpretativa adota Marcos Napolitano, ao afirmar que

O debate intelectual, entre 1964 e 1968, no qual se inseriu o problema da criação artística engajada, foi estimulado pela busca de novas perspectivas culturais e políticas para entender a nova conjuntura nacional. Os artistas e intelectuais se abriram para um debate mais livre, em busca de respostas do porquê da derrota, que, paradoxalmente, explica, em parte, o grande vigor cultural e artístico que caracterizou o período entre 1964 e 1968 (2001, p.48).

Cláudia Arruda de Campos (1988, p.05) avalia os anos entre 1964 e 1968 como tempos de rebeldia na área cultural, “*entre a ameaça e a consecução de um regime duramente ditatorial*”. A consequência do curto período de hegemonia foi a “*eclosão da produção cultural brasileira*”, segundo Madeira e Veloso (1999, p.185). O show Opinião, organizado por integrantes do Centro Popular de Cultura, que consolidou a aproximação da MPB com o teatro, é considerado o primeiro marco cultural de protesto ao golpe. Também as experiências do Teatro Arena, do crescimento da MPB engajada e do impacto do Cinema Novo são exemplos dessa hegemonia. Temas como moderno e popular, forma e conteúdo, nacionalismo ou internacionalistas, estarão presentes em todas essas manifestações.

A Revista de Civilização Brasileira, que circulou de 1965 a 68, é deste período. A revista tornou-se uma referência do pensamento brasileiro sobre as possibilidades de transformação social e política. Os intelectuais discutiam ainda os “*desacertos da ideologia do desenvolvimentismo e da política populista que levaram a derrocada dos*



*setores progressistas em 1964*” (MOTA, 1980, p.43). Em torno da revista, estavam reunidas pessoas que haviam pertencido ao Instituto Sócio Econômico Brasileiro (ISEB), aos Centros Populares de Cultura e ao Comando de Trabalhadores e Intelectuais.

Num primeiro momento, setores intelectuais acreditam que o golpe se tratasse de algo transitório. O editorial do primeiro número da revista afirma que o regime propunha, com suas medidas econômicas, a entrega das riquezas do país na incapacidade de resolver a crise que a havia originado (CAMPOS, 1988, p.06). O texto, no entanto, demonstra a confiança no rápido restabelecimento da “*normalidade democrática*” (Idem), defendidas pela maioria. “*Entre 1964 e 1968, restava espaço para se acreditar que estava próximo o ‘dia que virá’ de tantas canções que então se cantavam.*” (CAMPOS, 1988, p.05)

É através das revistas que a discussão sobre cultura numa sociedade de massa iniciam no país. O primeiro artigo sobre o tema é de 1966. Nele, Ferreira Goulart discute, a partir das teorias da Escola de Frankfurt, questões sobre estética numa sociedade de massas, buscando compreender as transformações culturais ocorridas no Brasil. Também passam a ser traduzidos textos e análises sobre a sociedade de massa. (ORTIZ, 1995, p.15)

Impulsionada no plano internacional pelas manifestações contra a Guerra do Vietnã, que convoca o jovem no plano internacional para que “*faça amor, não faça guerra*”, também o movimento hippie e a internacionalização da cultura e das comunicações, a contracultura instala-se com mais força no Brasil inicialmente através da música e das artes plásticas que seguem a tendência. O movimento musical e plástico tropicalista, o Teatro Oficina, nas montagens de O Rei da Vela e Roda viva, e uma

segunda fase do Cinema Novo, marcada pelo filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, são os movimentos de contracultura brasileira referenciais.

Hélio Oiticica, criador do termo Tropicália, escreveu em um texto de 1968 que *“Para criação de uma verdadeira cultura brasileira, característica e forte, expressiva ao menos, essa herança maldita européia e americana terá que ser absorvida, antropofagicamente, pela negra e índia da nossa terra”* (ARAÚJO, 2000, p.147). Também é do artista a previsão de uma nova fase da arte brasileira, a partir da Tropicália, quando afirma que *“A arte já não é mais instrumento de domínio intelectual, já não pode ser mais usada como algo supremo, inatingível, prazer do burguês tomador de whisky e do intelectual especulativo”* (NAPOLITANO, 2001, p.63).

Para Napolitano (Idem), o Tropicalismo seria resultado da crise da arte engajada que cada vez mais se via absorvida pela indústria cultural e, ao mesmo tempo, encontrava-se isolada do contato com as massas pelas ações de censura e repressão do governo militar. Com uma proposta de justapor questões do nacional e estrangeiro, modernos e eruditos, modernos e arcaicos, o movimento retomou, de certa maneira, a proposta antropofágica de Oswald de Andrade. Abordando a ligação entre os dois movimentos, Jerônimo Teixeira (1993, p.49) diz que *“há uma forte preocupação temática comum entre as duas vanguardas: o contraste entre o novo horizonte técnico e o lado bárbaro, primitivo, atrasado do Brasil”*.

Os tropicalistas divergiam quanto a valores estéticos e políticos. No entanto, a crítica *“às ilusões e projetos de uma cultura engajada, nacionalista, ligada à ‘esquerda ortodoxa’, como passou a ser visto o PCB”* (NAPOLITANO, 2001, p.65), torna-se seu principal ponto em comum. Os tropicalistas deslocam o foco da política da revolução social para a revolução da rebeldia, *“da intervenção localizada, da política concebida*

*enquanto problemática cotidiana, ligada a vida, ao corpo, ao desejo, à cultura em sentido amplo” (HOLLANDA; GONÇALVES, 1985, p.66)*

A ruptura com a esquerda tradicional foi um fenômeno mundial, ligado ao avanço da contracultura. A contestação, neste cenário, adota um novo sentido de revolução. Se nos anos 60 a esquerda radical havia valorizado a luta armada e a violência, fomentada por intelectuais como Franz Fanon e Sartre, a década de 70 substituiu essa tendência pela valorização da diferença. A concepção de luta dos sujeitos particulares, no entanto, não perdeu a dimensão de uma luta mais geral, pois *“apenas a libertação geral da sociedade e a emancipação de toda humanidade seriam capazes de libertar inteiramente esses sujeitos particulares. As lutas particulares convergiam, portanto, para uma luta geral: a transformação global da sociedade”* (ARAÚJO, 2000, p.143).

Para Berman (1996), houve quatro grandes revoluções no período. A revolução de costumes e padrões de comportamento teria desencadeado o movimento dos estudantes, sem-teto, negros, feminista e gay, entre outros. A revolução espiritual voltou os olhos do ocidente para as culturas orientais, abrindo as portas para o transcendentalismo, que influenciou o pensamento e ação dos novos grupos sociais. As outras duas revoluções, apontadas pela autora, estão relacionadas. Por um lado, o encantamento com experiências comunistas em Cuba, China e Vietnã e, por outro lado, o descontentamento e a crítica ao comunismo soviético, a exemplo da Primavera de Praga, em 1968, na Tchecoslováquia.

Das organizações dissidentes do mundo capitalista e do comunismo, surgem os movimentos alternativos, representativos de minorias que enfatizavam a diferença. Apesar de proporem diferentes pontos de discussões, os movimentos dialogavam principalmente pela crítica ao comunismo oficial e a incorporação de práticas e idéias

surgidas pelos movimentos de 1968. No Brasil, tais movimentos tiveram que dialogar com a ditadura militar vigente. Rompendo com a clandestinidade, buscaram agir dentro do espaço legal possível.

O pano de fundo da experiência brasileira de militância política alternativa dos anos 1970 era a ditadura militar . Tal fato tinha implicações importantes. Criava, entre os diferentes segmentos da esquerda, laços mais estreitos dos que existentes nos países da Europa e nos Estados Unidos. E incorporava ao ethos dissidente e alternativo o sentimento de luta, de “resistência”. (ARAÚJO, 2000, p.17)

Portanto, enquanto no resto do mundo, os grupos estruturam-se exclusivamente como antagonistas da esquerda tradicional, no Brasil, o enfrentamento se dá também com a ditadura. O movimento social negro brasileiro busca se reorganizar dentro desta perspectiva e cenário. Tem na acentuação da diferença um mecanismo para estruturar uma identidade específica e uma visão de mundo particular, em outras palavras, uma identidade étnica e uma ideologia, construída a partir de conceitos como *tomada de consciência* e *alienação*, que haviam sido elaboradas por quase duas décadas pelos movimentos mais ligados a esquerda tradicional. Rompe, desta maneira, com as estratégias desta esquerda sem afastar-se totalmente da ideologia, adotando prioritariamente os referenciais de diferença.

## 2.2 OS LIMITES SOCIAIS DA “DEMOCRACIA” BRASILEIRA

O golpe militar de 64, com apoio de setores da sociedade civil, desarticulou todos os movimentos sociais brasileiros, assim como os partidos políticos, reprimindo qualquer tipo de manifestação contrária ao estado, a Doutrina de Segurança nacional e a ideologia de integração da nação. De acordo com documentos do MNU, *“O golpe militar (...) implicaria na desarticulação das elites intelectuais negras, de um lado, e no processo de integração das entidades de massa numa perspectiva, de outro”* (MNU, 1988, p. 75). Representantes das classes conservadoras e liberais, os golpistas adotam o discurso uniculturalista e, conseqüentemente, o mito da Democracia Racial. Como medida prática, além da repressão e proibição de qualquer tipo de organização política, o quesito cor-raça é retirado dos censos demográficos. A medida mascara os números da real situação sócio-econômica em que permanecia a enorme massa negra.

A própria organização e políticas do estado ditatorial acabariam fomentando o desenvolvimento de protestos relacionados com questões de direitos sociais e cidadania. Segundo Pedro Jacobi, o estado autoritário omitiu-se de sua função de gestor e distribuidor de serviços do consumo coletivo face aos setores mais carentes, criando as condições para emergência de demandas e reivindicações (1987, p.19). Demandas essas que eram atendidas ou mascaradas pelo estado populista anterior.

Hamilton Cardoso defende que a política econômica implementada pelos militares foi determinante para o surgimento do movimento negro moderno. O modelo econômico provocou um achatamento nos salários, ao mesmo tempo em que provocou uma expansão da economia e ampliação de oportunidades de emprego para uma maior

número de negros. Enquanto para o branco significou a proletarização, para o negro foi a libertação da falsa idéia da Democracia Racial. Diz Cardoso:

Por mais irônico e contraditório que possa ser, foi quando apareceu para o negro, no horizonte da sociedade brasileira, a perspectiva da igualdade. Negros e brancos foram socializados na miséria. E aí, apareceu, de forma definitiva para a população negra, a brecha para o seu reingresso histórico e definitivo, não só no centro da produção, como no centro da vida política nacional (1987, p.99).

A proposta de inserção social pelo viés negro se dá principalmente através de propostas no campo cultural<sup>15</sup>. Organizado como movimento social, no entanto, os resultados de suas ações refletem diretamente no setor sócio-econômico e político da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que intervem para modificar a posição do negro na escala social, ameaçando o *status quo*, desafiam as proibições do governo militar de questionar o modelo de democracia, também racial, existente no Brasil e a de organizar-se como movimento social de influência socialista.

O Grupo Palmares era formado por jovens negros, oriundos de uma classe baixa, que tiveram acesso ao ensino superior. Buscavam, também por isso, conquistar novos lugares dentro da escala social, o que muitas vezes lhes era dificultado pelas barreiras simbólicas estabelecidas através do racismo. Elisa Nascimento (1981) analisa estas barreiras como fruto de um racismo estrutural que busca manter a maioria negra como um “*exército de reserva de desempregados*”. Para a autora,

---

15 Ver capítulo 3.

o imperialismo e o capitalismo monopolista são os elementos operativos da ordem econômica mundial, enquanto o racismo, como conjunto da ideologia e estruturas objetivas de dominação, é o elemento operativo da ordem mundial psicossocial e cultural. [...] Esses dois sistemas, econômica e psicossocial/cultural, funcionam conjuntamente numa interação íntima e complexa. As estruturas econômicas são condicionadas pelas forças psicossociais e culturais, e vice-versa. (NASCIMENTO, 1981, p.23)

A autora afirma, ainda, que a ideologia do “*supremacismo branco*”<sup>16</sup> permanece como um instrumento de afirmação e reprodução do modelo civilizacional do Ocidente, através das “*elites europeizadas*” locais. Tal referenciação “*rouba a esses povos [colonizados e explorados] a identidade e a dignidade [...] apagando da sua memória tanto as atrocidades sofridas nas mãos do Ocidente, como a imagem dos seus próprios heróis e de suas lutas históricas para liberdade.*” (1981, p.25) Conclui afirmando que a desumanização serve para justificar a exploração dos negros e que a reprodução desse aspecto é tão importante para a civilização conquistadora quanto o lucro econômico.

As proposições políticas dos palmarinos colocam-se exatamente como reação a este processo de apagamento identitário e da memória, a partir de uma revisão histórica. Com isso, rompem com o modelo de relação racial estabelecido, buscando propor outra forma de negociar seu lugar social. O rompimento com o modelo dominante de integração, promovido pela afirmação de uma cultura diferente da européia, já havia sido teorizado por Florestan Fernandes na década de 60. O autor defende que o movimento negro tomou para si duas tarefas históricas: “*(...) desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações raciais; e de provar que os homens precisam identificar-se de forma íntegra e consciente, com os valores que encaram a ordem legal escolhida [democracia].*” (FERNANDES, 1978, p.9) Afirmar uma identidade com

---

16 Ver a Introdução.

referenciais negros torna-se, então, uma estratégia para integração no sistema capitalista.

Essa questão também foi identificada pelo Grupo Palmares. Em seu manifesto de 72, publicado em ZH, anunciam a oposição em desenvolver questões em que o negro “*precisa se superar, adquirir responsabilidade coletiva, dignidade como indivíduo*”, aliados aos brancos, sem, com isso, descartar outras possibilidades de trabalho conjunto. Justificam afirmando que se trata de:

- primeiramente, um impedimento de ordem psicológica, na possibilidade de criar uma consciência coletiva negra com ajuda branca;
- Já que se trata de desmascarar a mentira mais importante da questão: “os negros, é inerente a raça, só podem fazer o mesmo que os brancos se ajudados por eles” (mito da superioridade branca), só os negros poderão transmitir a idéia revolucionária da capacidade negra de realizar por si mesmos. (REVISTA ZH, 19/11/1972, p.5)

Também o Manifesto de 1974 dedica parte de seu conteúdo para a questão. As críticas agora são voltadas ao próprio negro e não mais aos brancos que buscam uma aproximação com o grupo. Segundo o manifesto,

Normalmente, se confunde uma “tolerância” existente na esfera social com igualdade racial. Sabendo que essa “tolerância” varia com o branqueamento, o negro classe média rejeita a identidade racial com a massa de nível mais baixo, buscando como indivíduo, ser exceção à regra. Adoção desses esquemas de comportamento propicia a tal ponto a ascensão vagarosa e constante de indivíduos negros, que dá substância à crença de igualdade de oportunidade na ascensão social. (GARCIA, 1974, n.p.)

A questão da integração do negro permeia igualmente grande parte da literatura sociológica brasileira. A obra de Florestan Fernandes é referencial nestas análises por ter demonstrado a inoperância prática do conceito de *democracia racial*. Para o autor, a pressão integracionista sobre a população negra propõe a absorção das “normas,



*padrões de comportamento e os valores sociais da ordem social competitiva*” (FERNANDES, 1978, p.333), buscando neutralizar a distância histórico-cultural entre os negros e a sociedade industrial, implantada no país. O objetivo é tornar os negros leais aos fundamentos econômicos, jurídicos-políticos e sociais dessa ordem societária, sem participar dos benefícios de socialização, da participação econômica e das garantias sociais e de bens culturais. Para ele,

A sociedade de classes está se convertendo em um sistema social aberto, em termos da organização das relações raciais, mas sem modernizar, a curto prazo pelo menos, os padrões de dominação racial herdados do passado, os quais conferem o monopólio do poder aos círculos dirigente da “raça branca” e dão a esta a condição quase monolítica de “raça dominante”. Dentro desse quadro global, o que se poderia entender como democratização das relações raciais aparece como um processo histórico-social extremamente heterogêneo, lento e descontínuo. (Idem)

A inserção sócio-econômica era uma das preocupações do grupo de jovens que fundou o Palmares pela questão fazer parte de suas vidas. Serem preteridos em função de preconceito fazia parte das experiências vividas pelos integrantes do grupo. Antônio Carlos Cortes lembra que entre os temas debatidos estava a participação no mercado de trabalho, muito em função da ausência de negros em alguns estabelecimentos comerciais. Conforme ele, *“nas Lojas Americanas não tinha negro trabalhando lá. Não tinha mulheres negras e isso chamava atenção. Foi um dos nortes da discussão”*. (CORTES, entrevista em 31/05/2005)

Experiência discriminatória no comércio também teve Ilmo Silva. Lembra que, desempregado, procurou trabalho junto a um ex-chefe que lhe havia garantido colocação, caso necessitasse. Nas palavras de Ilmo *“Ele me recebeu muito bem, mas disse que infelizmente não poderia me ajudar, porque na Mesbla não deixavam*

*trabalhar negros em escritório. Foi a primeira vez que me deparei com o racismo aberto. [...] Nunca mais entrei na Mesbla.*” (entrevista em 14/09/2005).

Com as portas fechadas em escritórios e restrições no comércio, aos negros sobraram os empregos de baixa remuneração e, claro, o desemprego. “*A negrada da época era alfaiate, realizava trabalhos braçais, porteiro e área de serviços domésticos e públicos.*”, recorda-se Waldemar de Moura Lima, o Pernambuco. Fugir desses lugares a serem ocupados torna-se, pois um dos propósitos do grupo Palmares.

Pode-se afirmar que a estratégia de exclusão do negro do processo de desenvolvimento do país remonta o final do século XIX. A ideologia do trabalho livre contribuiu para o processo de marginalização dos negros libertos. A nova estrutura foi pensada sob os símbolos da *civilização* (ordem) e do *progresso*. O imaginário das elites, construído durante o longo período escravista, e os projetos de imigração demonstram que o negro, nessa nova estrutura, foi associado à idéia de *primitivismo e barbárie*. Além das marcas invisíveis deixadas pela escravidão, os esteriótipos, havia a marca visível da condição étnica, ligando o presente e o passado e demarcando o lugar social relegado ao negro.

Considerando que o golpe militar, que implantou a ditadura, constituiu-se numa combinação de interesses do capital multinacional e setores da burguesia nacional (DREIFUSS, 1981), buscava, ao mesmo tempo, garantir o mercado brasileiro no processo de globalização da economia e assegurar as estruturas do sistema nacional e, principalmente, os privilégios sócio-econômicos das elites. As propostas do Grupo Palmares, ao tentarem romper com esse lugar social, construído simbolicamente e estruturante da organização da sociedade brasileira, tornam-se subversivas aos olhos dos apoiadores econômicos do governo.

Mesmo assim, o grupo articula, aos poucos, posições que lhe garantem interferir na ideologia racial, inicialmente em âmbito local (ato de evocação ao 20, em 71), passando ao estadual (REVISTA ZH, 1972) e chegando ao nacional (GARCIA., 1974). Ao propor o reconhecimento do negro como indivíduo inteiro, sem desfazer-se de sua condição étnica e cultural, propõe mudanças reais nas estruturas da sociedade e da cultura nacional.

Por outro lado, o rompimento com a esquerda tradicional e a revisão crítica do projeto de luta armada, referidas no início do capítulo, havia estruturado um novo tipo de movimento social. Diferente da Europa e Estados Unidos, onde o fenômeno da contracultura também havia influenciado nas organizações, a experiência de militância alternativa brasileira tinha como moldura da área de atuação uma ditadura, o que provocava uma aproximação entre os diferentes movimentos em nome de uma “*luta maior*”, como afirma Maria Paula Nascimento Araújo (2000).

A aproximação do movimento estudantil, é flagrante nos depoimentos dos militantes do Palmares, assim como o envolvimento com a política de oposição ao regime ditatorial. Helena Vitória dos Santos Machado recorda que entrou “*na faculdade de Arquitetura da Ufrgs. [...] De novo, ficava em um pequeno grupo de estudos, que fazia acampamentos, militância acadêmica [...]*” (MACHADO, entrevista em 15/09/2005) Também Vera Dayse Barcelos esteve integrada a luta estudantil na universidade federal, relembra que “*O jornalismo era no prédio da Filosofia, junto ao bar do Antônio. Na universidade, começa a militância política [...] e ali começam as discussões [...]*”. (entrevista em 17/3/2006).

Oliveira Silveira também havia militado na política estudantil já em Rosário do Sul e principalmente no Julinho durante a Legalidade. A militância prosseguiu enquanto cursava a faculdade de Letras, também na Ufrgs. Na sua avaliação “*foi uma experiência*

*muito rica, que ampliou minha visão e de certa maneira começou a surgir a questão negra.[...] foi muito decisiva para o posicionamento, conscientização.”* (SILVEIRA, entrevista em 23/08/2005).

Mesmo colocando-se numa posição de resistência à ditadura. O Grupo Palmares manteve-se independente em relação a partidos e organizações legais ou clandestinos da esquerda tradicional. Buscavam com isso manter sua autonomia. *“Em princípio, não tinha nada a ver com política. [...] Eu ainda brincava com o pessoal dizendo que o nosso partido era o partido alto.”*, recorda-se Antônio Carlos Cortes (entrevista em 31/05/2005). A busca por essa autonomia provocou uma quebra do *“monopólio da atuação contestadora da condição de esquerda até então em mãos de partidos e organizações comunistas.”* (ARAÚJO, 2000, p.127) Apesar disso, a autonomia se dava sem desvincularem-se de antigos referenciais. Para Oliveira Silveira,

As idéias socialistas já circulavam por aqui e já acompanhávamos a muito tempo. Sentíamos algumas restrições. Tanto é que em nosso trabalho tivemos que recorrer a aquelas liberações da censura para determinadas promoções. Agora, as idéias de socialismo eram correntes, apesar de tudo. (entrevista em 04/12/2004)

Palmares também se enquadrava numa característica marcante dos outros movimentos sociais surgidos no período posterior a guerrilha e influenciados pela política da diferença. Buscava agir dentro da esfera legal, apesar da resistência imposta a ditadura. Para Araújo, os movimentos de esquerda, após o fracasso da ditadura, buscaram uma nova inserção na vida política, forçando a legalidade e procurando espaços abertos para atuação. Propunha com isso *“construir uma viabilidade legal, pública, não clandestina de luta política; e orientada por políticas novas, distintas das que haviam animado a experiência armada.”* (ARAÚJO, 2000, p.20)

Duas referências, feitas por Oliveira Silveira, deixam claro esta dimensão de adequar-se ao espaço de resistência existente. Segundo ele,

A partir de 64, na verdade, todo mundo começou a exercer uma autocensura. No trabalho do grupo, sempre tínhamos muitos cuidados [...] Uma das pessoas que apareceu foi para alertar sobre questões da repressão. Coisas que a princípio não preocupavam o grupo. Procurávamos fazer coisas que não entrassem em choque. (SILVEIRA, entrevista em 04/12/2004)

Na mesma linha, em outra entrevista, afirma que

Quando se instalou a ditadura, eu já era uma pessoa posicionada. Então pensei o que era possível fazer num regime como estávamos tendo no país, para não parar. Era preciso continuar trabalhando. Foi assim que decidi por um trabalho pela nossa etnia.” (SILVEIRA, entrevista em 23/8/2005)

Autocensura, adotar cuidados, coisas que não entrassem em choque, o que era possível; as expressões retiradas da fala do militante demonstram o clima em que se desenrolaram as atividades propostas e realizadas pelo Grupo Palmares e, por outro lado, é retrato das relações dos movimentos sociais num período da história do Brasil. Depoimento de Antonio Carlos dos Santos Vovô, um dos fundadores do Ilê Aiyê, confirma a repressão as iniciativas negras como uma tendência nacional no período. Para Vovô,

Os negros não assumiam sua condição racial e havia o medo de serem tachados de comunistas. Esse medo era generalizado no meio da liderança negra da época. O Brasil, em 1974, vivia num clima de terror extremado, e qualquer manifestação cultural ou política que fosse diferente e viesse de encontro a padrões estabelecidos da ordem vigente, era cuidadosamente vigiada e duramente reprimida.

Portanto, devemos entender o medo dos primeiros militantes como manifestações da falta de garantia individual/social reinante na época e produzida por órgãos de segurança que acusavam ou denominavam qualquer atitude política de oposição como sendo "coisa de comunista". A partir desta perspectiva podemos inferir que os negros que se reuniam para brincar/fazer o carnaval no Ilê Aiyê tinham consciência de que também estavam fazendo política, além de cultura. (consultado em [www.ileaiye.com.br/historia.htm](http://www.ileaiye.com.br/historia.htm))

O primeiro desfile do Ilê Aiyê foi recebido como afronta ao sistema racial brasileiro. Matéria do jornal A Tarde, de Salvador, teve como manchete do dia 12 de fevereiro de 1975 *Bloco Racista, Nota Destoante*. O texto da matéria é bastante esclarecedor:

Conduzindo cartazes onde se liam inscrições tais como: "Mundo Negro", "Black Power", "Negro para Você", etc., o Bloco Ilê Aiyê, apelidado de "Bloco do Racismo", proporcionou um feio espetáculo neste carnaval. Além da imprópria exploração do tema e da imitação norte-americana, revelando uma enorme falta de imaginação, uma vez que em nosso país existe uma infinidade de motivos a serem explorados, os integrantes do "Ilê Aiyê" - todos de cor - chegaram até a gozação dos brancos e das demais pessoas que os observavam do palanque oficial. Pela própria proibição existente no país contra o racismo é de esperar que os integrantes do "Ilê" voltem de outra maneira no próximo ano, e usem em outra forma a natural liberação do instinto característica do Carnaval.

Não temos felizmente problema racial. Esta é uma das grandes felicidades do povo brasileiro. A harmonia que reina entre as parcelas provenientes das diferentes etnias, constitui, está claro, um dos motivos de inconformidade dos agentes de irritação que bem gostariam de somar aos propósitos da luta de classes o espetáculo da luta de raças. Mas, isto no Brasil, eles não conseguem. E sempre que põem o rabo de fora denunciam a origem ideológica a que estão ligados. É muito difícil que aconteça diferentemente com estes mocinhos do Ilê Aiyê. ([www.ileaiye.com.br/historia.htm](http://www.ileaiye.com.br/historia.htm))

Assim como no movimento baiano, representantes da Black Rio foram detidos pela polícia política da ditadura militar “*o Dops acreditava que por trás da organização dos bailes havia grupos revolucionários de esquerda [...] o despontar do orgulho negro incomodava o poder...*”, lembra-se Don Filó, líder da equipe Soul Grand Prix (PIMENTEL, 1997). Relata ainda outra ação policial, realizada em 1974,

entrou um batalhão no Guadalupe Country Club, num lançamento de disco [...] Peguei o microfone e agradecia presença do coronel, dizendo que estava ali para garantir a ordem. Foi tudo o que pude fazer. Ele falou que eu tinha resolvido um problemão, porque a ordem era baixar o cacete. (Idem)

Reação contrária também enfrentaram os integrantes do Grupo Palmares. Oliveira Silveira recorda que “*Sempre houve manifestações de pessoas que achavam que não se devia falar nestas questões. Até mesmo entre os negros. Acredito que por falta de informação*” (entrevista em 23/08/2005) Já Cortes liga as reações ao rompimento com a tradição de se comemorar o 13 de Maio. “*Era uma época em que as escolas festejavam o 13 de maio. Sempre tinha ato nas escolas, enaltecendo a princesa Isabel. Aí tu imaginas, um grupo de negros que diz que não é aquilo ali [...] A pressão era muito grande.*” (entrevista em 31/05/2005)

Mesmo adotando todos os cuidados e militando dentro da esfera legal, os integrantes do Palmares acabaram convocados pela Polícia Federal. “*Fomos chamados para depor na Polícia Federal logo depois da primeira manifestação em 1971. O delegado insistia em descobrir se havia alguma ligação entre nós e a organização VAR-Palmares, que se constituía num dos grupos da luta armada.*”, conta Antônio Carlos Cortes (entrevista em 14/05/2004). Já Oliveira Silveira lembra que recebeu vários avisos de que seu nome estaria na lista do DOPS:

O primeiro ato, por equívoco, saiu no Jornal Folha da Tarde como uma peça de teatro. Eram muitas manifestações previstas no antigo Clube Náutico Marcílio Dias, menos a peça teatral. Mesmo assim, fomos chamados na Polícia Federal para tirar uma licença no departamento de censura. (entrevista em 14/05/2004)

O controle da ditadura, sobre a movimentação dos negros, teria acontecido até mesmo em locais como bibliotecas. Antônio Carlos Cortes recorda ser um freqüentador assíduo da Biblioteca Pública do Estado. Acredita que existia alguma forma de controle sobre leitura de obras, consideradas posicionadas.

Lembro que encontrei na Biblioteca pública um livro do Abdias do Nascimento que chamava Drama Negro e prólogo para branco. Aí fui buscando o Teatro Experimental do negro, também do Abdias. Notei que voltava para buscar os livros e eles não estavam mais disponíveis. Então imagino que havia um censor. (CORTES, entrevista em 31/05/2005)

Diversos documentos demonstram que a movimentação dos negros durante todo período foi enquadrada como subversiva (BARRETO, 2004). O acompanhamento atento da reorganização do movimento negro deve-se ao temor de que pudesse provocar a radicalização e distúrbios raciais, como os ocorridos nos EUA no fim dos anos 60. O grupo, no entanto, deixava claro em seu manifesto a proposta pacífica de integração pelo viés negro, considerando que as manifestações violentas dos negros norte-americanos eram “*ditadas por circunstâncias muito diversas da nossa realidade nacional.*” (REVISTA ZH, 1972, p.5)

Na esfera internacional, também a relação com a África é ponto de tensão entre o movimento negro e o governo federal. Enquanto o processo de descolonização servia de referência para resistência, assim como o exemplo concreto do enfrentamento dos



negros contra o Apartheid na África do Sul, o governo militar do Brasil mantinha relações diplomáticas com esse país, sendo, ao lado da Argentina, os únicos no mundo. Segundo Elisa Nascimento, mantinham também *“ligações ideológicas entre militares de pretória e latinos em defesa da civilização ocidental e cristã.”* (1981, p.159) Na área da cooperação técnica, equipes sul-africanas auxiliavam na busca de minerais no Brasil, enquanto forneciam urânio para pesquisas e enriquecimento no país. (Ibidem, p.175) Portanto, a afirmação de uma identidade afro-referenciada contraria esta identificação diplomática, e de certa maneira ideológica, entre os governos do Brasil e da África do Sul.

Também Nascimento, nesse estudo sobre o pan-africanismo na América do Sul, afirma que *“muitos racistas portugueses fugidos da África, durante a descolonização de Angola, foram recebidos de braços abertos pelo governo brasileiro”* (Ibidem, p.160). Portanto, assim como as notícias sobre a vitória negra na luta pela descolonização da África portuguesa, entraram os estruturadores da dominação naquele país.

Neste sentido, o movimento negro como um todo, e especificamente o Grupo Palmares, agem na contradição do governo brasileiro. No discurso oficial, havia uma exaltação das igualdades proporcionadas pela democracia racial brasileira. Enquanto isso, o mesmo governo respaldava diplomaticamente um regime de opressão racial e, o mais grave, recebia gestores do sistema de exploração português na África, depostos pelas lutas pela descolonização.

O principal ponto de enfrentamento entre o Grupo Palmares e o governo militar encontra-se, no entanto, na subversão do discurso. Os militares baseavam sua estrutura de poder nas idéias de segurança, integração e cultura nacional. Em contrapartida, as ações do Palmares buscavam o reconhecimento das diferenças étnicas e das condições

desiguais de acesso a cidadania e a integração sócio-econômica. O discurso oficial não podia conceber tal contradição.

O desconforto dos militares, em função da discussão sobre racismo, provocou a elaboração de um relatório pelo chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Jaime Portela, um dos principais articuladores do AI-5 (TREVISAN, 2000). O militar sugeriu a formação de uma Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar para investigar as manifestações. No relatório, de 10/02/69, o general alerta para uma

Campanha conduzida através da imprensa e da televisão em ligação com órgãos estrangeiros de imprensa e de estudos internacionais sobre discriminação racial, visando criar novas áreas de atritos e insatisfações com o regime e as autoridades constituídas. (AZEVEDO, 1975, p.214)

As preocupações dos militares eram reforçadas por intelectuais identificados com posições mais tradicionais, como Gilberto Freyre, foram à imprensa denunciar a tentativa de subversão do Brasil que *“cresce plena e fraternamente moreno”*. Em diversos artigos, publicados em jornais de São Paulo, Rio e Pernambuco, denunciam o *“imperialismo norte-americano”*.

como soubemos repudiar certa tentativa nazista de fazer uma cultura nazi-germânica rival da ibéria-negro-ameríndia, que constitui o fundamento da cultura nacionalmente brasileira, também nos repugna hoje aquela "negritude" que pretendia fazer do brasileiro negro - adjetivamente negro - um negro substantivamente negro e adjetivamente brasileiro, semelhante ao "negro americano", dos Estados Unidos, ou ao "negro sul-americano", isolado na União Sul-Africana, pelo "Apartheid" da convivência nacional com os brancos. (FREYRE, 1971, p.21)

Os discursos se sobrepõem no sentido de referir uma colonização de idéias vindas principalmente dos Estados Unidos para o Brasil. O general Jaime Portela vê

nesse movimento a possibilidade de surgimento de “*novas áreas de atrito e insatisfação com o regime*”, enquanto Freyre compara a postura adotada pelos negros brasileiros, influenciados pelas idéias vindas da diáspora e da África, com o nazismo.

A representação do nacional também se coloca como paradoxo entre a proposta palmarina e as do governo militar. Por um lado, enquanto os militares buscam a integração e a consolidação da nação e da idéia de povo brasileiro, os negros propõem representações simbólicas próprias que rompem com a idéia do nacional, por buscarem referenciais na diáspora negra. Outra questão colocada é que ao proporem a afirmação de uma identidade baseada numa cultura negra, entram em disputa com a idéia hegemônica de cultura nacional, defendida pelo discurso oficial e que ideologicamente sustenta a ditadura. A questão reforça a proposição ser subversiva dos negros do Palmares também frente ao regime.

A atenção dos órgãos de segurança ao movimento negro fica melhor compreendida frente aos principais pontos estabelecidos pela Doutrina de Segurança Nacional, base de sustentação da ideologia dos governos militares, que fundamenta-se no princípio de segurança coletiva. Estrutura-se em torno de quatro conceitos principais: os *objetivos nacionais* [políticos e conjunturais]; o *poder nacional* [meio de se alcançar os objetivos]; a *estratégia nacional* [aplicação do poder nacional] e *segurança nacional* [capacidade de impor seus objetivos a todos] (BORGES, 2003, p.30).

A proposta de afirmar representações simbólicas próprias atenta contra os quatro conceitos norteadores da doutrina. Entre os *objetivos nacionais* está colocada a integração, que pressupõe a inexistência de questionamentos a identidade nacional. Também ao insurgirem-se contra o lugar social buscam uma modificação conjuntural da sociedade, ameaçando o *status quo*. Ao questionarem alguns dos objetivos nacionais, os negros afrontam o *poder* e a *estratégia nacional*, as propostas dos militares e sua

viabilização prática. Pode-se dizer com isso, que as propostas do Grupo Palmares, ameaçam, em última análise, a segurança nacional pelo fato de defenderem outras idéias que não as hegemônicas, no caso o discurso de democracia racial e os relatos da história oficial. Para o grupo, *“A situação, livre de tensões raciais aparentes, é resultado da marginalização social do negro e do mulato.”*, diz o manifesto de 74 (GARCIA, 1974, n.p.). Portanto, a integração idealizada pelos militares, no que tange a população negra, se dá mais pela “alienação” do que pela existência de uma solidariedade social.

Quanto à questão do nacional, o grupo posiciona-se objetivamente afirmando que *“a experiência negra transcende o nacionalismo. [...] a melhor maneira de revelar a consciência política-social do negro é estender suas perspectivas além das fronteiras da nação, para que enxergue o problema em escala mundial.”* (REVISTA ZH, 1972, p.5) Reafirma sempre que, apesar desta perspectiva mundial, não existe afinidade com a reação violenta dos movimentos negros em outras partes do mundo, pois *“Aqui, o que existe, é um preconceito velado, a ponto de dizerem que não há. Nosso trabalho é de conscientização cultural.”* (GARCIA, 1973, n.p.)

A cultura a que se referem os integrantes do Palmares provém da tradição negra. Defendem com isso uma organização multicultural da sociedade brasileira, subvertendo a ideologia hegemônica da existência de uma Cultura Nacional. Segundo Carlos Motta (1980), seguindo uma tradição iniciada na República Velha, *“a noção de Cultura Brasileira – mais serviu a embaraçar as tensões estruturais geradas na montagem da sociedade de classes e a mascarar a problemática de dependência.”* (Idem, 286). Desta maneira, constitui-se em

formações ideológicas de segmentos altamente elitizados da população, tendo atuado, ideologicamente como um fator dissolvente das contradições reais. 'Democracia Racial', 'história incruenta', 'homem cordial', 'caráter nacional', etc. transformam-se com facilidade em moeda corrente dessa 'cultura'. (Ibidem, 287)

Neste sentido, a idéia de Cultura Brasileira, defendida pelos militares e as elites apoiadoras do regime e defensoras do sistema, guarda exatamente o que o Grupo Palmares pretende denunciar: o sistema montado para mascarar as desigualdades sociais e mais precisamente raciais, assegurados entre outras coisas pelo mito da Democracia Racial. A manutenção e fortalecimento desse mito fazem com que as etnias marginalizadas mantenham-se no lugar estabelecido pelas elites para que, com isso, possam manter seu *status quo*.

Os palmarinos partem, portanto, da idéia de que “*Não tendo como outros grupos étnicos, a proteção da tradição histórica, [os negros] assimilam o sistema de valores do branco esquecendo seus próprios valores.*” (GARCIA, 1974, n.p.) A partir disso, organiza-se a estratégia de, através da revisão historiográfica, “*reavivar as verdadeiras raízes culturais do negro brasileiro*” (Idem), porque “*tomando consciência desses fatos [...] vai participar de outra maneira da sociedade brasileira, autovalorizando-se, o que é uma atitude mais positiva do que se integrar às custas da sua alienação cultural.*” (GARCIA, 1973, n.p.) Essa, a síntese do projeto de construção de novas relações raciais, propostas pelo Grupo Palmares e que nortearam, em discursos semelhantes, toda a reorganização do movimento negro no período.

### **3 – SUBVERSÃO SIMBÓLICA: A REAFRICANIZAÇÃO DO BRASIL**

A ação de subverter a esfera política e social, realizada pelo Palmares e pelo movimento negro como um todo, deu-se principalmente pelo viés cultural, por seu discurso romper com a idéia de uma cultura nacional oficial. A subversão do discurso oficialista se dá através de três iniciativas: a releitura da história do país, a reelaboração da identidade étnica e a tradução dos ideais dos movimentos negros na diáspora e mesmo na África.

A releitura histórica se dá, num primeiro momento, pela recuperação de negros que participaram ativamente da história do Brasil, passando num segundo momento a recuperar iniciativas de resistência ao escravismo. Palmares e Zumbi, símbolos desde o primeiro momento, ganham dimensão, por tornarem-se também modelos de estruturação de uma nova relação entre os negros e de negociação com a sociedade: resistente e comunitarista.

A identidade étnica negra, construída durante o período de escravidão e mantida em manifestações como a religião, sofre uma reelaboração de seus elementos simbólicos a fim de reafirmar a existência de uma cultura negra no Brasil. Elementos esses que foram constantemente atualizados para garantir as relações comunitárias. Assim ocorreu nos territórios tradicionais, no território transicional do centro e nas áreas de reterritorialização das comunidades.

O terceiro componente apontado constitui-se na tradução dos movimentos internacionais negros. Foram muitos os ecos que chegaram no país. Também a luta pelos direitos civis e a contrária ao *Apartheid* são elementos de influência. Ao traduzirem estas manifestações e não simplesmente imita-las, o movimento negro brasileiro respaldou sua idéia de uma cultura negra resistente e da existência de um poder negro, ligados a uma tradição referenciada numa África mítica. Esse poder havia sido demonstrado na prática nas guerras de libertação e construído em discurso pelos movimentos estadunidenses, o Black Power.

A centralidade dos meios de comunicação na cultura contemporânea (HALL, 2003b), a partir deste período, deve ser levada em conta por ter possibilitado esse fluxo de informações. Por outro lado, é através da imprensa que Palmares e o movimento negro consegue sua legitimação e reconhecimento. Uso subversivo da imprensa, pois já neste período, havia se tornado significativo espaço público<sup>17</sup> e, portanto, uma das esferas de sustentação do discurso dominante. Estes temas, estão compreendidos neste último capítulo.

### 3.1 IMPRENSA COMO INSTÂNCIA DE LEGITIMAÇÃO

A imprensa cumpriu um papel importante para divulgação dos discursos construídos e na institucionalização do Grupo Palmares como instância referencial do movimento pela integração do negro na sociedade brasileira. Os militares, através dos sistemas de comunicação, haviam conseguido atingir o objetivo de integração nacional.

---

<sup>17</sup> Ver PROST, 1994, p.142 a 153; SODRÉ, 2002, p.40; KELLNER, 2001, p.27.

Se por um lado estes canais foram utilizados para fortalecer a ideologia oficial, também serviram para a divulgação e legitimação de outros discursos.

Apesar de não haver um projeto de comunicação específico, segundo relato de integrantes do grupo, pode-se verificar dois momentos distintos desta relação do Palmares com a imprensa. Num primeiro momento, os jornais foram utilizados para divulgar pesquisas do grupo e veicular os convites para as atividades que se sucediam. Apesar da divulgação obtida, Oliveira Silveira avalia que o grupo era limitado no uso do espaço. *“Não distribuíamos bem a matéria para imprensa e por isso não tenhamos tido mais apoio e não tenhamos tido uma repercussão mais forte. Já no ano seguinte, o ato se deu através da imprensa”*. (entrevista em 04/12/2004)

A entrada de novos integrantes, principalmente depois do primeiro ato evocativo, em 20 de novembro de 1971, reformulou a questão documental escrita. Reforçou-se o uso da imprensa para institucionalização e legitimação do grupo, como instância de representatividade negra. A imprensa torna-se, então, um espaço estratégico de divulgação das idéias e propostas do grupo. Deste período, têm-se os dois principais manifestos do Palmares.

A situação da imprensa neste período é bastante ambígua. Apesar do pequeno número de leitores, em função da alta taxa de analfabetismo [43,2%, em 1970], o jornal era considerado estratégico pelo regime, por falar para a elite letrada, tornando-se um campo de disputa ideológica, principalmente após o AI-5. Segundo Carlos Fico (2001, p.181), os órgãos da inteligência da ditadura atribuíram grande importância aos meios de comunicação social, principalmente a imprensa e a tv. Se por um lado utilizou-se desta estrutura comunicacional para realizar a propaganda política, por outro mantiveram um controle rígido para que os *“inimigos internos”* não utilizassem os veículos para disseminarem sua mensagem *“subversiva”*. Para exercer tal controle,



implantaram um rígido sistema de censura sobre jornais, revistas, tv, o cinema, teatro e a música. A perspectiva está ligada a Teoria Frankfurniana, que domina os estudos de Comunicação na América Latina, defendendo grosso modo a passividade do receptor frente à mensagem. O discurso serviu para os dois lados em disputa.

Conforme Fico (Idem), os setores mais radicais dos grupos de inteligência viam, nos postos de comando dos veículos, homens que defendiam, aberta ou veladamente, idéias de esquerda. Identificavam nas mais diferentes matérias jornalísticas os ecos de “esquerdismo” ou comunismo, fazendo, por vezes, avaliações simplistas ou delirantes, conforme o autor. Consideravam como temas que buscavam fragilizar o governo: críticas às multinacionais, ao INPS, à Justiça Militar e à violência policial; promoção de artistas tidos como de esquerda; denúncias sobre existência de um poder paralelo; sobre presos políticos, desaparecidos e sobre os quartéis transformados em prisões. Acreditavam ser fruto de uma “guerra psicológica adversa”, sendo os jornalistas comunistas, o PCB, o clero progressista, a ABI, a OAB e o MDB os responsáveis por tal estratégia.

A animosidade contra a imprensa estava difundida em todos os escalões do governo militar. As decisões sobre censura não eram centralizadas para evitar sua comprovação, buscando proteger a idéia do país manter-se como uma democracia. Para Smith (2000, p.74), “*obstruir ou perseguir a imprensa era uma predisposição da maioria*”. A perseguição se dava em tal nível que os jornais, apontados como sob orientação comunista, tinham suspensas as publicidades governamentais (FICO, 2001, p.184).

A fim de garantir a hegemonia ideológica, o regime utilizou-se de práticas, que iam de ameaças pessoais até atentados contra veículos de imprensa. Anne-Marie Smith (2000) enfatiza que, além da censura declarada, o regime utilizava-se do subterfúgio da

autocensura e dos bilhetinhos. A autocensura era realizada através da expedição de proibições contra a divulgação de determinados assuntos e a fiscalização do cumprimento da determinação (SMITH, 2000, p.135). Já os bilhetinhos, apesar de não ter base jurídica, tinham o uso disseminado. Em folhas sem a identificação da origem da proibição, eram distribuídos aos jornais por policiais (Ibidem, p.141). O cumprimento das determinações era garantido pela cultura do medo, implantado pelas ações violentas dos órgãos fiscalizadores, e pela burocratização. Para a autora,

o regime poderia ter exercido a censura com muito maior coerção ou muito mais às claras. Em vez disso, buscou uma rota de burocratização, tanto na operação quanto no ocultamento da censura, sempre na tentativa de deixar em aberto uma alegação de legitimidade de suas ações (Ibidem, p.210).

Além da censura, da autocensura e dos bilhetinhos, os órgãos de inteligência e repressão utilizavam-se de ações mais diretas como a apreensão de edições de jornais antes da distribuição; recusa em divulgar notícias sobre determinados assuntos e se referindo a outros somente por nota oficial; pressão psicológica, importunações, processos e agressões contra pessoas físicas; negativa de credenciais para cobertura de atividades oficiais. Por fim, foram utilizados também atentados a bombas contra diversos veículos como Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã, O Estado de São Paulo, Movimento, Hora do Povo, Voz da Unidade, Coojornal, Tribuna da Luta Operária, Em Tempo, Opinião, e contra a sede da Associação Brasileira de Imprensa (SMITH, 2000, 82-91).

Os três primeiros jornais listados por Anne-Marie Smith apoiaram o golpe num primeiro momento, assim como praticamente todos os grandes grupos de imprensa. O recrudescimento do regime, no entanto, já a partir de 1968 reverte a situação em muitos

dos casos. O Correio da Manhã, por exemplo, teve como manchete da edição do dia 1º/04/1964, a expressão *Fora!* Em sua edição, exortava a derrubada do governo:

Nós do Correio da Manhã defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O Sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país. (consultado em <http://www2.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>)

Já a Tribuna da Imprensa realizou, ao mesmo tempo, no dia 02/04/1964, uma defesa da derrubada do governo e ataques pessoais ao presidente deposto:

Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular o sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu. (consultado em <http://www2.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>)

Smith (2000) identifica dois modelos de imprensa, operando no país: a grande imprensa e alternativa. Para a autora, a grande imprensa “*implica ser representativa ou majoritária, embora ela pudesse ser apenas a dominante ou mais bem sucedida comercialmente*” (Idem, p.49). Enquanto a alternativa “*implica ser crítica, embora ela pudesse ser apenas não conformista ou idiossincrática*” (Idem). Relativiza, no entanto, afirmando que o termo imprensa responsável não se destina apenas a um dos grupos.

A implantação de uma censura mais rígida, após a implementação da Lei de Imprensa e do AI-5, fez com que os veículos adotassem uma postura de resistência. No caso da grande imprensa, mais contra a censura, propriamente dita, do que contra o regime. Já a imprensa alternativa, em sua grande maioria, esteve desde o primeiro

momento em posição contrária aos governos militares. Ainda conforme Smith (2000, p.50), as estruturas e os investimentos públicos, nos dois modelos de imprensa, são inversamente proporcionais às restrições impostas pelo estado.

A situação do Jornal do Brasil é bastante *sui generis* nesse cenário. O jornal defendeu a derrubada de João Goulart, num primeiro momento, considerava-se democrático e contrário à ditadura, mas era visto pelos órgãos de segurança como um veículo de esquerda. Na edição do dia 31 de março de 1964, em cuja noite foi desencadeada a marcha que culminou no golpe, o jornal publicava:

O Presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar. Ele se considera acima da lei. Mas não está. Quanto mais se afunda na ilegalidade, menos forte fica a sua autoridade. Não há autoridade fora da lei. E, os apelos feitos ontem à coesão e à unidade dos sargentos e subordinados em favor daquele que, no dizer do próprio, sempre esteve ao lado dos sargentos, demonstra que a autoridade presidencial busca o amparo físico para suprir o carência de amparo legal. Pois não pode mais ter amparo legal quem no exercício da Presidência da República, violando o Código Penal Militar, comparece a uma reunião de sargentos para pronunciar discurso altamente demagógico e de incitamento à divisão das Forças Armadas. (...)  
(consultado em <http://www2.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>)

O conteúdo editorial deixa clara a posição do jornal quanto à derrubada do João Goulart. Em entrevista a Revista Visão, em agosto 1976, no entanto, o proprietário, Nascimento Brito, definia-o como

um jornal que defende a iniciativa privada, tem tendências liberais e inclinação conservadora (...) é um jornal que acredita na força das idéias e não nas idéias da força (...) Enfim, nós não acreditamos em socialismo sem ditadura, nem em capitalismo sem democracia. (Revista Visão, 1976, n.p.)

É possível depreender da declaração do empresário que ele pensa o veículo liberal-conservador, colocando-o com isso numa posição de não alinhamento ao regime militar, por considerar a necessidade da democracia para o pleno desenvolvimento da sociedade capitalista. Como empresário, no entanto, defende uma sociedade mais liberal, mas igualmente capitalista. Por isso, também não se opõe totalmente a ordem estabelecida.

Visão contrária tem os órgão de inteligência. O JB, segundo Carlos Fico (2001, p.72), é a publicação que mais incomoda a comunidade de segurança e informação. Segundo documento do Centro de Informações do Exército (CIE),

O JB vem realizando uma intensa campanha de desmoralização dos órgãos de segurança, através de ataques diretos ou de destaques negativos, enfocando o aparelho policial. Aproveita fatos controvertidos, não apurados devidamente, para caracterizar a institucionalização da sevícia e da tortura nos interrogatórios preliminares. Diariamente insiste nesse objetivo, chegando até a publicar notícias falsas e tendenciosas no propósito de conseguir comprometer a polícia com a opinião pública, beneficiando, assim, a ação destruidora dos comunistas e terroristas. (FICO, 2001, p.185)

O documento é de 1972 e deve ser compreendido dentro do processo de ofensiva dos órgãos de segurança interna contra a luta armada, que resultou na eliminação dos principais líderes e dos últimos grupos de oposição armada ao regime. O CIE oficiou, através desse parecer a direção do Departamento de Polícia Federal, pedindo providências para barrar a ação do jornal. O documento chegou ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, em função das implicações políticas de qualquer ato contra o Jornal do Brasil. Portanto, o jornal é visto, em 1972, como um dos focos de resistência e enfraquecimento da “revolução”, apesar de seu proprietário colocar-se, em discurso, anos depois, como independente.

O jornal Zero Hora foi fundado em maio de 1964, um mês depois do jornal Última Hora, de Samuel Wainer, ser proibido de circular pelos militares. Os sócios da Rádio Gaúcha haviam adquirido 50% das ações do antigo jornal e o recolocam no mercado com uma nova proposta editorial. Na primeira edição, que circulou no dia 04 de maio, com 24 páginas, o editorial trazia uma declaração de princípios na qual se lia: *“Nasce hoje um novo jornal. Autenticamente gaúcho. Democrático. Sem vínculo ou compromissos políticos.”* (ESPECIAL, 04/05/2004, p.4)

Em 1968, o jornal circulava em 110 municípios do RS. No início da década de 1970, em meio a uma crise financeira do jornal, a Rede Brasil Sul de Comunicações assumiu o controle da Zero Hora. Sob nova administração, chega, em 1972, a uma tiragem de aproximadamente 28 mil exemplares nos dias úteis. Também nesses anos, abria um escritório em Brasília, ampliando a área de atuação do veículo. Neste período, o principal jornal da capital gaúcha é o Correio do Povo.

Apesar disso, a publicação de um caderno especial, com oito páginas, sobre a questão negra num dos principais jornais do estado, chamou a atenção para o Grupo Palmares em âmbito local. O primeiro ato evocativo, realizado no ano anterior, havia reunido poucas pessoas. Mesmo contribuindo para que novos integrantes entrassem para o Palmares, teve pouca repercussão social. Ao midiaticizar suas propostas, o grupo tornou-se referência local. Posteriormente, pelo posicionamento adotado em seu primeiro grande manifesto e a radicalização de sua proposta, foram procurados, em maio de 1973, pelo jornalista Alexandre Garcia, então repórter da sucursal do Jornal do Brasil em Porto Alegre, para uma matéria sobre a negação ao 13 de maio (GARCIA, 13/05/1973, n.p).

O jornalista não recorda com precisão em que situação se deu o encontro com o grupo. Acredita que conhecia uma de suas integrantes, além de ter lido sobre o

questionamento que o grupo fazia ao 13 de maio. Conta que na sucursal não havia pauteiro, ou editor. O próprio repórter procurava suas pautas e depois a submetia ao editor no Rio de Janeiro. Sua matéria para o dia da Abolição seria as propostas do Grupo Palmares, ocupando uma página inteira do jornal. (GARCIA, entrevista em 25/11/2005)

A matéria refere-se a idéia que originou o grupo, não ao 13 e sim ao 20, e as justificativas para que defendessem tal posicionamento. A principal questão colocada é que depois da Abolição a situação do negro não se modificou, tendo até piorado, por falta de respaldo público. *“A falta de um programa de integração, junto com a Lei Áurea, manteve o negro inferiorizado.”*, escreve o jornalista, seguindo declaração dos palmarinos.

Na matéria também, a crítica a historiografia oficial que, para os integrantes do Palmares, foi *“feita pelo branco”* e tem sido mal contada em relação ao negro. A afirmação constitui-se argumento central não só da ação do grupo, como da sua própria existência, que é a de levantar o patrimônio histórico e cultural do negro. A revisão histórica daria subsídio para que o negro *“conheça a verdadeira história do seu povo no Brasil, e , sacudindo seus complexos, passe a participar de outra maneira na sociedade brasileira, consciente de seu valor – o que é diferente de uma integração à custa da sua alienação cultural.”*, refere o jornalista, com base na entrevista do grupo.

Toda a dinâmica local do grupo junto com a repercussão da entrevista, publicada em 13 de maio no Jornal do Brasil, que chegou a ser referida no *Le Monde*, abriu espaços para o avanço nacional da idéia. A adoção do 20 e o contato com grupos do centro do país, que se iniciava, foi fomentado pelo Manifesto de 74 (GARCIA, 20/11/1974, n.p.), publicado em 20 de novembro, também no jornal do Brasil.

O Grupo Palmares é então apresentado como uma integração de sociólogos, advogados, arquitetos, professores e estudantes universitários e do 2º grau, que buscam “*dar um novo enfoque à tão falada integração racial*”. No manifesto, a postura do grupo apresenta críticas mais diretas a padrões sociais. O leque de frentes de ação é ampliado. Criticam a estrutura social preconceituosa e repressiva, mas ao mesmo tempo criticam os negros que a ela se submetem passivamente. Criticam o *status quo* e também a esquerda, que então fazia oposição ao sistema vigente, mas deixava de lado a questão racial. Mais do que oposição ao 13, estava lançada a semente do 20, como referência simbólica. Conforme Oliveira Silveira,

À medida que a gente foi tomando conhecimento de outros trabalhos, as coisas mudaram. Na verdade dentro do próprio grupo, a medida que entravam novas pessoas, foram surgindo novas perspectivas, orientações. O grupo inicial era bastante limitado. Depois, com a entrada da Anita, estudante de sociologia, trouxe idéias mais avançadas. Depois a Helena Vitória dos Santos Machado, e, mais para o final, a jornalista e professora Marisa Souza da Silva. São pessoas que orientaram, reorientaram o trabalho do Grupo Palmares. (entrevista em 23/08/2005)

A imprensa constitui-se, portanto, na principal instância de legitimação do grupo como instituição representativa das iniciativas de negritude. O caderno publicado por Zero Hora exerceu tal função em nível regional. Também abriu as portas para que as proposições do grupo fossem nacionalizadas através do Jornal do Brasil. A matéria sobre o 13, em 1973, e o Manifesto de 74 deram uma dimensão nacional ao grupo, legitimando a ação e o discurso construído pelo Palmares, além de institucionalizarem a própria entidade, tornando-a até hoje uma referência para o surgimento do chamado Movimento Negro Moderno no país.



### 3.2 RESSIGNIFICAÇÃO DE PALMARES

A construção do discurso do Palmares, quanto à questão da identidade étnica e da ideologia, pode ser percebida ao se analisar o material produzido pelo grupo e em consequência de suas discussões e atividades durante o período, relacionando-os com os depoimentos dos sujeitos sociais. No centro desta análise, encontram-se os manifestos de 1972, baseado nos primeiros atos e discussões realizadas pelos integrantes, e o de 1974, que demonstra o amadurecimento das propostas expostas dois anos antes. Estes documentos também se constituem como fundamental na análise desta construção discursiva, pois o de 72, publicado em Zero Hora, foi responsável pela legitimação do grupo em nível estadual. Já o segundo documento de 74, publicado no Jornal do Brasil, amplia esta visibilidade para a esfera nacional.

Além desses documentos centrais, a entrevista publicada também pelo Jornal do Brasil, em maio de 1973, aponta para a passagem de um discurso culturalista em 1972, para um discurso mais político em 1974. Também o livreto *Mini História do Negro Brasileiro*, publicado em 1976, sintetiza a leitura do passado, proposta pelo grupo para uma nova história do escravismo e da presença negra no país. O livreto foi uma produção independente do grupo e, na prática, é a materialização da revisão historiográfica pedida. A análise do seu conteúdo se constitui numa referência para o estudo da construção discursiva.

O grande fato político estava definido desde os primeiros momentos do grupo Palmares: não ao 13 e sim ao 20. As articulações ideológicas e identitárias foram forjadas a partir dessa proposição, que trouxe consigo a mitificação de Zumbi e a ressignificação do Quilombo.

O mito de Zumbi dos Palmares configura-se como ruptura com uma tradição estruturadora do pensamento e das relações sociais. O processo vai ao encontro da proposição de Girardet (1989) para quem o mito político pode surgir pela revolta contra uma ordem social opressora em função, ou não, de um *'traumatismo social'*. Diz ainda que

[...] a efervescência mítica começa a desenvolver-se a partir do momento em que se opera na consciência coletiva o que se pode considerar como um fenômeno de não identificação. A ordem estabelecida parece subitamente estranha, suspeita ou hostil... isso significa que ao invés de se reconhecer através das normas existentes. (GIRARDET, 1989, p.181)

A estratégia de branqueamento havia falhado em sua 'promessa' de integração e o discurso de democracia racial, mostrou-se sem fundamentação prática. Restava a construção de uma nova alternativa, baseada agora na afirmação de uma identidade negra. Proposto a partir desse contexto social, o mito de Zumbi tornou-se *"instrumento de reconquista de uma identidade comprometida"*. (Ibidem, p.183)

A imagem de Zumbi e de Palmares já vinha sendo trabalhada culturalmente. Na Literatura, têm-se referências desde Castro Alves, com Saudação a Palmares (1997), até o poeta negro Solano Trindade (1944), cuja obra centrou-se na área da poesia política marxista. Cacá Diegues lança, em 1963, o filme Ganga Zumba, e em 1964, a peça Arena conta Zumbi, de Gianfrancesco Guarnieri e Edu Lobo, com direção de Augusto Boal, também aborda o tema.

Na historiografia brasileira, as primeiras referências sobre Palmares estão ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, na metade do século XIX. Nina Rodrigues, em seu livro *Os africanos no Brasil* (1982), busca fazer um apanhado dos estudos sobre Palmares até o início do século XX. Discute, no texto, as divergências

existentes entre historiadores sobre quando o quilombo teria sido destruído, 1695 ou 1697, como teria se dado à morte de Zumbi, se o termo correto seria Zumbi ou Zambi e finalmente se Zumbi seria uma ou mais pessoas. Responde afirmando que Zambi seria um título, ostentado pelo rei e pelos generais, e, por isso, um poderia ter se atirado da montanha, enquanto outro ter morrido em combate. Quanto a término da luta, diz que a morte do líder não coincide com o final dos confrontos que teriam seguido por vários anos. A obra é marcada pela visão racial e eugenista de seu autor. Tenta, portanto, compreender o quilombo pelas características das populações negras identificadas na região por seus estudos.

Segundo Rodrigues, manuscrito do desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, de 1841, faz um levantamento de documentos existentes para se escrever uma história do Brasil, levantando questionamentos sobre a localização “*exata, a população e outras condições desses quilombos*”. Também é referência, deste período, nos estudos sobre Palmares, o texto do conselheiro Antonio de Meneses Vasconcellos de Drummond (1794-1865) escrito em 1859. O primeiro texto propõe-se normativo, apresentando orientações sobre o trabalho de coleta de fontes primárias, respaldado nos princípios da historiografia positivista. Já o segundo, transcreve documentos oficiais produzidos pelas expedições que estiveram em Palmares no marco temporal referido.

Antes, no entanto, Rodrigues encontra referência ao quilombo no livro História da América Portuguesa (1730), escrito por Sebastião Rocha Pita (1660-1738). Mesmo defendendo o castigo para os negros escravizados e considerando os fugitivos *preguiçosos e inimigos* do trabalho, o autor descreveu Palmares como uma “*república rústica, bem ordenada a seu modo*”. Nina Rodrigues credencia a Rocha Pita, a denominação *República dos Palmares*.

Já o escritor português Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) classificou o quilombo como *Tróia Negra* e comparou sua história a *Iliada* em seu livro *O Brasil e as colônias portuguesas* (1876). Também fazem referências a Palmares obras, como de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*, publicada em dois volumes nos anos de 1854-1857; e *A escravidão do Brasil*, de Agostinho Marques Perdigão Malheiros (1824-1881), consideradas referenciais para o estudo do período. Enquanto o primeiro faz uma abordagem ideológica do tema, vendo os escravos como incapazes; o segundo propõe uma crítica da representação legal do escravo como um inimigo doméstico. (RODRIGUES, 1982)

Os estudos realizados depois da metade do século XIX, além de elaboradas a partir do método tradicional, apresentam influência das teorias raciais. Por isso justificam, como no livro de Rocha Pita, o processo de aquilombamento como fuga do trabalho por preguiça. Afirmam também em sua maioria que a organização de Palmares se deu por imitação da sociedade implantada nas Américas pelos europeus.

O pensamento eugenista também marca as obras do bibliotecário Ernesto Ennes, que serviram para a pesquisa inicial do grupo porto-alegrense. Publicou dois livros (1938a; 1938b) sobre o tema nas décadas de 30, baseados em documentos oficiais. Utilizou-se dessas fontes para comprovar o heroísmo bandeirante paulista diante dos quilombolas, considerando o episódio como um dos importantes choques entre a *barbárie* e o *progresso*. Apesar do viés racial científico da obra, Ennes define, a partir de documentos, a data de extinção de Palmares e da morte de Zumbi, seu último líder, o que deixa para trás as discussões que dominaram o período anterior.

Na mesma época, surgem os estudos do antropólogo Arthur Ramos (1903-1949) e do historiador Edison Carneiro (1912-1972). Em síntese, as obras procuram mostrar

que o quilombo seria uma alternativa para manter a identidade negra distante de uma suposta deformação pelo contato com a cultura branca. O livro de Edison Carneiro *O Quilombo dos Palmares* (1947), produzido durante o Estado Novo, foi proibido, sendo publicado inicialmente no exterior. A idéia de confronto cultural ia contra a idéia de integração pacífica das raças através do processo de mestiçagem. O livro de Carneiro tornou-se referência para todos os estudos posteriores e consolidou a imagem do movimento como de resistência ao regime escravista.

Os estudos sobre raça, desenvolvidos pela ONU e coordenados por Florestan Fernandes, a partir da década de 50, criam um novo panorama nos estudos sobre o negro e conseqüentemente sobre Palmares e o processo de aquilombamento. Além do próprio Florestan, cuja obra discute a integração do negro a partir de pressupostos materialistas, como a disputa de classe, desponta os estudos de Clóvis Moura. O livro *Rebeliões da Senzala* (1959) aponta em direção diferente aos estudos realizados até então, mesmo pelos marxistas. Partindo desses últimos, utiliza-se de conceitos como luta de classes, defendendo o quilombo como inerente à escravidão por haver exploração de classes. Acrescenta, no entanto, a visão que o surgimento de quilombos é responsável pela dinamização e, principalmente, pelo desgaste do sistema escravista. Considera as revoltas escravas, entre elas os quilombos, como a busca pela recuperação da dignidade humana, perdida com a escravidão. Também aponta o Quilombo dos Palmares como a maior tentativa de autogoverno dos negros fora do continente Africano.

Nesta perspectiva, se dá o processo de mitificação de Zumbi e de Palmares. Retomando Girardet, ele afirma que a atividade mítica, ao provocar uma reestruturação mental, altera a realidade social. Ao mesmo tempo em que é construído socialmente, constrói uma nova realidade social. Diz ainda que *“cada mito político contém em si*

*mesmo uma visão global e estruturada do presente e do futuro coletivos*” (1989, p.182); sendo esta a sua função estruturante.

Os jovens, portanto, buscam referenciais de presente num passado distante. Palmares, em sua experiência radical, democrática e integradora das raças, descrita pela historiografia marxista, representaria a idéia de Idade de Ouro, proposta por Girardet. Nas palavras de Oliveira Silveira, um dos idealizadores do 20 de Novembro, Palmares simbolizava a liberdade conquistada, *“uma construção coletiva de negros que tiveram seus líderes, suas figuras luminares, mas que tinham construído juntos tudo aquilo”* (SILVEIRA, entrevista concedida em 23/06/2005).

A proposta de construção coletiva foi buscada pelo grupo como projeto de ação e, portanto, buscou-se no passado uma idealização de convivência e organização a ser seguida. Contrapunha-se, desta maneira, às relações raciais hegemônicas de integração ao modelo social pela negação de referenciais negros. Essa ruptura atende o que diz Girardet para que *“a emergência de formas novas de organização comunitária, nascidas no interior da sociedade global e no mais das vezes em oposição a ela”* (1989, p.184).

Mesmo pensando na coletividade de Palmares, o grupo adotou a data da morte de Zumbi, o que ajudou a reforçar a idéia do herói. Justificam dizendo que era a única data historicamente comprovada. *“Como não tínhamos a data de nascimento de Zumbi, ou do início de Palmares, nós, por analogia com Tiradentes, adotamos a data da morte de Zumbi.”*, reforça.

A aproximação entre as figuras de Zumbi e Tiradentes já vinha sendo trabalhada pela cultura em resistência ao regime ditatorial. Depois de encenar Arena Conta Zumbi, em 64, Augusto Boal havia levado para o teatro a peça Arena Conta Tiradentes (1965). Duas figuras identificadas com a luta pela liberdade, em meio a um regime ditatorial.

Tiradentes já representava, um dos mitos da República, aceito pela historiografia oficial. Zumbi, no entanto, ainda possuía o estigma de ter-se oposto ao sistema escravista e a idéia de *progresso*, baseada na cientificidade e na ordem européia. Além disso, por muito tempo, sua existência permaneceu como mítica, considerando que a historiografia positivista considerou seu nome como sendo um título, utilizado pelos generais de Palmares.

Ressignificado como grande guerreiro condutor do quilombo, pela revisão realizada a partir da década de 40, por Edison Carneiro, e consolidada pela historiografia marxista, o mito de Zumbi supre o vazio provocado pela não identificação da comunidade negra com sua realidade social. Considerando os modelos de heróis, proposto por Girardet (1989, p.70), o líder de Palmares enquadra-se no modelo de conquistador, capaz de subjugar multidões com o brilho de sua ação.

Inicialmente, simples opositores ao 13 de Maio e sua significação de liberdade concedida, o grupo de jovens negros porto-alegrenses descobriu em Palmares uma representação para a liberdade conquistada e espaço social de igualdade construída. Se, durante o período que esteve à frente do Quilombo dos Palmares, as populações do entorno acreditavam que Zumbi ostentava poderes sobrenaturais, como a imortalidade<sup>18</sup>, o movimento negro atualizou o mito para guiar seus passos do novo caminho escolhido a partir de então; resistência ao modelo de integração através do branqueamento e da acomodação ao lugar social relegado ao negro.

---

18 Ver FREITAS, 1973.

### 3.2.1 Construção de um novo discurso

A aplicação de ideologia como uma categoria de análise tem demandado a atenção de quem se propõe a discutir e analisar as relações de poder entre indivíduos e grupos, conforme demonstra estudo realizado por John Thompson (1995, p.43-99). Os avanços do conceito em Gramsci, principalmente sua aproximação com a esfera simbólica, tornaram sua definição dominante a partir da década de 70. Para Gramsci, a ideologia é “(...) *uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas*” (GRAMSCHI, 1978,p.16). O pensador desenvolveu o conceito a fim de explicar a falta de revoluções nas democracias capitalistas do ocidente.

O conceito de hegemonia é usado por Gramsci para referir-se a uma *condição em processo* no qual uma classe dominante (em aliança com outras classes ou frações de classe) não simplesmente *dirige* a sociedade, mas a *guia* através do exercício da liderança moral e intelectual. Nesse sentido, o conceito é usado para sugerir uma sociedade na qual, apesar da opressão e exploração, existe um alto grau de consenso, uma extensa proporção de estabilidade social; uma sociedade na qual grupos subordinados dão a impressão de sustentar e subscrever valores, ideais, objetivos, sentidos culturais e políticos que os vincula e 'incorpora' às estruturas de poder prevaletentes. (STOREY, 1997, p.124 apud HALL, 2003b.)

Stuart Hall articula sua noção de ideologia, aproximando-se do conceito gramsciniano. A definição apontada é de que interesses de diferentes grupos sociais são representados e articulados em diferentes ideologias.



Por ideologia, refiro-me às estruturas mentais - as linguagens, os conceitos, as categorias, imagens do pensamento e os sistemas de representação que diferentes classes e grupos sociais desenvolvem com o propósito de dar sentido, definir, simbolizar e imprimir inteligibilidade ao modo como a sociedade funciona (Hall, 2003b, p.267).

Para Hall, a ideologia possui dois níveis distintos a partir dos quais se avalia sua eficácia histórica, o que só ocorre quando ela permite transformar a consciência prática cotidiana: o senso comum e a filosofia. A partir do conceito, o autor aponta que o problema da ideologia é a maneira como idéias diferentes são aceitas pela massa, tornando-se uma força material.

O mesmo diz Thompson (1995, p.78) quando refere que “*formas simbólicas não são meramente representações [...] ao contrário, estão, contínua e criativamente, implicadas na constituição das relações sociais como tais*”. Para o autor, as formas simbólicas são “*um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos*” (Ibidem, p.79). As categorias adotadas por Thompson (1995, p.81), para analisar os modos como a ideologia opera, facilitam a compreensão de como essa força material, ou relação social, é trabalhada no campo simbólico e de como age para manter as formas de dominação. São elas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

No caso brasileiro de dominação social por referenciais europeus, várias destas categorias operam conjuntamente. A *legitimação* ocorre através do apelo a “*tradições imemoriais*” (Ibidem, p.82) que são contadas por histórias de um passado que se reflete no presente como aceitável. Os argumentos encontram-se nos relatos históricos aceitos como oficiais. Cita-se, por exemplo, a obra de Gilberto Freyre. Ao mesmo tempo, verifica-se características de *dissimulação*, considerando que muitas das relações, como

a discriminação e a desigualdade social, são “*negadas ou obscurecidas [...] pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes*” (Ibidem, p.83).

Também a *unificação* é uma categoria operante no modelo de dominação brasileiro. Caracteriza-se “*uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças*” (THOMPSON, 1995, p.86). Localiza-se aqui o mito da democracia racial, também os projetos de Cultural e Identidade Nacional, defendidos pelos grupos hegemônicos a fim de manterem sua dominação. Por último, encontra-se característica da categoria *reificação*, que se constitui na naturalização de uma situação histórica, que pode ser identificado no lugar social ocupado pelo negro. Também se define por apagar os sujeitos responsáveis pelos acontecimentos, parecendo que os processos acontecem ao natural. É a questão do racismo, o qual ninguém se admite, mas reconhecem sua existência.

Frente a essa análise, chega-se ao entendimento que a manutenção da hegemonia dos referenciais europeus ocorre na sociedade brasileira pela afirmação de uma ideologia que opera no senso comum, influenciando a maioria negra. Conforme Clóvis Moura (1994, p.235), a população mais pobre tem que se preocupar com a sobrevivência sócio-econômica e por isso aceita a dominação, garantida pelas forças policiais, de maneira passiva. Isso a distancia da classe média negra que, na busca por novos espaços, milita por uma identidade cultural e contra a discriminação. Tal “distância” é conceituada por Moura como *dialética racial* (Idem).

A maioria dos representantes das classes populares negras, em sua luta pela sobrevivência, acomoda-se a ideologia dominante, baseada num discurso de unificação, como referido, deixando de discutir as questões étnicas e de ancestralidade. Clóvis Moura (1994, p.160) nega a possibilidade de existir igualdade num país que ainda não

se tornou plenamente democrático nas áreas social, política, econômica e cultural. Observa também que a distância social e ideológica entre a maioria pobre e a classe média dificultava a elaboração de uma política unificada, capaz de afrontar o problema da inserção social do negro na sociedade brasileira.

Palmares trabalhou com a expectativa de levar seus preceitos para a população negra *alienada*, como fica claro nos relatos de seus fundadores. Ilmo Silva refere que buscavam “lançar idéias do negro para a sociedade. Reclamar só não adiantava. Tínhamos que mostrar alguma coisa que o negro fez. Mostrar o quanto o escravo fazia coisas importantes” (SILVA, entrevista em 14/09/2005). Oliveira Silveira reforça o argumento ao dizer que “Nós do grupo Palmares, não tínhamos a intenção de individualizar a questão do 20 de novembro na figura de Zumbi [...] Nós visávamos mais o coletivo...” (entrevista em 04/12/2004)

A comparação entre os manifestos publicados pelo grupo Palmares em 1972 e 1974 possibilita uma boa análise da transformação de um discurso mais culturalista para um mais político, da discussão teórica para a prática. O primeiro documento busca apontar a situação de marginalização em que o negro se encontra e as possibilidades reais de superação dessa condição. Em 1974, com críticas bem mais contundentes, buscam explicação também na submissão da maioria dos negros de classe média ao sistema que lhe é imposto, principalmente aos que buscam alterar sua situação, através do branqueamento social.

As justificas apresentadas pelo grupo em 1972 referem-se a construção de uma base teórica consistente para o reconhecimento da tradição e da história da presença negra no Brasil. Objetiva com isso alertar a condição de aculturação sofrida historicamente, sendo, desta perspectiva, a reapropriação dos elementos da cultura negra determinante para que o negro possa se impor como ser humano completo.

Essa imagem remete a questão da *dupla consciência*. Se por um lado o negro é um brasileiro e busca garantir o acesso pleno a cidadania, que ainda não lhe é garantida no aspecto social e econômico e mesmo cultural, por outro não pode renegar sua condição de negro. A proposição de completude passa, portanto, pela aceitação de sua condição de negro, com toda a carga cultural e histórica pertinentes, e pela aquisição de todos os direitos como cidadão brasileiro, sem com isso ter que abrir mão de sua condição étnica pessoal – alternativa adotada com o branqueamento.

Já no manifesto de 74, referem que a estrutura dominante nega o acesso da população negra ao seu passado, ignorando sua cultura por força da alienação. Para a superação desse processo, o grupo buscava alertar, com ações diretas nas comunidades, “*no sentido de reavivar as verdadeiras raízes culturais do negro brasileiro*”. Esse objetivo esteve presente desde o início do grupo, como reforçam os depoimentos dos integrantes:

Era um posicionamento contrário à historiografia dita oficial [...] Propunha-nos a estudar um pouco mais de História, rever a história do Brasil e a história do negro que nos passavam. (SILVEIRA, entrevista em 04/12/2004);

Palmares começou a atuar com uma retomada de poesias, roda de conversa, de leitura. Sempre sobre a temática da cultura negra. (CORTES, entrevista em 31/05/2005)

O pessoal que se reunia tinha um embasamento cultural para discutir os assuntos ligados a cultura negra. (SILVA, entrevista em 14/09/2005);

Esse grupo discutia a importância da participação do negro na história do Brasil [...] buscava preencher a falta de informação das comunidades negras. (MACHADO, entrevista em 2005).

As justificativas e objetivos apontam que o grupo passou da proposta de construção teórica para a necessidade de ações junto a comunidade que não tinha o mesmo acesso as informações e que, por isso, não tinham *tomado consciência* de sua situação social. Tendo como proposta inicial ser uma *“força negra que fale das necessidades de uma raça”* e denunciando a omissão da historiografia quanto ao negro, partem para ações de caráter mais abrangente como a revisão historiográfica e mesmo o *“ajuste da cultura Ocidental”*. *“[...] nesse meio tempo foram surgindo outras coisas. Idéias que estão hoje sendo implementadas. A questão da Educação, a revisão dos livros didáticos. Isso é uma das coisas que propõe o manifesto de 74, do Jornal do Brasil.”* (SILVEIRA, entrevista em 23/082005)

O Palmares não possuía ligação, como instituição, com política partidária. Havia surgido, assim como os diversos outros movimentos, da falência dos projetos da esquerda tradicional. Incluía-se no projeto de resistência ao golpe militar dentro da perspectiva de fazer parte de um movimento maior, como já referido, sobre os chamados movimentos da diferença. Apesar dessa independência partidária havia uma ligação muito forte com as idéias socialistas.

Pode-se encontrar referências em praticamente todas as falas dos entrevistados. Oliveira Silveira refere que *“[...] tínhamos as motivações da negritude, das independências africanas, as idéias socialistas e mais os movimentos negros estadunidenses.”* (entrevista em 23/08/2005). Prossegue afirmando que *“O grupo trabalhava mais com a idéia do coletivo e aí está a corrente socialista.”* (Idem). Com a entrada de pessoas ligadas as Ciências Sociais e, principalmente, da estudante de arquitetura Helena Vitória Machado, há uma maior aproximação com os princípios marxistas. Para Vera Daisy Barcellos,

havia muita cobrança do posicionamento político. Tinha que ter tendência marxista. Dominar determinados livros que eram manuais da época. [...] Outra coisa que vai me marcar muito, além das exigências do conhecimento teórico, da ideologia, era o que as pessoas queriam de ti, como é que tinha que te posicionar, ter um comportamento político bem mais contundente do que eu vivenciava. Não tinha o discurso político. [...] Isso era muito cobrado de mim. (BARCELLOS, entrevista em 17/03/2006)

Waldemar de Moura Lima, conhecido como Pernambuco, hoje um dos principais articuladores do movimento quilombista no estado, acompanhou a movimentação do Palmares, mas ainda não era militante. Ligado à cultura popular, relembra que ainda não tinha *“tomado consciência”*. Conta que conheceu *“o pessoal do Grupo Palmares, mas naquela época eu não dava tanta bola porque estava envolvido com o carnaval. Fazia cultura popular. Não tinha a visão crítica que o Oliveira Silveira e os companheiros da turma do Palmares. Achava eles uns radicais.”* (LIMA, entrevista em 20/03/2006) Avalia no entanto que a experiência quilombola é anterior aos estudos de Marx e efetivamente mais comunitaristas do que o proposto pelo pensador alemão. *“Quando Marx senta para pensar o socialismo, nós já tínhamos experiências comunalistas na prática. Os quilombos, onde todos são iguais e têm direitos iguais. Não repassam essa visão avançada de sociedade, dizendo que é uma construção de negros.”* (Idem)

Sob esta ótica, depreende-se ao mesmo tempo uma incompatibilidade entre a proposta palmarina e seu viés marxista. Ao mesmo tempo em que criticam o oficialismo histórico, preferem por adotar uma linha ideológica marxista, relegando a um plano prático a experiência negra anterior. Por outro lado, fica claro que o grupo defende idéias que são de seu tempo. Apesar do PCB ter perdido o controle sobre as atividades da esquerda, sua construção ideológica ainda era muito presente nestas mesmas iniciativas e por isso a existência tão forte de tendências marxistas no Palmares. Os mais

radicais estavam, segundo Vera Daisy, ligados a militância na política partidária. “*A patrulha ideológica era muito grande. Ou tu fazias parte desse grupo, ou então caía fora.*” (BARCELLOS, entrevista em 17/03/2006)

Na relação com o contexto social, os manifestos também demonstram uma construção mais política do discurso do grupo. Em 1972, o grupo defendia que o estado de inferioridade econômica e cultural em que se encontrava o negro, era fruto da escravidão e da autoridade paternalista que se mantinha vigente em nossa sociedade. Além disso, a carência de educação seria responsável pela apatia dos negros em sua situação.

No documento de 74, os integrantes do Grupo Palmares analisam a política externa e afirmam que os negros mais esclarecidos *alienam-se*, não buscando proteger a tradição e história negra como forma de afirmação coletiva, facilitando a *alienação* da maioria negra. Na ótica do grupo, muitos convivem tranquilamente com o processo de branqueamento, mascarado pelo discurso da tolerância e igualdade de oportunidades. Para isso, buscam a acomodação ao sistema de discriminação racial, como o casamento inter-racial para adquirir status social e o afastamento dos negros com menor poder aquisitivo, buscando ser exceção à regra.

A discussão sobre a historiografia oficial e a necessidade de revisão desta está colocada como questão central nos dois manifestos. O primeiro refere que os desvios e confusões são tantos que criamos reservas frente a mitos que estejam em oposição ao sistema, como é o caso de Zumbi. Reforçam, no entanto, a importância de Palmares que é visto pela história oficial como ação civilizadora e não como um protesto social.

A crítica ao processo de *apagamento* da memória sobre palmares radicaliza-se em 1974. Segundo o manifesto, os fatos ligados a Palmares são pouco divulgados e bastante deformados. Teriam sido apagados pela cultura acadêmica, incluindo a

historiografia marxista, tida como omissa em relação a esse episódio e as demais rebeliões negras. “*Estavam tentado manipular o passado na África e nas Américas para o resto do mundo*”, recorda Antônio Carlos Cortes (entrevista em 31/05/2005).

A experiência de Palmares está no centro da proposição do grupo. Os dois manifestos dedicam suas aberturas a análise do movimento quilombista e a abordagem deste pela dita história oficial. Argumenta-se, no primeiro momento, que Palmares constitui-se num fato importante de nossa história, desprestigiado oficialmente. Isso porque se trata de um movimento de resistência duradouro dentro da capitania mais rica, dentro de uma das colônias da principal força marítima, ao lado da Espanha, do século XIV e XV, quando da existência do quilombo. Coloca o advento de Palmares como um “*protesto social em busca de afirmação dos direitos humanos, de honra e dignidade*” (REVISTA ZH, 1972, p.05) de todo um povo.

A análise feita em 1974 propõe Palmares como fruto de uma “*reação constante e reiterada da escravidão*”, uma estratégia de oposição ao sistema escravista, retomando *Rebeliões na Senzala* (MOURA, 1988). Palmares é visto então como um “*Estado negro livre de atrocidades dentro de um país colônia, resultado da capacidade criadora de uma raça*” (GARCIA, 1974, n.p.). Também vislumbra Palmares como um “*sistema social econômico e político, baseado na igualdade dos membros*” (Idem). A situação política do país também é abordada referindo a pecha de subversivo a quem fala de Palmares em função do uso feito pela esquerda desta imagem.

O livreto *Mini História do Negro Brasileiro*, publicado em 1976 pelo Grupo Palmares, é uma síntese da proposta de revisão historiográfica defendida desde seu surgimento pelo grupo. A edição foi realizada pelo próprio grupo e, por falta de mais recursos, configura-se em um livreto de 12 páginas, em tamanho A5, numa impressão que se assemelha a uma cópia xerográfica. O texto está dividido em quatro eixos:



escravidão, Palmares e as rebeliões negras, as campanhas abolicionistas e o 13 de maio e, por fim, a situação pós-abolição. A bibliografia citada registra quatro livros sobre Zumbi, dois sobre insurreições negras e um sobre o negro no Pará.

Nos três itens dedicados ao eixo da escravidão, podem ser apreendidas três importantes discussões que tem relação direta com as propostas do grupo. O primeiro é um questionamento que trata do problema de identificar a origem dos escravos que vieram para o Brasil. Conforme livro, *“É controvertido o problema da sua procedência, isto é: de que pontos da África eram originários os negros vindos para o Brasil”*. (PALMARES, 1976, n.p.) O questionamento cresce em importância se o analisarmos a partir da perspectiva que, por afirmar que os negros brasileiros, a exemplo dos descendentes europeus, pertenciam a diferentes territórios, rompe-se com a imagem de uma África única, como costuma ser vislumbrada. Ao chamarem atenção para a diversidade étnica de negros africanos e contrapondo isso a uma realidade onde se valorizam as diferenças étnicas européias, reafirmam a necessidade e a possibilidade de uma afirmação étnica negra.

O segundo ponto destacado neste primeiro eixo trata da participação do negro como *“mola-mestra”* nos grandes ciclos econômicos do Brasil, como escravo. Essa referência deve-se ao fato que durante a escravidão a mão-de-obra negra foi fundamental para o desenvolvimento econômico do país e quando, com o advento do mercado livre, passa a concorrer como mão de obra remunerada é marginalizado e estigmatizado como preguiçoso e inábil. O discurso construído choca-se com a prática histórica e mesmo com a década de 70, quando os negros ocupavam em sua grande maioria empregos de baixa remuneração e complexidade, mas ao mesmo tempo fundamentais para o projeto de desenvolvimento sócio-econômico, como a construção civil e mesmo os trabalhos domésticos.

Por último, encontra-se a denúncia do trabalho exaustivo e dos castigos físicos sofridos pelos escravos durante o cativeiro, construindo um “*sistema de terror*”. Sistema esse que é denunciado pelo grupo em sua resistência a ditadura e em sua defesa da maioria pobre negra, oprimida pela aculturação e pelo controle exercido através das forças de segurança do estado.

O segundo eixo trata da reação dos negros ao sistema escravista. Refere que “*o negro não se sujeitou passivamente à escravidão*”, buscando que os negros que o fazem, principalmente através do branqueamento social, estão indo contra uma história de resistência que tenta ser apagada pelo oficialismo. Também é feita nesse momento a longa referência a Palmares que é apresentado como “*um verdadeiro estado negro que dominou praticamente todo o século XVII no nordeste brasileiro.*” (PALMARES, 1976, n.p.) Nesta parte do livreto, também estão referidas outras iniciativas de aquilombamento e as rebeliões negras, principalmente no nordeste e sudeste, de onde existia mais bibliografia e pesquisas. Um grande número de exemplos é listado, a fim de acabar com a idéia hegemônica do escravo passivo.

O abolicionismo é referido no sentido de alertar que o Brasil foi o “*último país americano a declarar libertos seus escravos*”. Também introduz o item titulado de “*O logro de 13 de maio*”, onde são listadas, na visão do grupo, as verdadeiras causas da abolição. São elas:

- os interesse comerciais e a pressão da Inglaterra;
  - a pressão dos republicanos (que consideravam antieconômica a escravidão e que usavam o abolicionismo como bandeira política, sem o real propósito de resolver verdadeiramente a situação do escravo);
  - a pressão dos próprios escravos, através de suas incessantes e generalizadas rebeliões;
  - o desejo de conservar o regime (por parte do Império);
  - a necessidade de reformular a economia nacional.
- (PALMARES, 1976, n.p.)

O último eixo aborda a situação do negro no pós-abolição e pretende falar também da situação atual da época. Falam da instauração do “*preconceito racial*” e do confinamento do negro “*na classe pobre*”. Veículos da imprensa negra, entidades recreativas e de assistência, experiências e tradições culturais e religiosas são enumeradas a fim de mostrar a mobilidade do elemento negro dentro da cultura e sociedade brasileira. As ações são apontadas como “*uma prova da resistência cultural do povo negro, cujas tradições sobrevivem apesar de submetidas a perseguições no passado e a intensa ação descaracterizadora ainda hoje*” (Idem).

O livro exprime bem a visão do grupo defendida desde o primeiro momento e ressaltada nos manifestos publicados na imprensa em 1972 e 1974. Contestam a historiografia oficial, oferecendo novas leituras dos acontecimentos envolvendo os negros brasileiros e de personagens negros e mestiços que participaram ativamente dos referidos momentos. Concluem o texto afirmando que “*Tudo isso que pode e deve servir-lhe de estímulo para continuar a luta pela afirmação de seus direitos.*” (Idem)

Posteriormente ao final do grupo, antigos integrantes foram chamados a produzir uma versão revista e ampliada do texto inicial. A nova edição foi publicada já na administração do prefeito Alceu Collares (1986-1988). O texto se propõe a ser um estudo das origens do problema do grupo social negro. Enfatizam, nesta edição, que o texto parte da consideração “*de que a posição ocupada pelo negro na estrutura de classe brasileira está intimamente vinculada ao desenvolvimento e às características do sistema capitalista*”. Além das questões abordadas anteriormente, agora com um pouco mais de profundidade, inserem um texto sobre os movimentos negros da atualidade, então início da década de 80.

A bibliografia citada neste volume apresenta diferenças visíveis da primeira edição, deixando claro a preocupação em mostrar o problema de maneira mais

contextualizada. Estão registradas oito publicações sobre a situação social, econômica e cultural do Brasil, quatro sobre escravismo e apenas uma sobre Palmares, considerando que a declarada principal referência de resistência negra está inserida num capítulo dedicado as rebeliões como um todo.

Em síntese, o grupo estrutura sua visão de sociedade a partir do fato que o negro se mantém socialmente marginalizado porque desconhece sua realidade sócio-histórica, permanecendo, dessa maneira, submisso a uma idéia de democracia racial e ao mesmo tempo possuir pouca auto-estima. Propunham que o reconhecimento da cultura e da história negra no Brasil, especificamente, e no mundo em última análise, provocaria a retomada de uma tradição e a inclusão do negro na sociedade brasileira. O resultado disso seria, portanto, a construção de uma identidade afirmativa e socializadora.

### **3.2.2 Por uma nova identidade étnica**

O discurso construído pelo Grupo Palmares busca a afirmação de uma identidade negra que sirva de referencial para parcela significativa das camadas marginalizadas da sociedade brasileira e sulina para que, a partir dela, buscassem ascensão social e reconhecimento político sem necessitar submeter-se ao branqueamento social. As formas de valorização dessa identidade, no entanto, não ficam bem claras ao analisarmos os discursos produzidos no período. Isso porque, por constituir-se num processo inicial e em movimento, partindo de uma nova perspectiva, existem mais indicações do que definições. A questão colocada refere-se ao que é ser e tornar-se negro no Brasil, nos anos 70, no contexto do regime militar.

A emergência de uma proposta de identidade negra, se dá dentro do processo de contracultura, desencadeado a partir da década de 50, que tem seu momento referencial nos protestos da juventude no final dos anos 60. O surgimento destas novas identidades, segundo Stuart Hall (2003a, p.34), se dá pela descentralização do sujeito, num processo provocado pelos escritos de Marx, de Freud, Saussure e Foucault.

Karl Marx coloca o homem como sujeito histórico, condicionado pelas condições dadas. Os estudos de Sigmund Freud são responsáveis pela descoberta do inconsciente como determinante de nossas identidades, a partir de *“processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma lógica muito diferente daquela da Razão [...]”* (Ibidem, p. 36) Por outro lado, o lingüista Ferdinand de Saussure argumenta que nosso contexto pré-forma o pensamento. Por último, Hall referencia os estudos sobre o poder disciplinador de Michel Foucault.

Partindo do processo de descentralização do sujeito, Stuart Hall define identidade *“como uma produção que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação”* (1996, p.68). O conceito encontra paralelos na psicologia, como no estudo realizado por Ricardo Franklin Ferreira, desdobramento de sua tese de doutorado pela USP, sobre a questão da construção da identidade negra no Brasil. Segundo o psicólogo, identidade

É um constructo que reflete um processo em constante transformação, cujas mudanças vêm sempre associadas a mudanças de referências e as novas construções de realidade por parte dos indivíduos, determinadas por sua participação em certos processos provocadores de impacto existencial. (FERREIRA, 2000, 46.)

Paul Gilroy (2001, p.209) complementa afirmando que *“Embora muitas vezes seja sentida como natural e espontânea, ela [identidade] permanece o resultado da*

*atividade prática: linguagem, gestos, significações corporais, desejos.*” Ser negro constitui-se portanto num produto das práticas sociais. Frente a isso, conforme o autor, a identidade não se constitui somente em uma categoria social e política, que poderia ser utilizada ou abandonada de acordo com o discurso que a legitima. Gilroy critica, ainda, que

Marcada por suas origens européias, a cultura política negra moderna sempre esteve mais interessada na relação de identidade com as raízes e o enraizamento do que em ver a identidade como um processo de movimento e mediação [...]. (GILROY, 2001, p. 65)

A dissolução da idéia de uma identidade central acaba por reforçar a necessidade de fortalecimento da identidade étnica, negra neste caso. Mesmo com referenciais transitórios, o indivíduo ancora sua vivência numa identidade. Dentro da perspectiva de identidade como construção permanente, Stuart Hall avança em sua conceituação, afirmando que a questão da identidade negra deve ser considerada a partir de duas perspectivas. Busca, com isso, mostrar a viabilidade de aplicação de tais perspectivas como categorias de análise da identidade. As categorias propostas por Hall (1996, p.69) são: *o ser verdadeiro e uno*, códigos culturais partilhados; e a questão do *ser e devir*, “*As identidades culturais provêm de alguma parte, tem histórias. Mas, como tudo o que é histórico, sofrem transformações constantes*”. A primeira das categorias refere-se a tradição e a segunda a adequação as novas exigências do contexto.

A dualidade, apontada por Hall, tem sido pensada desde o início do século XX por teóricos negros. A principal afirmação desta proposta de análise constitui-se no conceito de *dupla consciência*, articulado por W. E. B. Du Bois. Segundo o autor, “*Todos sentem alguma vez sua dualidade – um lado americano [colonizado], um lado negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços inconciliáveis; dois ideais em*

*guerra em um só corpo escuro, cuja força tenaz é apenas o que a impede de se dilacerar.*” (GILROY, 2001, p.248)

O conceito propunha discutir as dificuldades enfrentadas pelos negros, oriundos de uma cultura diferenciada, para internalizarem a identidade americana, que lhe era ainda parcialmente concedida, em termos de cidadania. Gilroy (2001, p.249) avalia que a dupla consciência, teorizada por Du Bois, surge da simbiose de “*três modos de pensar, ser e ver*”: o ser negro, a identificação com estado-nação e com a diáspora.

A produção de Du Bois criou uma nova perspectiva para os estudos sobre o negro. Richard Wright, primeiro escritor negro a ter reconhecimento dentro da literatura mundial, parte do conceito de Du Bois, avançando no sentido de tornar seus aspectos inconscientes mais significativos. “*O sujeito negro de Wright está internamente dividido por filiação cultural, cidadania e as demandas de identidade nacional e racial*” (GILROY, 2001, p.307). O autor refere-se ao conceito como *dupla visão*, por ampliar a abrangência da definição da dualidade.

O Grupo Palmares demonstra, igualmente, em seus discursos a presença constante dessa dualidade entre o *ser uno* e o *ser e devir*, principalmente pela presença maciça de negros numa sociedade que não o aceita como cidadão integral. A identidade negra passa a ser forjada então pela combinação da crença na existência de uma África Mítica e na atualização do papel de resistência negra no processo histórico brasileiro, como referencial do *ser uno*, e a busca da integração completa na sociedade, como o *ser e devir*.

A proposta do 20 de Novembro e, mais do que Zumbi, a imagem de Palmares acabaria por garantir os referenciais comunitaristas para congregar os negros – pertencentes a esta classe média militante – em torno de uma idéia a ser construída

justamente no momento de otimização política das classes médias na sociedade brasileira. Nas palavras da militante Vera Daisy Barcellos,

Na verdade, a gente não tinha o norte. O fato político [13 pelo 20] vai nos dar o norte e é o que faz a convergência. Vai ser também a descoberta de uma série de outras coisas. Tipo, o que é ser negro? O que é ser negro nesse país? Quais dificuldades sociais ainda deveriam enfrentar? (BARCELLOS, entrevista em 17/03/2006)

A esta proposição de modernizar uma tradição junta-se as iniciativas de fortalecimento da auto-estima, desencadeada principalmente no Rio de Janeiro, influenciados por movimentos como *Black is Beautiful*, o negro é lindo, e o *Black Power*, enquanto poder negro. A combinação de todos esse fatores acaba por, ainda na década de 70, gerar uma nova postura frente à condição de ser negro numa sociedade cuja elite descende dos colonizadores europeus.

As indicações dessa afirmação étnica já podem ser verificadas nos documentos produzidos pelos palmarinos, principalmente no texto do manifesto de 74. Ainda no manifesto de 72, publicado em Zero Hora, buscam alertar para que os negros despertem frente aos mitos que referenciam uma suposta superioridade branca. Sendo esse ponto, um complicador da possibilidade de busca de uma identificação negra e não do processo de autonegação dominante.

O manifesto seguinte, publicado em 1974, pelo Jornal do Brasil, aponta diretamente as questões que precisam ser revertidas para consolidação de uma consciência e conseqüente identidade negra. Aponta o problema da *alienação*, que provoca um esquecimento ainda maior do passado. Critica, também, os que buscam somente status social no casamento inter-racial. Ratifica ainda a importância de uma revisão histórica do papel do negro na sociedade brasileira para que “*se conheça pelo*



*seu lado digno, que reencontre o que a cultura acadêmica apagou e desvalorizou, estabelecendo a justiça histórica”* (GARCIA, 1974, n.p), possibilitando, por outro lado, a construção de uma identidade referencial positiva.

Portanto, na perspectiva proposta sobretudo a partir dos anos 70, ideologias são estruturas, um sistema de codificação. Os meios de comunicação atuam na construção e desconstrução dessas estruturas, onde tendências contrárias estão constantemente manifestas. A inclinação dos meios, no entanto, é reproduzir o campo ideológico hegemônico na sociedade de tal forma que reproduza, também, sua estrutura de dominação. Hall (2003b) reconhece que essa teoria tende a apresentar o processo excessivamente acentuado numa única direção, funcionalmente adaptado à reprodução da ideologia dominante. Palmares busca trilhar o caminho contrário, reforçando a idéia de reafricanização do negro brasileiro, como forma de integrar-se de maneira completa, como ser e como coletividade, na sociedade brasileira.

### 3.3 TRADIÇÃO REINVENTADA

A idéia da existência de um “mundo negro” chegou ao Brasil ainda na década de 30, através do grupo garveyrista<sup>19</sup> do jornal O Clarim da Alvorada<sup>20</sup>. A publicação era um dos meios de divulgação do movimento social negro do período. O discurso do grupo, no entanto, não possuía grande repercussão, pois a maioria das entidades negras adotava o branqueamento como modelo de integração social. Também as primeiras referências políticas a Palmares ocorrem neste período. Conforme Arruti (2000), Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista do Brasil, teria sido o primeiro a propor uma interpretação classista da luta do Quilombo de Palmares, em 1929.

Reforçado na década de 50, por iniciativas como o Teatro Experimental do Negro, esta idéia de pertencimento a uma tradição cultural diferente da oficial é o ponto inicial da ação do Grupo Palmares. A instituição do 20 de Novembro, como Dia do Negro, em oposição ao 13 de maio, sintetiza essa passagem de uma tradição oficial para uma tradição negra. Surge como um fato novo dentro da luta política contra a hegemonia eurocêntrica da cultura oficial.

---

19 Marcus Mosiah Garvey nasceu em 1887 na Jamaica. Fundou a Associação para o Progresso Negro Universal, que contava com mais de um milhão de afiliados em 40 países em 1927. Defendia a criação de uma nação autônoma e independente na África, chegando a investir no desenvolvimento e colonização da Libéria. Lançou a *Declaração dos Direitos dos Povos Negros do Mundo*, enaltecendo a etnia negra, encorajando a autoconfiança e o patriotismo africano. As idéias de Garvey encontraram eco entre os líderes religiosos da Jamaica. A ele foi atribuída uma profecia que previa a coroação de um rei negro na África, que conduziria os negros do mundo inteiro a redenção. Os seguidores de Garvey na Jamaica reconheceram o libertador em Ras Tafari Tafari Makonnen, proclamado rei da Etiópia em 1930, adotando o nome de Haile Selassie I, dizendo-se legítimo herdeiro da antiga linhagem do Rei Salomão. Numa leitura livre da bíblia, seria o messias que libertaria os negros do mundo inteiro e os levaria de volta à terra de seus pais. (BEIER, 2005; GILROY, 2001)

20 Sobre a imprensa negra ver MOURA, 1983 e 1994; FERNANDES, 1978.

Ao reatar as relações com uma ancestralidade reprimida pelos anos de escravismo e de submissão a uma cultura com referenciais europeus, Palmares gera, com sua proposta, novas representações e a afirmação de novos referenciais identitários para o negro. Segundo Salomão Jovino da Silva,

A releitura interpretativa do passado dos povos negros, no período anterior e posterior à Diáspora, edificando percepções de uma memória ancestral africana, que transcenderia, portanto, o processo de escravização, reconstruindo-se como um legado comum aos que se autodefinem como tendo ascendência africana. (SILVA, 2000, p.75)

A retomada dessa tradição negra acontece no Palmares pela evocação de datas e personagens históricos considerados importantes para os negros. Buscavam demonstrar que havia mais a ser contado do que nos era dado a conhecer pela cultura oficial. A memória ancestral, referida por Silva, aparece assim mediada pelos referenciais da ciência histórica. *“Estávamos atrás de autores que nos dessem uma nova visão da história, da historiografia oficial que estava ali”*, relembra Vera Dayse Barcellos (entrevista em 17/03/2006).

Os estudos sobre memória, referenciados principalmente em Halbwachs, indicam que *“na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”* (BOSI, 1994, p.55). A autora afirma ainda que a memória possui três dimensões – individual, coletiva e pública. A proposta do Grupo Palmares parte do restabelecimento de uma memória coletiva, guardada principalmente na oralidade, buscando transformá-la em memória pública, o que vai ao encontro do que nos diz Núncia Santoro (2004). Para ela, seguindo Halbwachs, com o distanciamento dos fatos, a memória coletiva tende a se tornar

dominante, num processo de ressignificação da memória individual. Já na tradição oral, a memória coletiva predomina, fortemente influenciada pela memória pública.

A retomada da resistência do quilombo de Palmares pelo grupo, para estruturação de novos referenciais negros, sofre, portanto, a ação dos dois processos referenciados por Santoro (Idem). A atualização da experiência visa articular uma nova maneira de socialização negra, considerando que as antigas haviam desaparecido junto com os territórios negros tradicionais. Ao mesmo tempo, a resistência de Palmares contra o sistema colonial serviria de modelo para uma nova postura frente a sociedade que marginaliza sócio, econômico e culturalmente o negro. Partindo de referenciais da oralidade e da proposta de subverter a memória individual, esta se constitui através de significados compartilhados que conferem valor a determinados aspectos do passado. Isso, considerando que a memória coletiva estrutura-se a partir de valores e representações de mundo no qual está inserido o sujeito,

O modelo de quilombo como resistência negra foram levadas ao senso comum a partir de estudos universitário. O livro *Rebeliões na Senzala*, de Clóvis Moura (1983), é um dos precursores dessa abordagem sistematizada. Escrito em 1959, ele faz avanços frente aos estudos realizados pela escola paulista. Moura analisa a sociedade colonial a partir de duas classes antagônicas, mas rompe com a historiografia da escola de Florestan, ao afirmar o caráter sistêmico do trabalho servil e da escravização, questionando, assim, a existência de um *povo* brasileiro. Um dos principais objetivos de seu trabalho era demonstrar que as lutas dos cativos não se tratavam de revoltas espontâneas, mas planejadas como forma de resistência ao trabalho servil. Tal definição acaba ganhando a dimensão de memória pública, pelo menos para os integrantes de movimentos sociais, adquirindo o status de memória coletiva.

Wilson Barbosa (2002) observa que o apagamento desta memória de resistência deu-se em função do projeto de dominação. Para ele,

a perda da memória social dos dominados constitui importante fonte de acomodação das contradições [...] Deste modo, a desmemorialização desempenha um importante papel na etnocultura [...] capaz de resistir fortemente às dificuldades da luta cotidiana. (Ibidem, p.67-68)

A evocação do 20 de novembro, proposto pelo Grupo Palmares, representaria portanto um despertar desse estado de dominação em busca de uma afirmação. Tal processo seria possibilitado pela revisão historiográfica, como forma de tornar a nova proposta uma memória pública, mas ao mesmo tempo através da construção de uma tradição que tivesse como referenciais a origem comum dos negros. Para Gilroy, “*A idéia de tradição possui um estranho poder hipnótico no discurso político negro.*” (2001, p.351) Isso porque, muitos dos militantes desistem das promessas da modernidade, principalmente a de igualdade, buscando caminhos alternativos para sua autonomia social e política. Sendo assim,

A tradição fornece o laço crítico entre os atributos locais das formas e os estilos culturais e suas origens africanas. [...] A tradição torna-se assim o meio de demonstrar a contigüidade de fenômenos contemporâneos selecionados com um passado africano que os moldou, mas que eles não mais reconhecem e a eles apenas ligeiramente se parecem. A África é retida como uma medida especial de autenticidade. (Ibidem, p.358)

Hall vê essa tradição (2003b) como o mesmo em permanente mutação capacitando a todos, “*através da cultura, a produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições.*” (Ibidem, p.44) No entanto, Elisa

Nascimento reforça o alerta de que “*tomar conhecimento das formas tradicionais não quer dizer implanta-las ao pé da letra na sociedade moderna, e sim, aproveitar os seus valores positivos para criar novas estruturas autóctones e autodefinidas.*” (1981, p.46)

O Palmares buscava com sua ação e discurso, exatamente, utilizar-se de uma tradição africana ou afro-referenciada para a partir dela construir uma nova postura frente à sociedade discriminadora. Conforme Salomão Silva (2000, p.63), “*A construção de um quilombo imaterial, como símbolo das lutas negras vai recebendo pouco a pouco seus significados*”.

O movimento referido por Hall encontra-se na troca entre as culturas negras da diáspora<sup>21</sup>, que ao mesmo tempo em que possuem identidades específicas, encontra-se no sentimento de origem comum, a questão da dupla consciência referida no capítulo anterior a partir do estudo de Gilroy (2001). A identidade específica, para o Grupo Palmares, seria buscada no mito de Zumbi e na resistência e comunitarismo de Palmares, enquanto a origem comum foi buscada na África mítica e na diáspora. conforme os próprios integrantes do grupo:

---

21 O conceito Diáspora, apropriado da história judaica, tem sido utilizado por Hall (2003b) e Gilroy (2001) para discutir a noção de pertencimento cultural dos negros. Hall sintetiza afirmando que a aproximação se dá pelo fato da relação estreita entre os dois povos em suas experiências de “*um povo no exílio dominado por um poder estrangeiro, distante de casa e do poder simbólico do mito redentor.*” (Ibidem, 417) Gilroy estrutura seu estudo a partir do conceito. Refere que a apropriação do termo se deu nas décadas de 50 e 60 por historiadores da África e da escravidão racial no Novo Mundo (Ibidem, 393).

Estávamos muito atentos ao que estava acontecendo nos EUA. Saía muito na imprensa. Aqui, não lembro exatamente da data, a editora Movimento publicou um livro intitulado Poder Negro, espécie de uma revista, com vários artigos e muita informação. Na verdade, na década de 70, nós tínhamos referências do exterior muito fortes. Tínhamos as motivações da negritude, as independências africanas, as idéias socialistas e mais o movimento negro estadunidense. Eram coisas bem presentes. Eram motivações. Havia notícias procedentes da Europa, sobre socialismo. Da África, vinha a idéia das independências, africanismo, etc. Da Europa e Caribe, a Negritude de Césaire, junto com Senghor e outros. Dos EUA, vinham as idéias do movimento negro, notícias referentes primeiro a Luther King e a seguir dos Black Panthers, Poder negro. As informações vinham pela imprensa. A não ser as socialistas que já vinham mesmo de toda a movimentação marxista-socialista. (SILVEIRA, entrevista em 23/08/2005)

O que mais vinha era através do cinema. Lembro que me identifiquei muito com os Panteras Negras [...] aquela coisa de negritude dos panteras negras. Me identificava muito com eles. Alguma coisa com o Malcon X, Luther King e o próprio Samy Davis Jr., alguma coisa que eles cutucava. James Baldim, enfim, os cantores e cantoras negras chamavam muito atenção. (CORTES, entrevista em 31/05/2005)

A resistência ao sistema escravista, simbolizada por Palmares e Zumbi, é a principal referencial local, pretendido pelo Palmares, em termos de tradição. Outros referenciais, a exemplo do conceito de “mundo negro” que circulava desde a década de 30, são buscados na diáspora negra, principalmente nos EUA e Caribe, e na própria África, os dois últimos em processo de libertação do jugo colonial.

A idéia de uma África mitificada é o principal referencial de origem comum dos Palmarinos. As informações sobre a situação da África naquele período eram poucas e difusas, fazendo com que os militantes formassem, cada um a sua idéia de África, como mostram os relatos:

Eu via como um continente de onde vinham meus antepassados que haviam sido escravos. Não eram todos os negros que foram escravos. Alguns que foram buscados na África e comercializados em alguns países, enfim foram subjugados. Mas que lá tinha uma cultura, um reino e uma história que não era a oficial que estava sendo contada por aí. Isto me instigava porque não era o que eu encontrava nos livros didáticos. Então questionava em sala de aula, na faculdade. Sempre batendo nesse tipo de coisa. (CORTES, entrevista em 31/05/2005)

A gente tem a tendência de imaginar a África mítica. Uma África mais primitiva. Ao mesmo tempo, havia a percepção de uma África atual. Uma vez que existiam as lutas pela independência. Claro, sempre faltavam informações. As informações eram truncadas, mas era a tendência da visão de uma África do passado, dialogando com algumas referências e informações que permitiam visualizar atualidade. As informações vinham de revistas, principalmente. Da televisão, mais adiante. (SILVEIRA, entrevista em 04/12/2004)

A descrição feita pelos militantes está de acordo com o que diz Gilroy (2001, p.24) sobre o continente de origem dos negros. Para ele, *“A África [...] é substituída por significantes icônicos de um passado africano genérico e ideal que pode ainda ter efeitos políticos reais em situações das quais as sensibilidades históricas foram retiradas”*.

Também Hall (2003b) avalia a relação da diáspora com a África. Para ele, foi apropriada e transformada pelo sistema de engenho do Novo Mundo. *“A razão para isso, é que a África é o significante, a metáfora, para aquela dimensão de nossa sociedade e história que foi maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada e isso, apesar de tudo que ocorreu, permanece assim.”* (Ibidem, p.40) É interessante observar o quanto a reflexão do pesquisador aproxima-se das proposições dos integrantes do Grupo Palmares, que buscavam exatamente tirar essa parte da sociedade e da história do esquecimento, buscando a afirmação social.

A África, portanto, simboliza o sentimento de origem comum, reforçando o comunitarismo igualitário idealizado da “República dos Palmares”, de outros países da



diáspora americana vêm o sentimento de modificar a situação social, política e cultural dos negros.

Da América Central, alguns resquícios do movimento da Negritude e repercussões do *reggae* de Marley e os Wailers, principalmente na Bahia e Maranhão, que, como estilo de vida, modificou as relações dos negros jamaicanos com o estado e com suas próprias existências. Segundo Hall (2003b, 43), a idéia de retorno do movimento Caribenho “*nos levou a um retorno a nós mesmos*”. Seria o elemento de aceitação da condição de negro numa sociedade referenciada na Europa, através do orgulho de origem e do autoconhecimento. “*A descolonização da mentes*”, segundo Franz Fanon (Ibidem). Também veio dessa região o exemplo da Revolução Cubana. No entanto, as informações mais precisas e em maior número chegavam dos Estado Unidos. Para Cardoso (1987, p.100), a abertura do país ao mercado internacional, capitaneado pelos EUA, dinamizou no país a cultura de massa, que em última análise seriam os subprodutos das potências dominantes. Enquanto o rock é assimilado no meio dos filhos dos proletários brancos, o *soul* domina a cena dos jovens negros. As duas manifestações sintetizaram encontros da cultura africana com a européia. A internacionalização trouxe também informações aos jovens negros sobre a luta pelos direitos civis dos negros nos EUA e as guerras de libertação dos povos africanos, principalmente os de língua portuguesa. Nas palavras de Kabengele Munanga,

Os movimentos negros que retomam a luta anti-racista nos anos 70 começaram enriquecidos pela experiência dos movimentos anteriores (Frente Negra, Teatro Experimental, etc), dos movimentos negros, como o pan-africanismo, e africanos, Negritude e as guerras da descolonização. Contrariamente aos movimentos anteriores cuja salvação estava na assimilação do branco, ou seja, na negação de sua identidade, eles investem no resgate e na construção de sua personalidade coletiva. Eles se dão conta de que a luta contra o racismo exige uma compreensão integral de sua problemática, incluída a construção de sua identidade e de sua história contada até então apenas do ponto de vista do branco dominante. (MUNANGA, 1996, p.85).

Clóvis Moura (1983, p.72) também defende que os movimentos internacionais, como o *Black Power*, forneceram

[...] valores simbólicos de sustentação para se recompor e compor-se na interação do resto da sociedade branca no nível de identificar-se com as culturas ancestrais, muitas vezes mitificadas, mas como elemento mantenedor de uma postura de contestação dos valores brancos dominantes.” (MOURA, 1994, p.238).

O discurso e atitudes, vindo dos EUA, acabam apropriados e redimensionados por jovens negros no contexto urbano brasileiro no período, principalmente através da música. Já em 1968, por exemplo, Wilson Simonal grava um Tributo a Martin Luther King, líder negro morto neste ano. (SILVA, 2000, p.168). Considerado o primeiro cantor negro consagrado na nova organização cultural de massa, Simonal, também o compositor da música, busca fazer uma convocação aos negros para a luta pela igualdade. Através da letra, tenta despertar o sentimento de pertencimento a uma coletividade negra, a partir de uma conscientização étnica, política e cultural. Na letra, também aparece a busca por uma identificação da origem comum, pelo uso da palavra “irmão”, característica do movimento *Black Power* (SILVA, 2000, p.170).

O Movimento *Soul*, no RJ, depois batizado de *Black Rio*, também é fruto deste diálogo diaspórico. O encontro de jovens negros de diversas classes sociais foi o berço do movimento negro naquele estado ainda no final da década de 60. Grupos de discotecários organizavam bailes onde se tocava o soul-norte americano. Durante os bailes, eram passadas mensagens afirmativas em relação ao negro (MAXWELL, 2004)

O Black Rio serviu como fonte de conscientização para os jovens cariocas e ganhou proporções estendendo-se ao país. A repercussão das músicas e seu estilo de viver a negritude também chegaram ao Rio Grande Sul. Segundo Oliveira Silveira

Tinha no RJ a Black Rio. A imagem do negro americano era veiculada, a movimentação toda de lá acabava tendo essa influência aqui, que se refletia mais no cabelo, o cabelo Black Power. Entrou através de fotos e filmes. Ângela Davis<sup>22</sup> era uma referência de imagem feminina. (SILVEIRA, entrevista em 23/08/2005)

O *soul* já em seu lugar de origem havia representado uma força unificadora para a população negra. Além de lançar proposições de estéticas negras, incitava avanços dos negros. Segundo Sormani da Silva, “*os DJs negros falavam do soul como uma experiência eminentemente negra. Nesse sentido, a música se transformou num conceito, vindo a simbolizar o orgulho negro. Foi nessa atmosfera que tomou força o movimento pelos direitos civis.*” (2003) Conforme Lélia Gonzáles (1982, p.33), no Brasil, o movimento representou a resposta de milhares de jovens negros anônimos ao processo de exclusão. Sendo o *soul* a origem do movimento negro no Rio de Janeiro.

---

22 Professora universitária e ativista do movimento negro, nasceu em 1944, em Birmingham, Alabama. Em agosto de 1970, foi acusada de seqüestro e assassinato por ter participado de uma ação política. Durante o julgamento de três adolescentes negros, o tribunal foi invadido por quatro ativistas do Panteras Negras. Os invasores fizeram reféns o juiz, o promotor e dois jurados. A polícia reagiu e no tiroteio morreram o juiz, um jurado e três ativistas. Angela Davis não estava no local, mas as armas, usadas na ação, estavam registradas em seu nome. Presa pelo FBI, passou quase dois anos detida. Houve um movimento internacional para levantar fundos para a sua defesa. Foi julgada e considerada inocente em junho de 1972.

Vera Dayse Barcellos faz uma análise mais profunda da relação entre a proposta do grupo e os movimentos brasileiros influenciados pelos negros da diáspora.

Enquanto estamos defendendo a questão do 20, SP e RJ estão defendendo, por influência norte-americana, o negro é bonito, nós somos belos, somos maravilhosos. É a auto-estima. A caminhada vem junta. Enquanto nós, do RS, estamos impondo o 20, SP e RJ estão fortalecendo a auto-estima, que está batendo aqui. (entrevista em 17/03/2006)

A repercussão da influência do *Black Power* junto aos jovens negros fica ainda mais clara no relato de um dos fundadores do Grupo Ilê Aiyê. Surgido em 1974, foi a primeira agremiação a levar as ruas referências diretas ao “mundo negro”, que vinha sendo reinventado desde o início da década. Segundo Macalé, um dos fundadores bloco-afro:

As idéias surgiram na época do *soul*, do black-rio, daquelas coisas do *black power*. Tinham até matado um líder negro...Foi também quando as coisas começaram a acontecer na África. Foi quando a gente começou a receber, aqui, as notícias das coisas que estavam acontecendo na África. (SILVA, 2000, p. 179)

Mesmo hoje em seu site oficial, o grupo mantém referência a influência dos movimentos de renascimento do “*negro-africano, negro americano ou afro-americano*”, afirmando que as “*decodifica para o contexto específico da realidade baiana, sem perder de vista a relação de identificação entre todos ‘os negros que se querem negros’ em qualquer parte do mundo, ressaltando sempre o caráter comum da origem ancestral [...]*” (consultado em [www.ileaiye.com.br](http://www.ileaiye.com.br)).

A tomada de consciência, seja através da música, como no caso carioca, paulista, baiano, ou através da ação cultural do Palmares leva a uma “reafricanização” da

juventude negra urbana. A resistência torna-se um dos pilares da estruturação de uma nova identidade, elaborada a partir dos referenciais dessa nova tradição, construída com referenciais da África mítica, informações vindas da diáspora e da rearticulação do negro brasileiro pela integração social plena. Busca, com isso, construir uma identidade a partir da ressignificação de elementos culturais, atendendo ao que diz Manuela Cunha sobre a construção da identidade étnica.

A construção da identidade étnica extrai assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo e, que foram criados, seu sentido se alterou. Em outras palavras, a etnicidade faz da tradição ideologia, ao fazer passar o outro pelo mesmo; e faz da tradição um mito na medida em que os elementos culturais que se tornaram *outros*, pelo rearranjo e simplificação a que foram submetidos, precisamente para se tornarem diacríticos, se encontram por isso mesmo sobrecarregados de sentido. Extraídos de seu contexto original, adquirem significações que transbordam das primitivas”. (CUNHA, 1986)

Oliveira Silveira destaca em sua fala uma dessas novas significações, que considera determinante no processo de afirmação dos movimentos. Para ele,

Uma das coisas importantes que aconteceu foi a afirmação da palavra negro. Usar a palavra ‘negro’ como coisa positiva, inclusive negando a palavra moreno, muito usada. Isso é uma conquista do movimento negro como um todo. É algo muito significativo, essa coisa de aceitação. (SILVEIRA, entrevista em 23/08/2005)

Opera-se desta maneira com a desmontagem dos estereótipos negativos no sentido de autovalorização e auto-estima, em contraposição ao imaginário depreciativo instituído. Os estigmas e representações negativas passam a ser vistos e tratados como obstáculos simbólicos de acesso à cidadania. Revalorizando as heranças culturais

africanas e afro-brasileiras, buscavam inverter o processo. Frente a isso, atitudes e idéias foram apropriadas e redimensionadas no contexto urbano brasileiro.

Afirmar uma identidade é o que buscavam os diversos grupos do movimento negro desde suas proposições iniciais, incluindo o Palmares. Nas palavras de Vera Dayse, “*O fato político [20 de Novembro] vai nos dar um norte. O que se buscava? A identidade.*” (BARCELLOS, entrevista em 17/03/2006) A idéia de ressignificação do 20 de Novembro como fato político também é utilizado pelos pesquisadores da questão negra. Para Hamilton Cardoso,

É um fato cultural porque é um fato político; é um fato político porque rompe com a política cultural dominante. Reflete, na verdade, outra forma de engajamento político do militante negro nos processos sociais. Revela um ponto de vista humano, capaz de romper as fronteiras da raça. (1986, p.66)

A identidade demonstra-se plena como construção social no meio negro brasileiro. Por muito tempo, deu-se pela negação de sua origem comum, privilegiando os referenciais europeus dominantes na sociedade brasileira. Tendo, nesse processo, conseguido ascender socialmente através do estudo principalmente, novas necessidades são criadas. Como a forma tradicional de relações não atendia mais a demanda deste grupo, surgem as contestações que levam a formulação de novos referenciais de relação ou negociação com o social.

Baseados na idéia de origem comum [reafricanização] e realçando características locais [resistência], assumem integralmente os aspectos do conceito de *dupla consciência*, de Du Bois (GILROY, 2001), e quando Hall (2003b) diz que as identidades sociais do negro são estabelecidas por dois eixos: por um lado à similaridade e continuidade, identidade originária, e por outro a diferença e da ruptura,

particularidades das comunidades. Reafirmando o que já foi dito no capítulo anterior, mas agora nas palavras de Maria Lúcia Montes

[identidade] é um processo de construção que não é compreensível fora da dinâmica que rege a vida de um grupo social em sua relação com outros grupos distintos. Assim, percebemos que impossível pensar a identidade como coisa, como permanência estática de algo que é sempre igual a si mesmo, seja nos indivíduos, seja nas sociedades e nas culturas. (1996, p.56)

A relação com os referenciais de tempo e o espaço é coordenada básica de todos os sistemas de representação. A moldagem destas relações nos diferentes sistemas de representação tem efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas (Hall, 2003a, 70). O Grupo Palmares portanto posiciona-se dentro de uma negociação entre o local e o mundial adequada a suas propostas, produzindo novas abordagens sobre as práticas sociais, antes *alienada* [branqueamento e democracia racial] e agora *consciente* [resistência e racismo]. A tomada de consciência é ponto central na proposta identitária do Palmares. Segundo a proposta do grupo, o negro “*sacudindo seus complexos, passe a participar de outra maneira na sociedade brasileira, consciente de seu valor – o que é diferente de uma integração á custa de sua alienação cultural*” (GARCIA, 1973, n.p.).

Desde os primeiros escritos do Palmares nota-se a preocupação em marcar questões históricas para demonstrar que o negro havia participado ativamente de seu processo de libertação. Desta maneira, tinham como fim último firmar uma posição de resistência também identitária, pois “*é tomando consciência desses fatos [históricos] que o negro fica sabendo que ele tem uma história para se orgulhar, e [a partir disso] vai participar de outra maneira da sociedade brasileira, autovalorizando-se [...]*” (Idem).

A mesma idéia de afirmação de uma identidade pela *tomada de consciência* de tornar-se negro, percorre os manifestos publicados pelo grupo. No manifesto de 72, publicado em Zero Hora (REVISTA ZH, 1972, p.5), o Palmares afirma que “*reafirmando e reconquistando sua cultura ele será negro, e visto como tal, irá se impor como ser humano completo.*” Também no de 74 (GARCIA, 1974, n.p.), publicado no Jornal do Brasil tem-se a proposição de que “*É preciso conhecer e permitir que o negro se conheça pelo seu lado digno [...] uma tentativa de reavivar as verdadeiras raízes culturais do negro brasileiro.*” Como já referido, esta retomada se daria através de uma revisão historiográfica, mesmo que idealizada como em muitos momentos realizado pelo grupo.

A ênfase em Luiz Gama, primeiro ato formal do grupo, é o de demonstrar que ele havia sido o precursor do movimento abolicionista. Em outras palavras, representa que, mesmo o movimento ‘oficial’ que culminaria no 13 de Maio havia sido principiado por um negro. Assim o foi também na homenagem a José do Patrocínio. Ao mesmo tempo em que buscam valorizar a participação e mesmo o pioneirismo negro, existe uma contradição com a idéia fundadora do grupo: contrários ao 13, valorizam personagens que o viabilizaram. A explicação encontra-se na própria historiografia dominante no período: personagens acima dos processos. Vislumbra-se aqui que a crítica feita a historiografia ocorre pelo fato de não incluírem personagens negros e não pelos seus métodos positivistas.

A publicação *Mini história do negro brasileiro*, editada pelo Grupo Palmares, em 1976, é o documento síntese do que propunha o grupo desde sua estruturação. Lançado no dia 20 de Novembro daquele ano, busca fazer sinteticamente a recuperação dessa história não contada pela historiografia oficial. O texto, distribuído em seis páginas formato A5 (14cm X 21cm), está dividido em 12 subtítulos, percorrendo a



história na perspectiva dos palmarinos desde a procedência dos negros até a situação atual, década de 40. Das seis páginas de texto, três são dedicadas as diferentes formas de resistência do negro ao escravismo e outras duas falam do período pós-abolição. Uma é dedicada a falar sobre a chegada dos negros, sua inserção na economia e o rigor da escravidão. Destaca-se, portanto, a visão do negro como resistente ao sistema.

Dentro da revisão proposta, o quilombo dos Palmares representaria o grande momento do processo de resistência negra e por isso denominaria o grupo e teriam as grandes realizações do grupo ocorrido sempre em 20 de novembro. Além de ícone da resistência, a experiência quilombola simbolizava também o comunitarismo negro, considerado necessário para a estruturação de uma nova postura não só individual, mas igualmente coletiva, frente à sociedade. Por trás dessa proposição, a influência das idéias socialistas. *“Queríamos trabalhar com o coletivo, como Palmares, que tinha sido uma construção coletiva dos negros que tiveram seus líderes, suas figuras luminares, mas que tinham construído junto tudo aquilo”*, recorda Oliveira Silveira (entrevista em 23/08/2005).

A idéia comunitarista também está presente no projeto de estatuto<sup>23</sup> que em seu artigo 3º estabelece que a atribuição do coordenador geral, cargo máximo previsto, é a de *“coordenar todas as atividades do grupo, na forma em que forem planejadas e aprovadas em assembléia”*, instância de decisão do grupo. Sobre a gestão comunitarista executada pela assembléia geral, o artigo 8º estabelece que *“reunida, elegerá a diretoria, decidirá sobre as atividades do grupo, as proposições da diretoria e admissão de novos sócios, apreciará prestação de contas e terá força para reformar este estatuto, se for o caso.”*<sup>24</sup>

---

23 Ver Anexo II.

24 Ver Anexo II.

Portanto, pode-se depreender que a construção simbólica de uma África brasileira, proposta pelo movimento negro, se dá pela ressignificação de elementos locais [quilombo] e a apropriação e tradução de práticas e idéias [independência africana, *soul*, pan-africanismo, negritude] vindas da diáspora negra. A partir dessa construção, que leva em conta à origem comum e as particularidades locais, afirma-se uma identidade afro-brasileira como forma de resistência a um sistema que integrava o negro pela aculturação, ou adoção de referências da cultura oficial de perspectiva européia, ou branca.

A estratégia de resistência, através da proposição do reconhecimento da existência do “mundo negro” e da afirmação de uma identidade referenciada nesta tradição, coloca-se como subversiva frente à cultura oficial. Esta impunha como pressuposto das relações raciais no Brasil o conceito de democracia racial. Por outro lado, o diálogo com elementos culturais vindos da diáspora subverte modelos desta mesma cultura dita “oficial” que é voltada, entre outras coisas, para o fortalecimento do nacionalismo durante o período militar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do Grupo Palmares, em 1971, deve ser compreendida a partir de referenciais espaciais, temporais e históricos. O Grupo Palmares surgiu fruto de reuniões de jovens negros no centro de Porto Alegre. Os jovens encontravam-se para conversar sobre assuntos vários, incluindo a situação do negro na sociedade brasileira. A Andradas havia se tornado um ponto de encontro depois que os territórios negros tradicionais foram transferidos para áreas mais distantes do centro pelo avanço da urbanização da capital gaúcha, desencadeada depois da metade do século XX. A urbanização fez com que os moradores das antigas periferias ocupassem regiões mais distantes como a Restinga, na zona sul, os bairros que surgiram mais ao norte da cidade e mesmo cidades próximas da região metropolitana, como Alvorada e Viamão.

A desterritorialização provocou uma demanda por identificação, considerando que essa se realizava através de referenciais simbólicos que estavam ligados aos antigos territórios. Com a ausência desse espaço geográfico, sobrou o simbólico. Neste processo, o Grupo Palmares deve ser percebido como um catalisador das demandas que pertenciam a toda comunidade negra porto-alegrense. Os elementos simbólicos tiveram que ser reelaborados e a partir deles foram buscadas outras referências para se construir novos parâmetros de identidade. O processo de ressignificação se deu através da proposta de revisão histórica e da tradução de influências vindas da diáspora negra.

A releitura da história, segundo o Grupo Palmares, levaria os negros à *tomada de consciência* de sua condição social. Conseqüentemente, seria retomada a trajetória de

resistência [20 de novembro], abandonada por ação da ideologia assimilativa [13 de maio] e o mito da democracia racial. Considerado o principal fato político do movimento negro do período, a proposta de substituir o 13 de maio pelo 20 de novembro é adotada por diferentes grupos que já trabalhavam a idéia de uma auto-estima afirmativa, através da valorização da cultura negra, influências vindas da diáspora que haviam entrado com mais força pelo centro do país, a Black Rio. Firma-se assim uma nova identidade negra: resistente e com representações relativas a um novo “*mundo negro*”, baseado numa tradição reelaborada e reinventada e, também, na representação de uma África mítica.

O processo de construção desse novo “mundo negro”, proposta pelo Grupo Palmares, se contrapunha a toda uma realidade e estrutura, defendidas pelas elites econômicas, que buscavam manter seu *status quo*, e pelos governos militares, na busca por respaldar seu poder político, através de uma cultura nacional integrada e hegemônica. As idéias de *movimento* e *subversão*, recorrentes na pesquisa, sintetizam a trajetória do movimento negro brasileiro, a partir da década de 70, na busca por construir uma nova identidade étnica. Movimento no sentido de transformação e subversão, enquanto enfrentamento para modificar uma situação.

A demanda por novos elementos simbólicos para, a partir dela, afirmar uma identidade étnica surge em função de fatores locais, internos e externos às comunidades negras, e influências globais. Os fatores internos referem-se principalmente ao surgimento de uma classe média negra mais numerosa que busca romper com o espaço social que lhes é imposto em busca de novas oportunidades sócio-econômicas. Os jovens integrantes desse grupo passam a negociar com o espaço social urbano de maneira diferente. A partir de sua ascensão social e inserção nas camadas médias no

período, elaboram estratégias na busca de sua integração, através da reelaboração da memória social do passado negro na sociedade brasileira.

Como fator externo, pode ser referida principalmente a desestruturação de antigos territórios negros na cidade, o que levou a construção de novos territórios espaciais e simbólicos. A partir desses novos territórios, principalmente, o simbólico, foi elaborada uma nova identidade étnica, visando à negociação com os grupos hegemônicos. Os antigos signos identitários que se realizavam nos territórios negros tradicionais expandem-se para toda a cidade. Como não existem mais os referenciais espaciais, é preciso atualizar a identidade étnica em um novo patamar para adequá-la ao contexto do processo de modernização da sociedade brasileira.

Também a busca pela diferenciação em meio a uma sociedade que inicia um processo de globalização, influenciada por uma cultura de massa, constitui-se em fator externo. As políticas desenvolvimentistas do governo JK “abriram” o país para o mercado internacional e também para a chamada indústria cultural, dominada pelos EUA. As conseqüências sociais deste processo, ligadas ao rompimento das antigas fronteiras das comunidades negras, reforçam a necessidade de afirmação de uma identidade referencial em meio à padronização.

A influência global também é conseqüência dessa “abertura” do país ao mercado internacional. Junto com filmes, revistas e agências de notícias, entram idéias e práticas culturais e políticas vindas de grupos e movimentos negros das Américas e do continente Africano. As lutas pela descolonização criam a imagem de uma África guerreira capaz de retomar o comando de seu destino. A vitória reforça a idéia da existência de um *poder negro* [*black power*], um dos lemas dos movimentos estadunidenses. Também dos Estados Unidos outro movimento de reforço à auto-estima, que afirma a beleza negra [*black is beautiful*]

A consolidação deste processo de referenciação negra global se dá na política através dos movimentos pan-africanistas, que pregam a união das nações negras para o desenvolvimento mútuo. Ocorre também através de canções de movimentos como o reggae, que anunciam o ressurgimento de um grande império negro na África e pregam a volta ao continente de origem. Se o retorno não acontece na prática, reforça simbolicamente o processo de reafrikanização dos negros. Consolidando o sentimento de pertencimento a uma origem comum, a base da etnicidade. Constrói-se, desta maneira, um novo território simbólico negro.

Também nesse momento, os negros brasileiros procuram reconstruir sua identidade. Além da influência transnacional, buscam referências na tradição local para a constituição do seu *ser uno*, seguindo a proposta de dualidade identitária de Hall (1996) referida no terceiro capítulo. O Grupo Palmares identifica no quilombo, que lhe empresta o nome, e na figura de Zumbi os referenciais para construção desta nova identidade, baseada numa idéia de resistência a realidade opressora. A partir dessa apropriação e ressignificação do passado para usar no presente, propõe-se formular novas representações sobre o negro e sua cultura.

As referências identitárias também são condicionadas pelo outro elemento da dualidade formadora da identidade negra que é o *ser devir*, a condição de brasileiro. Surge daí o conceito *afro-brasileiro*. O termo constrói na prática a dualidade apontada não só por Hall, mas por vários intelectuais negros que tem pensado a questão identitária.

A combinação dos elementos locais e globais reforça a proposta de analisar e abordar o processo de reorganização do movimento negro no Brasil, depois do Golpe de 64, também a partir da perspectiva diaspórica, principalmente no que se refere ao simbólico. As influências das culturas negras transnacionais são claras na constituição

dessa nova postura adotada pelos movimentos negros brasileiros. Não se trata de uma colonização cultural, como preconizado por muitos estudos. A troca entre as culturas da diáspora é dinâmica, constante e nos dois sentidos.

Com a análise do surgimento e também da organização e militância do Grupo Palmares, chega-se também a um panorama de como as questões sócio-econômicas e políticas daquele período influenciaram no posicionamento de negros com formação no ensino superior. Também se verifica em que nível as idéias dos movimentos negros na diáspora repercutiram junto aos negros brasileiros, além da busca por referenciais de uma tradição interrompida. Partindo do específico, Grupo Palmares, chega-se a uma visão do conjunto, o movimento negro.

A resistência e subversão, proposta pelo Grupo Palmares, encontrava-se no campo discursivo e não da ação. Buscavam, com isso, adequar-se ao espaço legal possibilitado pelo o governo militar. O início da década de 70 havia sido marcado pela violenta repressão às ações contrárias ao regime, principalmente os movimentos guerrilheiros. Com a prisão e exílio dos sobreviventes, as estratégias dos que aqui permaneceram foram bastante alteradas. Estavam mais ligadas as vivências e experiências cotidianas dos manifestantes do que a tomada do poder.

Dentro deste quadro, o uso da imprensa teve papel fundamental na legitimação do grupo e principalmente do discurso proposto pelo grupo. Como instâncias socialmente reconhecidas, as matérias e notas deram visibilidade ao Palmares e o conseqüente reconhecimento. A publicação do caderno especial no jornal ZH em 1972 respaldou as ações do grupo em nível estadual. Já no ano seguinte, através das páginas do Jornal do Brasil inicia a fase de reconhecimento nacional, consolidada com a publicação de um manifesto em 74 no mesmo jornal.

A relação do Palmares com a imprensa pode ser analisada em dois momentos distintos. Inicialmente, os veículos eram utilizados para publicar o resultado das pesquisas sobre personagens negros da história do Brasil e os convites para encontros e apresentações. Depois do primeiro ato evocativo ao 20 de novembro, os jornais passam a ser utilizados para divulgar as idéias e propostas do Palmares a fim de que as pessoas fizessem um exercício de reflexão e, principalmente, reverem suas posições. Também buscavam, com isso, a adesão cada vez maior se não ao grupo, as suas idéias.

Reafirma-se aqui o caráter subversivo das propostas e da postura do grupo frente à estrutura e a conjuntura da sociedade brasileira do período. Tendo a cultura, a história e a imprensa como campo de disputa, suas propostas defendem modificações na estrutura social, econômica e também política. Suas referências para construção discursiva também se impunham como contrárias à ideologia hegemônica por romper as fronteiras do nacional, buscando referências e contatos na diáspora.

As principais transformações propostas e buscadas pelo Palmares encontram-se na esfera sócio-econômica, com a possibilidade de ocupar novos lugares sociais dos que os concedidos historicamente. A proposta mantém-se até hoje como *devir*, por alterar o lugar de memória do negro na história da formação social brasileira.

Na esfera política, a principal questão colocada é o enfrentamento de pressupostos basilares da ideologia e da ditadura militar, principalmente a de cultura e integração nacional. Ao imporem a existência de uma cultura negra, rompem com a possibilidade de um projeto cultural único. Também por provarem a falta de igualdade social colocam em questionamento os pressupostos de relações raciais democráticas e da possibilidade de cidadania plena.

Apesar dos órgãos de segurança militares e os intelectuais, ligados ao regime e defensores da historiografia tradicional, terem monitorado a mobilização negra, não



conseguiram dimensionar a modificação estrutural que estava se iniciando. Preocupados com ações concretas, como as ocorridas nos Estados Unidos ou na África do Sul, ignoraram a força do simbólico como mobilizador e transformador de uma sociedade. Não apreenderam portanto a dimensão subversiva da proposta, que culminou com a reorganização dos negros brasileiros em torno de uma idéia resignificada de quilombo.

A afirmação de uma identidade negra iniciada na década de 70, também, pelo Palmares e principalmente o caráter de militância resistente tornou-se referência para os grupos negros surgidos a partir de então. Durante a década de 80 foram muitas as ações realizadas, destacando-se os protestos em 1988, cem anos da abolição. Na década de 90, os protestos foram estruturados em torno dos 300 anos da morte de Zumbi, em 1995. Essa postura de luta e resistência culminou, entre outras coisas, na criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e do Estatuto da Igualdade Racial, ainda em tramitação no Congresso, em nível nacional, e no documento levado pela comitiva brasileira à Conferência de Durban, promovida pela ONU em 2000, em nível internacional. As questões que abrangem os últimos anos do século passado e todas as conseqüências da reorganização do movimento negro na década de 70 abrem espaços para outros estudos acadêmicos.

Conclui-se, portanto, que o movimento negro moderno, iniciado em meio à ditadura, redirecionou o processo de integração do negro na sociedade brasileira, buscada desde a abolição. Rompendo com uma tradição, forjada pelos grupos hegemônicos, de integração pela assimilação [branqueamento], propõe um viés negro para negociar sua inclusão social e o acesso à cidadania, através da construção de uma identidade étnica afro-referenciada.

Também que o discurso construído pelo Palmares se contrapôs ao discurso estruturante da sociedade brasileira e também o da conjuntura ditatorial, adotando um

caráter subversivo. Colocaram-se contra o oficialismo ao defenderem a substituição do 13 de maio [Dia das Raças] pelo 20 de novembro [Dia do Negro]; ao proporem uma revisão da historiografia; ao afirmarem um herói não reconhecido [Zumbi]; ao romperem com o conceito de nacional para definição de cultura; ao manterem-se ligados a ideologia de esquerda, apesar da perseguição do estado; ao utilizar-se da imprensa [espaço de domínio dos discursos hegemônicos] para propagar suas idéias; e, por fim, ao recriarem uma “África brasileira”, contrariando o pensamento eurocêntrico hegemônico, defendido pelas elites, em todas suas instâncias de poder, como forma de dominação.

No entanto, a ação do Palmares não se tratava de uma iniciativa solitária, apesar do isolamento do grupo por um determinado tempo. O discurso elaborado e defendido pelos integrantes encontrou repercussão, ecos e paralelos quando da aproximação de outros grupos negros que também buscavam espaços para se reorganizar em diferentes lugares do Brasil. A proximidade dos discursos era tal que foram unificados quando da fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), depois renomeado como Movimento Negro Unificado (MNU).

A maior realização do MNU em seu processo de organização foi à instituição, em 1978, do Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro. Projeto este que havia sido iniciado no começo da década por quatro jovens negros em sua busca da possibilidade de *ser negro* e de ter o *direito à cidadania brasileira*, elementos constituintes da *dupla consciência*, estruturadora da nova identidade étnica. Proposta essa que surgiu a partir de encontros e discussões na Rua da Praia. O território transicional, localizado no centro de Porto Alegre, tornou referência depois do desaparecimento dos territórios negros tradicionais da capital, conseqüência do projeto de urbanização da cidade.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, Sérgio. **Os descaminhos da tolerância**. O afro-brasileiro e o princípio da Igualdade e da Isonomia no Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.
- AGUIAR, Douglas Vieira. **Guetos urbanos: habitação e centralidade em Porto Alegre**. Instituto de Registro Imobiliário do Brasil. Boletim Eletrônico nº 754. São Paulo, 29/07/2003. (<http://www.irib.org.br/salas/boletimel754c.asp>)
- ALVES, Antônio de Castro. **Os Escravos**. Porto Alegre: LPM Editora, 1997.
- ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. **A utopia fragmentada**. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia** : notas comparativas sobre hibridação, segmentação e mobilização política de índios e negros. In: *Horizontes Antropológicos*. UFRGS.IFCH.PPGAS . Ano 6, n.º 14. Porto Alegre: PPGAS, 2000.
- AZEVEDO, Ana Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**; o negro no imaginário das elites – século XIX. RJ: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Thales. **Democracia Racial**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. RJ: Zahar Editores, 1976.
- BARRETO, Raquel Andrade. [POR] **Uma militante do movimento negro nos registros do DOPS**: Lélia Gonzales, o movimento negro brasileiro e a repressão política. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. PUC/Rio, 2004.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**. SP: Editora Anhembi, 1955.
- BEIER, Roger. **África para os africanos**. Provocações Marginais. Metáforas. Edição 10. Ano1. [01/09/2005] Consultado em [www.metaphoras.com.br/ed10/provocacoes/](http://www.metaphoras.com.br/ed10/provocacoes/)
- BERMAN, Paul. **A Tale of Two Utopias**: The Political Journey of the Generation of 1968. WWNorton & Company, 1996.

- BERND, Zilá. **A questão da negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. **O que é negritude?** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BITTENCOURT JR., Iosvaldyr Carvalho. **A esquina do Zaire - territorialidade negra urbana em Porto Alegre** in *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE Porto Alegre, 1995 (Caderno Porto & Vírula, nº11)
- BORGES, Nilson. **A doutrina de Segurança nacional e os governos militares**. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos**. São Paulo: Cia das letras, 1994.
- CAMPOS, Cláudia de Arruda. **Zumbi, Tiradentes e outras histórias contadas pelo Teatro de Arena de São Paulo**. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1988.
- CARDOSO, Hamilton R. **O Resgate de Zumbi**. Lua Nova. Cultura e Política.vol.2, no. 4, janeiro- março. 1986.
- \_\_\_\_\_. **Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra do Brasil - reflexões**. in SADER, Emir (Org.). *Movimentos Sociais na transição democrática*. SP: Editora Cortez, 1987.
- CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. **Religiões negras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo**. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *A aventura (auto) biográfica – teoria e empiria*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidade**. Estudos Ibero-americanos. Porto Alegre: Pucrs, v. XXVIII, n.1, junho 2002, p.183-194.
- COUTO E SILVA, Golbery de. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil – mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/USP, 1986.
- DIAS, Lucy. **Anos 70: enquanto corria a barca**. São Paulo. Editora Senac, 2003.
- DORNELES, Beatriz. **Porto Alegre em destaque: história e cultura**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- DREIFUSS, Renné Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

- EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. **O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda.** In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares: Subsídios para a História.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938a.
- \_\_\_\_\_. **Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra: 1687-1709.** São Paulo: CEN, 1938b.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais** – contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista do Observatório Social de América Latina*, nº 16. Buenos Aires, Agosto, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira.** São Paulo: Anhambi, 1958.
- \_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Editora Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_. **O mito da democracia racial.** In: SEFFNER, Fernando. *Presença Negra no RS.* Cadernos Porto e Vírgula. Porto Alegre: SMC, 1995. p.23
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral: um inventário das diferenças.** IN *Entrevistas: abordagens e usos da história oral.* RJ: FGV, 1994.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente.** Identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- FREITAS, Décio. **Palmares, a guerra dos escravos.** Porto Alegre: Editora Movimento, 1973.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos : decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.** 12. ed. Rio de Janeiro : Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Negritude, mística sem lugar no Brasil.** Boletim do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, p. 16-23, abr./jun. 1971.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARVALHO, Aline Vieira de. **Palmares, ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GERMANO, Iris Graciela. Iris Graciela Germano. **Honolulu, Brasil e Etiópia: o imaginário social e o negro no carnaval de Porto Alegre (décadas de 20, 30 e 40).** 1999. 0 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Orientador:* Sandra Jatahy Pesavento.

- GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOMES, Pedro Gilberto. **Tópicos de Teoria da Comunicação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1997.
- GONZALES, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora marco Zero, 1982.
- GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.
- GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Combatendo o racismo: Brasil, África e Estados Unidos**. Revista Brasileira de Ciências sociais. Vol.14, nº 39. Fevereiro de 1999.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade – a rede ‘gaúcha’ no nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.
- \_\_\_\_\_. **Da Diáspora**. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003b.
- \_\_\_\_\_. **Identidade Cultural e Diáspora**. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24, 1996.
- HERSKOVITS, Melville J. **Os “Parás” de Porto Alegre**. In: CARNEIRO, Edson. *Antologia do negro brasileiro*. RJ: s/e, 1967.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLFELDT, Antônio (org.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A fermentação cultural da década brasileira de 60**. Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 11, dezembro 1999. semestral.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque; GONÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- JACOBI, Pedro R. **Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidade**. in SADER, Emir (Org.). *Movimentos Sociais na transição democrática*. São Paulo: Editora Cortez, 1987.
- KELLNER, Douglas. **Cultura da mídia**. Bauru: Edusc, 2001.

- KERSTING, Eduardo H. de O. **Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: A Colônia Africana (1890-1920)**. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, 1998.
- LEFEBVE, Henri. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- MAIO, Marcos Chor. **A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1997.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.
- MAXWELL, Roberto. **Um pequeno release sobre a história da banda e do Movimento Black Rio**, 01/07/2004.  
([http://www.robertomaxwell.blogger.com.br/2004\\_07\\_01\\_archive.html](http://www.robertomaxwell.blogger.com.br/2004_07_01_archive.html))
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- MNU. **1978-1988, 10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: (s.n.), 1988.
- MONTES, Maria Lúcia. **Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia**. In: QUEIROZ, Renato de; SCHWARCZ, Lílían Moritz. *Raça e Diversidade*. São Paulo: Estação Ciência/USP, 1996.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia e cultura Brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Rebelião da Senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Dialética racial do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Ltda, 1994.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Estratégias e políticas de Combate ao racismo**. SP: Edusp, 1996.
- NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira. Utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A moderna tradição brasileira**. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- PEIXOTO, Afrânio. **A esfinge**. In *Romances Completos*. RJ: Aguilar, 1962.

- PESAVENTO, Sandra J. **Os Excluídos da Cidade** in *Presença Negra no RS in Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE Porto Alegre, 1995 (Caderno Porto & Vírula, nº11)
- \_\_\_\_\_. **Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. Rev. Bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo, Sept. 1999.
- PILLAGALLO, Oscar. **O Brasil em sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- PIMENTEL, Spency. **O livro vermelho do Hip-Hop**. 1997 (disponível em <http://www.realhiphop.com.br/olivrovermelho/>)
- PITA, Sebastião Rocha. **História da América Portuguesa**. Desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa, 1730.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade – seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.
- PORTELLA, Eduardo. **África: colonos e cúmplices**. Rio de Janeiro, Prado, 1961.
- PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. **Carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria da Cultura, 1992.
- PROST, Antoine; VINCENI, Gerard orgs. **História da Vida Privada**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- QUEIRÓZ, Suely Robles de. **Escravidão negra em debate** In : FREITAS, Marcos C. de (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo, Ed. Ática, 1993.
- RAMOS, A. **O negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Artista da revolução, do CPC a era da Tv. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança**. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Editora nacional; Brasília, Editora da UNB, 1982.
- RÜDIGER, Francisco. **Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **Zumbi**. São Paulo: Moderna, 1986.
- SANTOS, Milton. **O trabalho da geografia no Terceiro Mundo**. SP: Editora Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. SP: Editora Hucitec, 1994.



- \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira.** SP: Editora Hucitec, 1996a.
- \_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão.** SP: Editora Hucitec, 2000.
- SARTRE, Jean Paul. **Reflexões Sobre o Racismo** – Reflexões Sobre a Questão Judaica/Orfeu Negro. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- SCHOUTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão.** Uma história da política norte americana em relação a América latins. Bauru: Edusc, 2000.
- SCHWARCZ, L. M.. **Nem Preto nem Branco, Muito pelo Contrário Cor e Raça na Intimidade.** in. SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Vol.4, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política, 1964-69.** In: *O pai de família e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SCMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado:** o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SILVA, Joselina. **A União dos Homens de Cor:** aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, 2003, n. 2.
- SILVA, Martiniano José da. **Racismo à brasileira** – raízes históricas. SP: Thesaurus Editora, 1987.
- SILVA, Salomão Jovino da. **A polifonia do protesto negro.** Movimentos culturais e musicalidades negras urbanas anos 70/80 - Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História. PUCSP, 2000.
- SILVA, Sormani da. **Jovens negros na década de 70 no Rio de Janeiro:** um olhar sobre a “Black Rio” e a possibilidade de novos sujeitos sociais. 26ª Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. GE: Afro-brasileiros e Educação. Disponível em <http://www.anped.org.br/26/posteres/sormanidasilva.rtf>
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho - uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo, seus reflexos no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- TEIXEIRA, Jerônimo; MALTZ, Bina; FERREIRA, Sérgio. **Antropofagia e Tropicalismo.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna.** Teoria social crítica na era dos Meios Comunicação de Massa. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. RocketEdition eBooksBrasil. Janeiro de 2000. (disponível em [www.ebooksbrasil.org/eLibris/militar2.html](http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/militar2.html))

TRINDADE, Solano. **De poemas duma vida simples**. São Paulo: (s.n.), 1944.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras Brasileiras**. Itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VIANNA, F. J. Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1956.

## **Entrevistas**

BARCELLOS, Vera Daisy. Trajetória pessoal. [17/03/2006]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: residência.

CORTES, Antônio Carlos. Grupo Palmares. [14/05/2004]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: por telefone.

\_\_\_\_\_. Trajetória pessoal. [31/05/2005]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: escritório de advocacia.

DIEGUES, Carlos. O filme sobre Palmares. [03/01/2006]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: por e-mail.

GARCIA, Alexandre. Matérias sobre o Grupo Palmares. [24/11/2005]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: por e-mail.

LIMA, Waldemar de Moura, Pernambuco. Trajetória pessoal. [21/03/2006]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: residência.

MACHADO, Helena Vitória dos Santos. Trajetória pessoal. [15/09/2005]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: por e-mail.

SILVA, Ilmo. Trajetória pessoal. [14/09/2005]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: residência.

SILVEIRA, Oliveira. Grupo Palmares. [14/05/2004]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: por telefone.

\_\_\_\_\_. Grupo Palmares e movimento negro. [04/12/2004]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: Hotel Embaixador.

\_\_\_\_\_. Trajetória pessoal. [23/08/2005]. Entrevistador: Deivison Campos. Porto Alegre: Casa de Cultura Mário Quintana.

## **Periódicos**

CORREIO DA MANHÃ. **Fora!** Rio de Janeiro, 1º/04/1964. Disponível em <http://www2.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>

CORREIO DO POVO. **Homenagem.** Porto Alegre, 21/08/1971.

\_\_\_\_\_. **Luiz Gama e as “Trovas Burlescas”.** Porto Alegre, 22/08/1971.

ESPECIAL. **Há 40 anos mudando a vida do leitor.** Zero Hora. Porto Alegre, 04/05/2004.

FOLHA DA TARDE. **Grupo “Palmares” homenageou poeta abolicionista Luís Gama.** Porto Alegre, 23/08/1971.

FOLHA DA TARDE. **Zumbi, a homenagem dos negros do teatro.** Porto Alegre, 17/11/1971.

GARCIA, Alexandre. **Negro no sul não quer mais abolição como data da raça.** Jornal do Brasil, 13/05/1973.

\_\_\_\_\_. **Manifesto reafirma a busca da integração.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20/11/1974.

JORNAL DO BRASIL. **Editorial.** Rio de Janeiro, 31/03/1964. Consultado em <http://www2.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>

JORNAL TIÇÃO. Porto Alegre, ano I, outubro de 1980.

REVISTA TIÇÃO. Porto Alegre, nº 1, ano I, março de 1978.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, nº 2, ano II, agosto de 1979.

REVISTA VISÃO. **Entrevista.** Rio de Janeiro, agosto de 1976.

REVISTA ZH. **Os quilombos de Palmares.** Zero Hora. Porto Alegre, 19/11/1972.

SILVEIRA, Oliveira. **A epopéia de Palmares.** Correio do Povo. Porto Alegre, 20/11/1971.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Editorial.** Rio de Janeiro, 1º/04/1964. Consultado em <http://www2.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>.

## Consultas

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

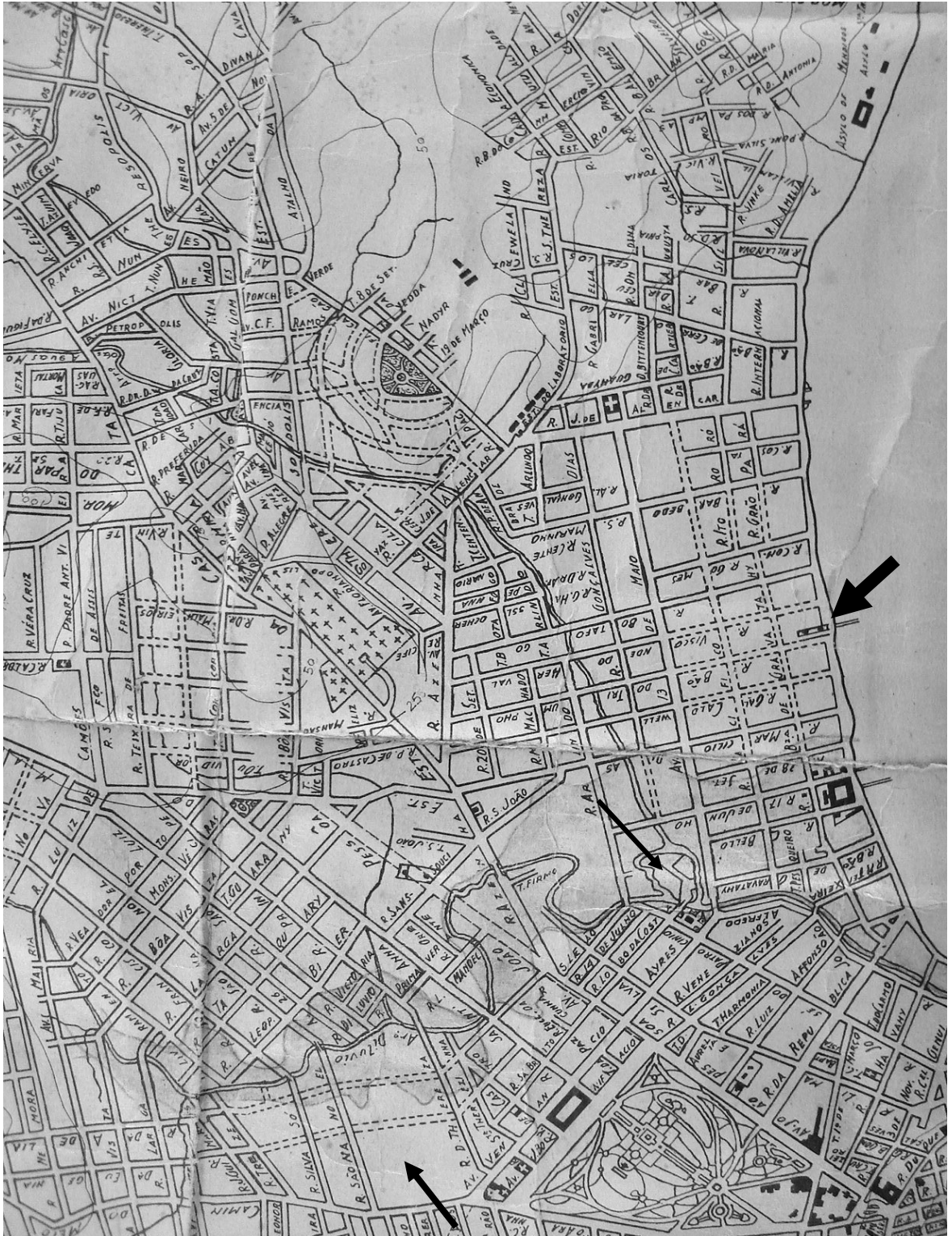
Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê - [www.ileaiye.com.br](http://www.ileaiye.com.br)

**ANEXO I:**

**MAPAS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

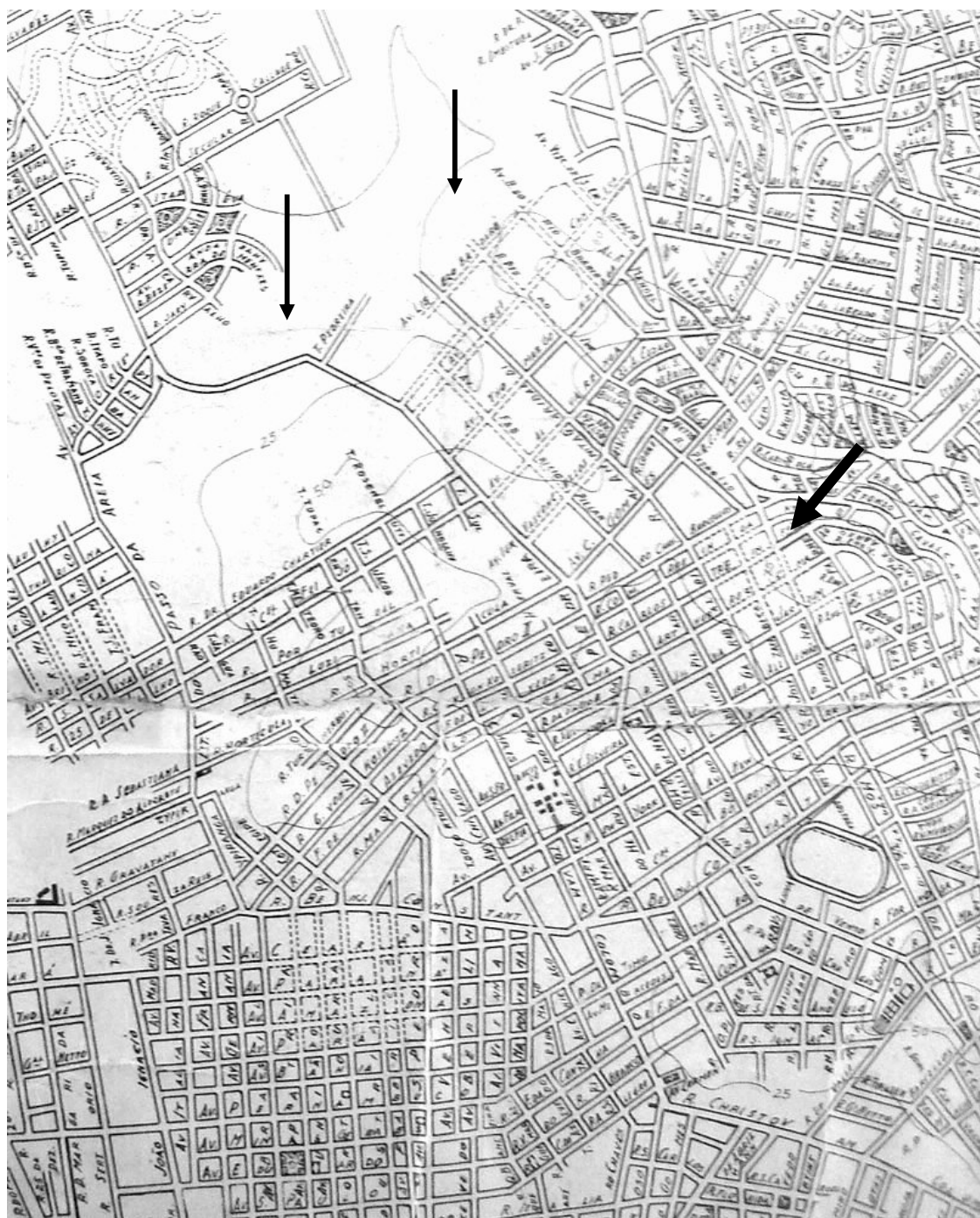
**Planta da Cidade de Porto Alegre 1932. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.**

Detalhe do Areal da Baronesa. Setas demonstram trechos não urbanizados. À direita o Areal da Baronesa. No centro, a Ilhota e, à esquerda, na indicação de seta, área não urbanizada no entorno do arroio Dilúvio.



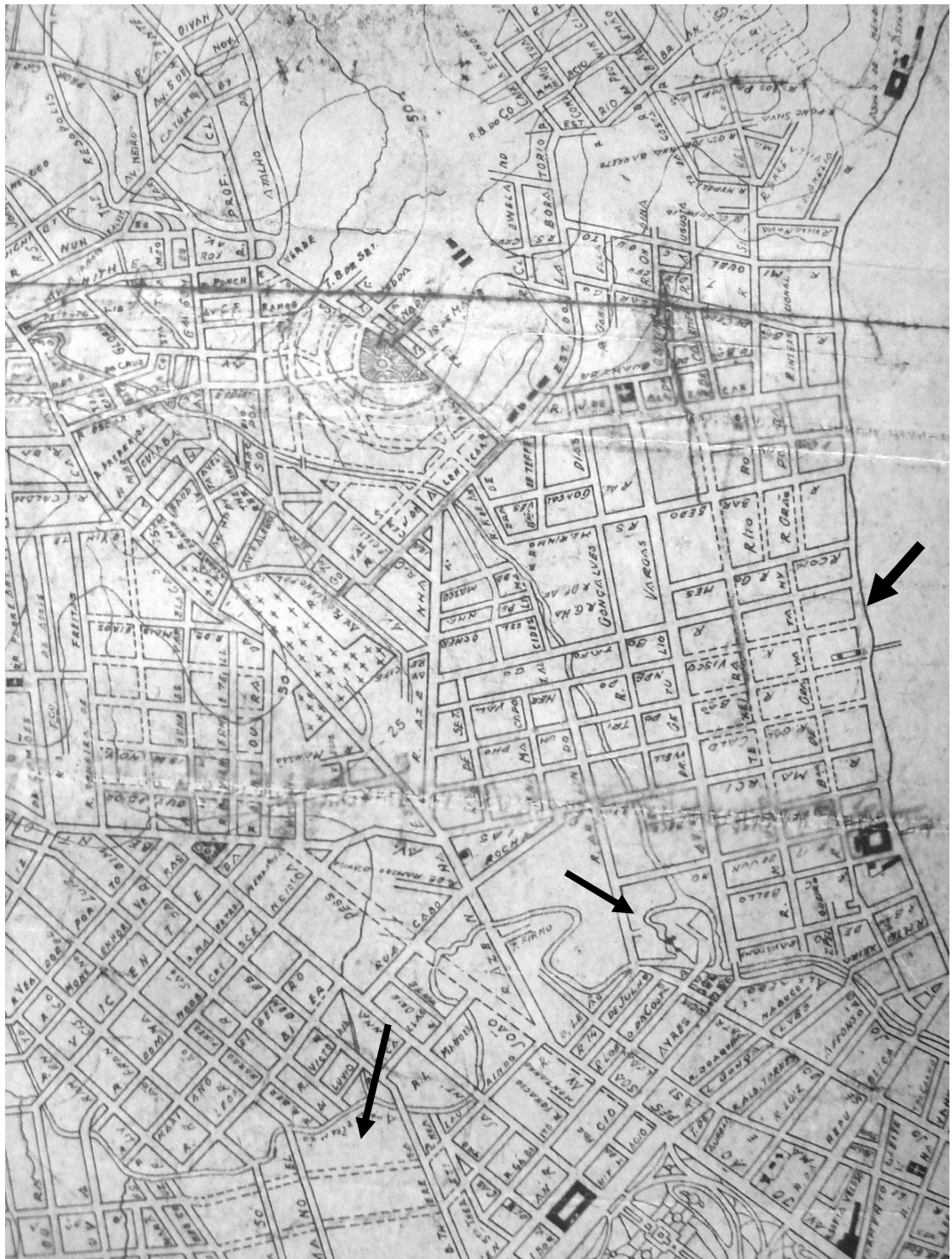
**Planta da Cidade de Porto Alegre 1932. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.**

Detalhe da região da antiga Colônia Africana. À direita, ruas do bairro Mont'Serrat ainda não urbanizadas. No centro, o bairro Três Figueiras e à esquerda, as indicações de vazios na região.



**Planta da Cidade de Porto Alegre 1935. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.**

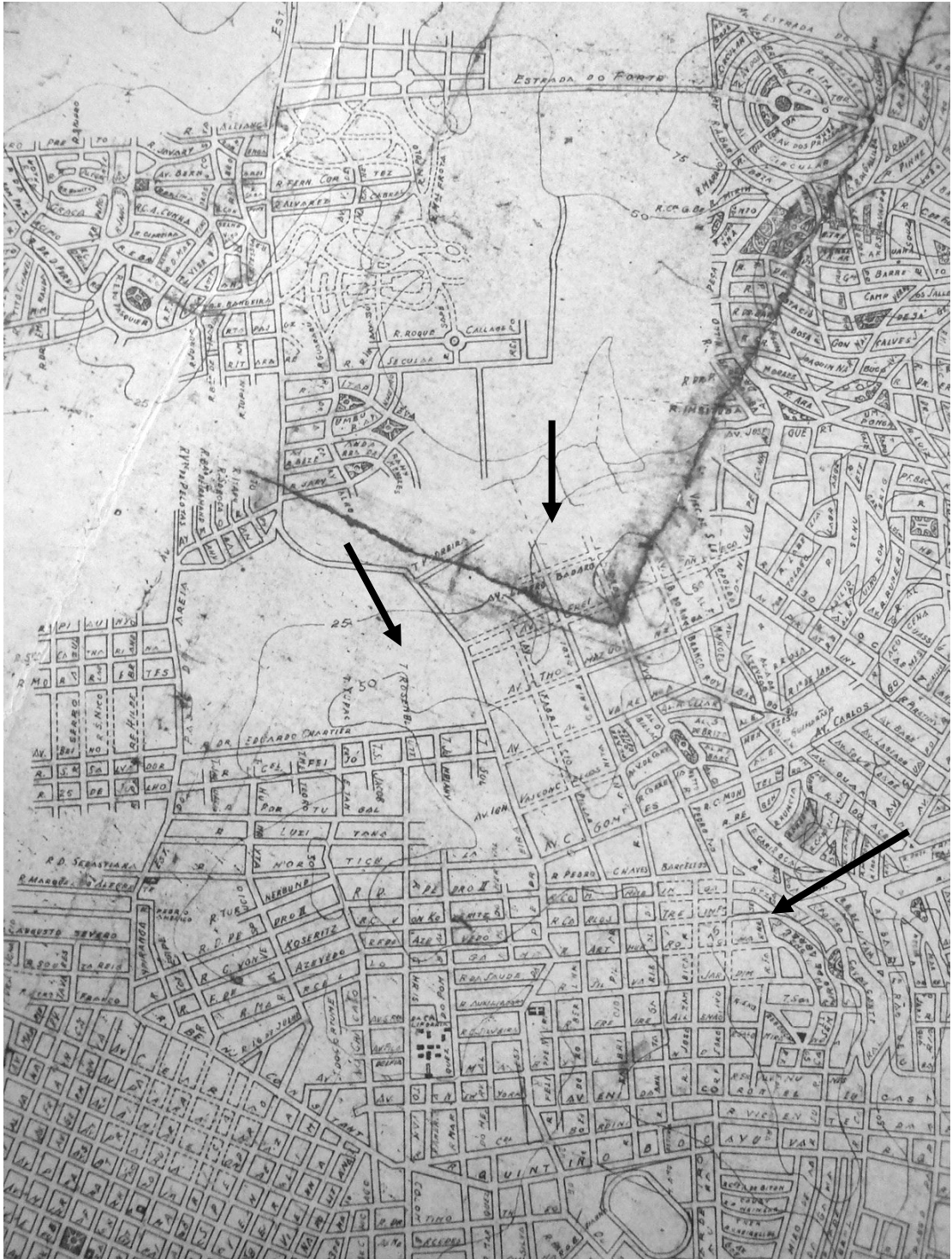
Detalhe do Areal da Baroneza e região. Indicações, da direita para esquerda, a região projetada do Areal, a Ilhota e os vazios o entorno do arroio Dilúvio.





**Planta da Cidade de Porto Alegre 1935. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.**

Detalhe da região da antiga Colônia Africana. Da direita para esquerda, área projetada no bairro Mont´Serrat, no Três Figueiras e o vazio no entorno.





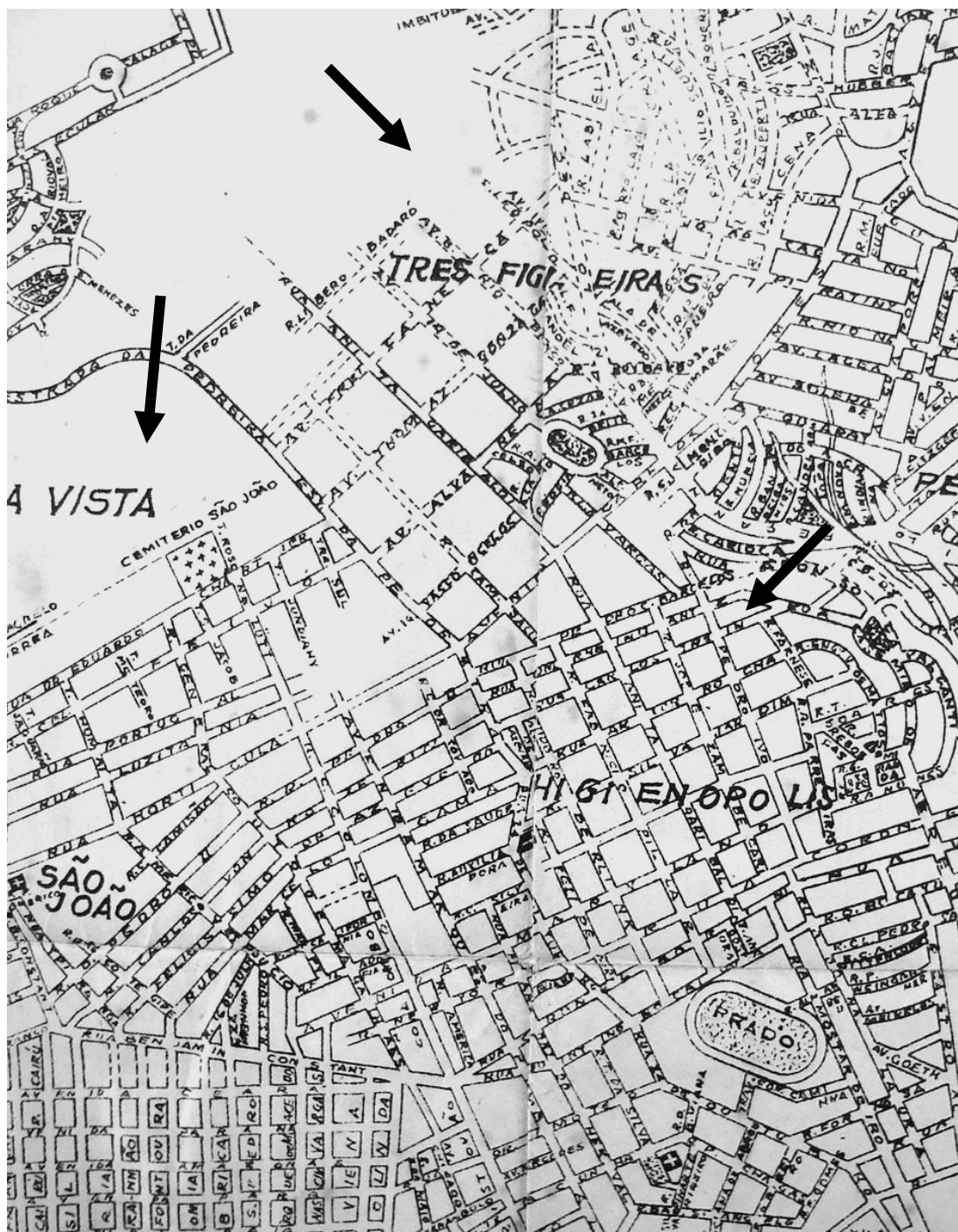
**Planta da Cidade de Porto Alegre 1945. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho.**

Detalhe da região do Areal da Baroneza. Da direita para esquerda. Areal começa a ser urbanizado, assim como o projeto do aterro. No centro, o projeto de extensão da Ipiranga e projetado o fim da Ilhota. À direita, o projeto de urbanização de região próxima ao Dilúvio que também é assoreado.



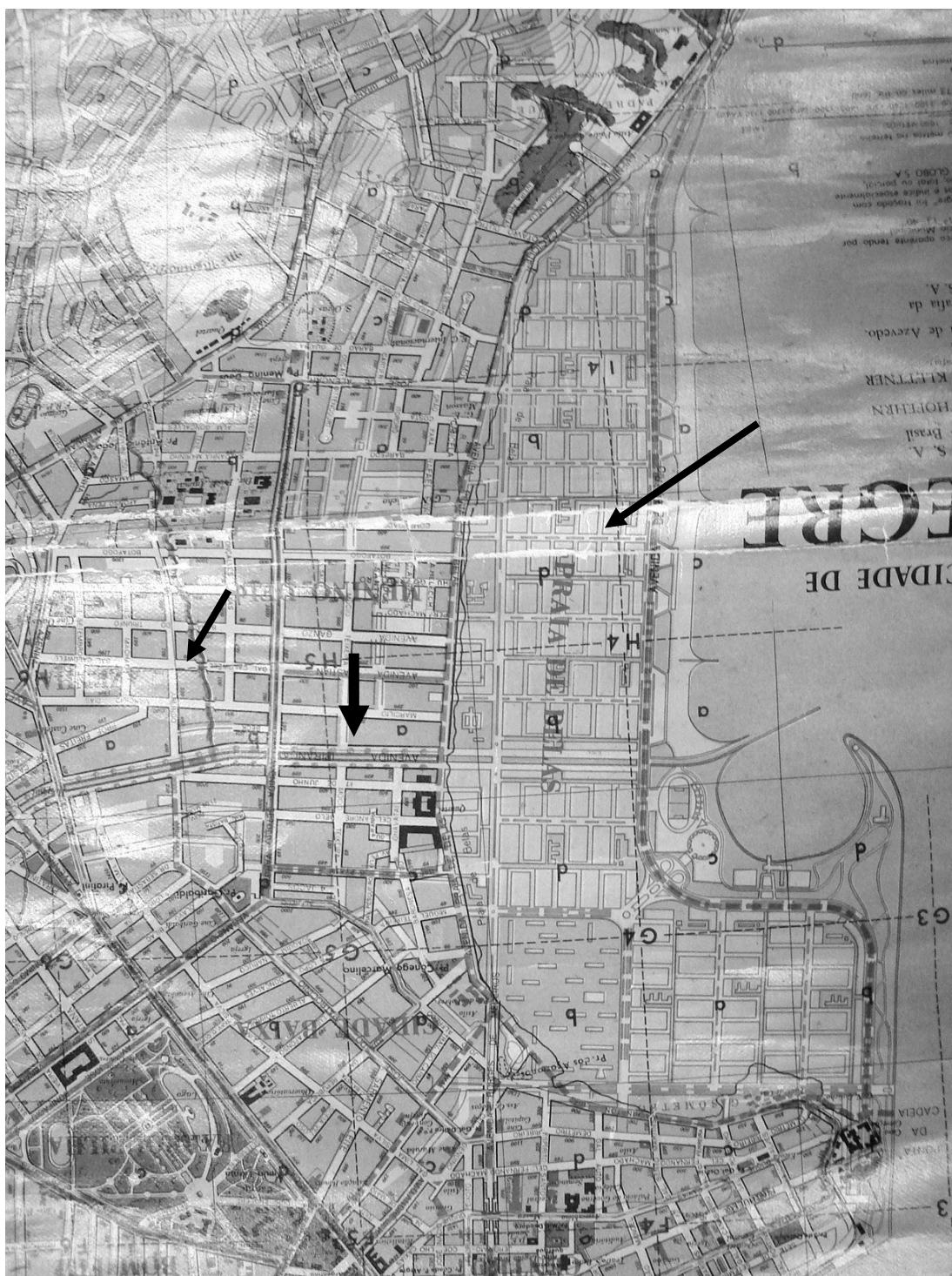
**Planta da Cidade de Porto Alegre 1945. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho.**

Detalhe da região da antiga Colônia Africana. Da direita para esquerda: Mont'serrat urbanizado. No centro o Três Figueiras permanece projetado e os vazios no entorno.



**Planta da Cidade de Porto Alegre 1964. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.**

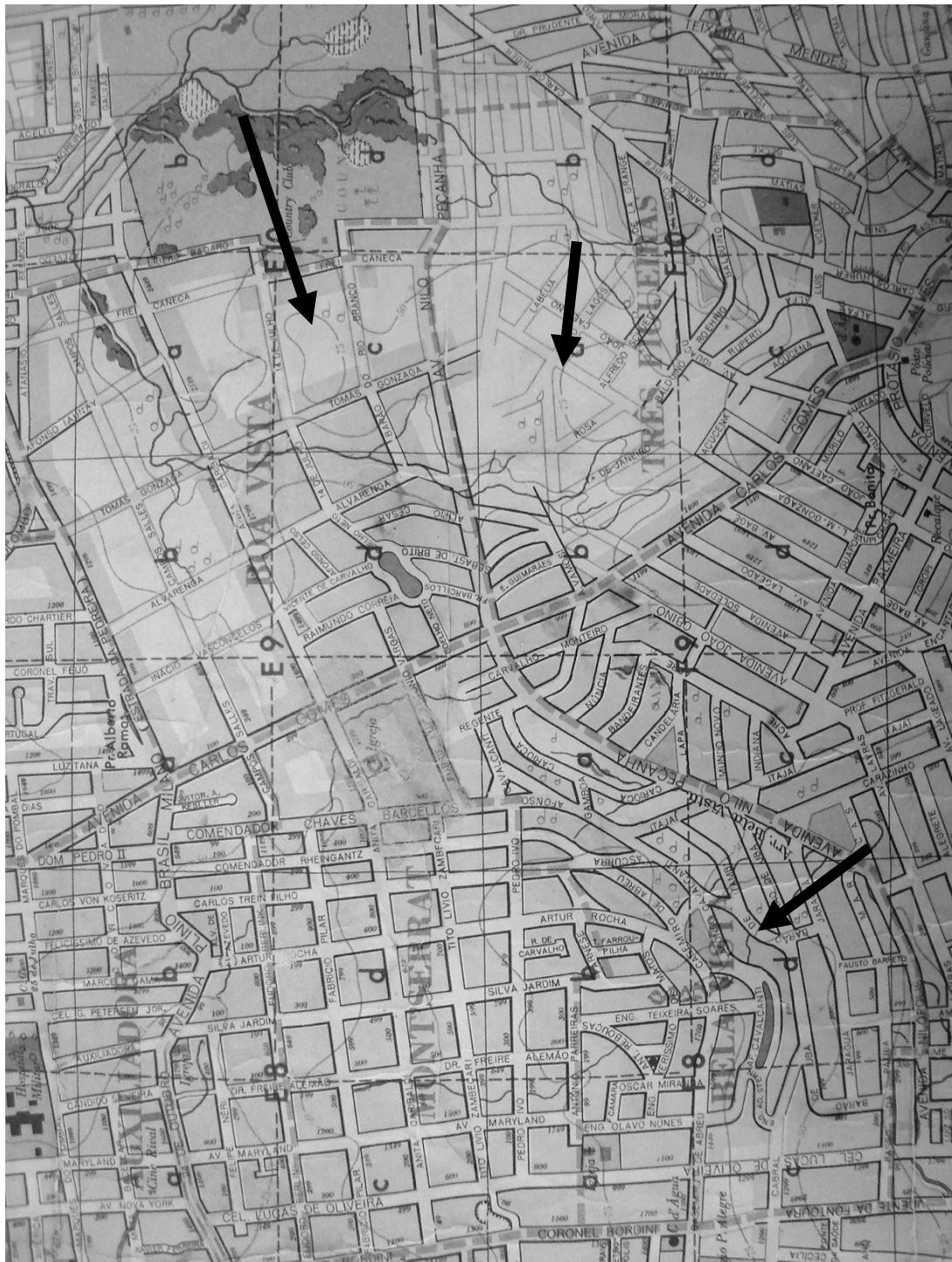
Detalhe da região do Areal da Baroneza. Da direita para esquerda. O aterro, com o projeto de urbanização do local e o Areal já urbanizado. No centro, a Avenida Ipiranga e à direita a região onde seria construída a avenida Érico Veríssimo e assoreado o arroio, concluindo o projeto de urbanização da Ilhota.





**Planta da Cidade de Porto Alegre 1964. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho.**

Detalhe da região da antiga Colônia Africana. Da direita para esquerda, os bairros Rio Branco e Mont´Serrat já urbanizados, o Três Figueiras mantém ainda regiões projetadas e os vazios, antes registrados, à esquerda, começam a ser ocupados pelo Country Club e algumas ruas.



**ANEXO II :**  
**DOCUMENTOS DO GRUPO PALMARES**

Licença tirada pelo Grupo Palmares, junto a Polícia Federal, para a realização do primeiro ato evocativo ao 20 de Novembro.

ROTEIRO DO ATO COMEMORATIVO EM HOMENAGEM A PALMARES

20 de novembro de 1971

Exposição da pesquisa:

Abertura:

Visão dos negros africanos para o Brasil.  
Panorama da escravidão.

A fuga e a formação dos quilombos.

Diferença entre quilombo e mocambo.

Invasão holandesa ao Brasil e suas expedições contra Palmares.

Outras expedições.

Queda de Ganga Zumba e ascensão de Zumbi.

Participação de Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira da Melo.

A queda da cercagem de Macaco.

A morte de Zumbi.

Cronologia.

Bibliografia.

Conclusão.

A seguir a palavra será colocada à disposição da assistência para pronunciamentos sobre o assunto da solenidade.

Serão apresentados os poemas seguintes: "Saudação a Palmares", de Castro Alves, e "Canto aos Palmares", de Solano Trindade, o primeiro por alunos do Col. Est. Cândido José de Godói e o segundo por Antônio Carlos Cortes, ~~xxxxxx~~ Oliveira Silveira e possivelmente mais dois componentes do grupo - Vilmar Nunes e Nara Helena Medeiros <sup>Scars</sup> Vieira.

Apresentarão o trabalho em geral Oliveira Silveira, Vilmar Nunes, Antônio Carlos Cortes, Nara Helena Medeiros Scars e Anita Habad.

*Oliveira Silveira*

Ministério da Justiça  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
TÍTULO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS  
ESTE PROGRAMA SOMENTE PODE SER ALTERADO COM CONHECIMENTO ANTECIPADO DESTA TOR (DK)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
TÍTULO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS  
M. J.  
DIVERS. 1005/1007/1008/1009  
APROVADO  
Otto Dias Machado Filho  
Chefe de Seção

## Projeto de estatuto elaborado pelo Grupo Palmares.

O projeto conta com duas páginas nº 2, em função de correções e alterações que foram realizadas para redação final

### ESTATUTO DO GRUPO PALMARES

#### CAPÍTULO I

##### DENOMINAÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º - O "GRUPO PALMARES", fundado em 20 de julho de 1971, é uma associação cultural sem fins lucrativos, com duração indeterminada, sede e foro em Porto Alegre e com as seguintes finalidades:

- a) promover estudos sobre história, arte e outros aspectos culturais, particularmente com relação ao negro e ao mestiço de origem negra;
- b) estimular o interesse cultural do indivíduo afro-brasileiro;
- c) promover apresentações artísticas, tais como teatro, espetáculos lítero-musicais, coro falado;
- d) promover palestras, conferências, comemorações, seminários, festivais, congressos e outras formas de atividade cultural;
- e) fazer publicações de trabalhos relacionados com suas finalidades;
- f) procurar, pela cultura, auxiliar o elemento de origem negra a participar do processo social brasileiro consciente de seus valores históricos e culturais;
- g) realizar intercâmbio com outros grupos ou entidades.

#### CAPÍTULO II

##### DIRETORIA

Art. 2º - O Grupo Palmares será administrado e representado judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, por uma Diretoria com mandato eletivo de 1 ano assim constituída:

- a) Coordenador Geral
- b) Secretário
- c) Tesoureiro

Parágrafo único - Cada um dos membros da diretoria poderá convidar auxiliares para suas tarefas.

Art. 3º - É atribuição do Coordenador Geral coordenar todas as atividades do grupo, na forma em que forem planejadas e aprovadas em assembléias.

Art. 4º - São atribuições do Secretário elaborar atas, cuidar da correspondência e da divulgação, arquivar a documentação e conservar

.....

sob sua guarda todo o material pertencente à entidade.

Art. 58 - É atribuição do Tesoureiro cuidar das finanças e economia do grupo, tomando todas as providências para bem cumprir essa atribuição.

### CAPÍTULO III

#### DOS SÓCIOS E DA ASSEMBLÉIA

Art. 62 - Os sócios que assinam a ata de fundação são considerados sócios fundadores.

Art. 72 - São considerados sócios efetivos todos os componentes do grupo.

Art. 82 - Os sócios fundadores e os demais associados constituem a assembleia geral que, reunida, elegerá a diretoria, decidirá sobre as atividades do grupo, as proposições da diretoria e admissão de novos sócios, apreciará a prestação de contas e terá força para reformar este estatuto, se for o caso.

Art. 92 - A Assembleia Geral decidirá, inclusive no caso de reforma do estatuto, por maioria simples, com a presença de 2/3 dos associados em primeira convocação e com qualquer número em segunda convocação, uma hora após ou em outra data.

Art. 102 - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade.

### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - O Grupo Palmares retirará seus recursos financeiros das doações e da contribuição mensal, em dinheiro, paga pelos associados.

Art. 13 - A entidade poderá ser extinta quando assim for decidido na forma do art. 102.

Art. 14 - Em caso de dissolução da entidade, seus eventuais recursos financeiros e patrimônio reverterão em benefício da Santa Casa de Misericórdia.

Porto Alegre,



cuidar da correspondência e da divulgação, arquivar a documentação e conservar sob sua guarda todo o material pertencente à entidade.

Art. 5º - É atribuição do Tesoureiro cuidar das finanças e economia do grupo, tomando todas as providências para bem cumprir essa atribuição.

Art. 6º - É atribuição do Coordenador de Estudos organizar e coordenar os trabalhos de pesquisa quer sejam individuais ou em equipes; promover a apresentação dos resultados; convidar pessoas para realizar palestras, participação em debates, painéis, etc..

Art. 7º - São atribuições do Coordenador Artístico coordenar todas as providências para a realização das apresentações teatrais e artísticas em geral do grupo, convidando diretor e demais pessoal, reunindo elenco, providenciando em locais e criando condições para a boa realização do trabalho.

### Capítulo III

#### DOS SÓCIOS E DA ASSEMBLÉIA

Art. 8º - Os sócios que assinam a ata de fundação são considerados sócios fundadores.

Art. 9º - Os sócios fundadores e os demais associados constituem a assembleia geral que, reunida, elegerá a diretoria; decidirá sobre as atividades do grupo, as proposições da diretoria e a admissão de novos sócios; apreciará a prestação de contas e terá força para reformar este estatuto, se for o caso.

Art. 10º - A Assembleia Geral decidirá, inclusive no caso de reforma do estatuto, por maioria simples, com a presença de 2/3 dos associados em primeira convocação e com qualquer número em segunda convocação, uma hora após ou em outro dia.

Art. 11 - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade.

### Capítulo IV

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - O "Grupo Palmares" retirará seus recursos financeiros de doações e da contribuição mensal, em dinheiro, paga pelos associados.

Art. 13 - A entidade poderá ser extinta quando assim for decidido na forma do art. 10.

Art. 14 - Em caso de dissolução da entidade, seus eventuais recursos financeiros e patrimônio reverterão em benefício do Hospital São Pedro.

Porto Alegre, 21 de setembro de 1971.

**ANEXO III:**

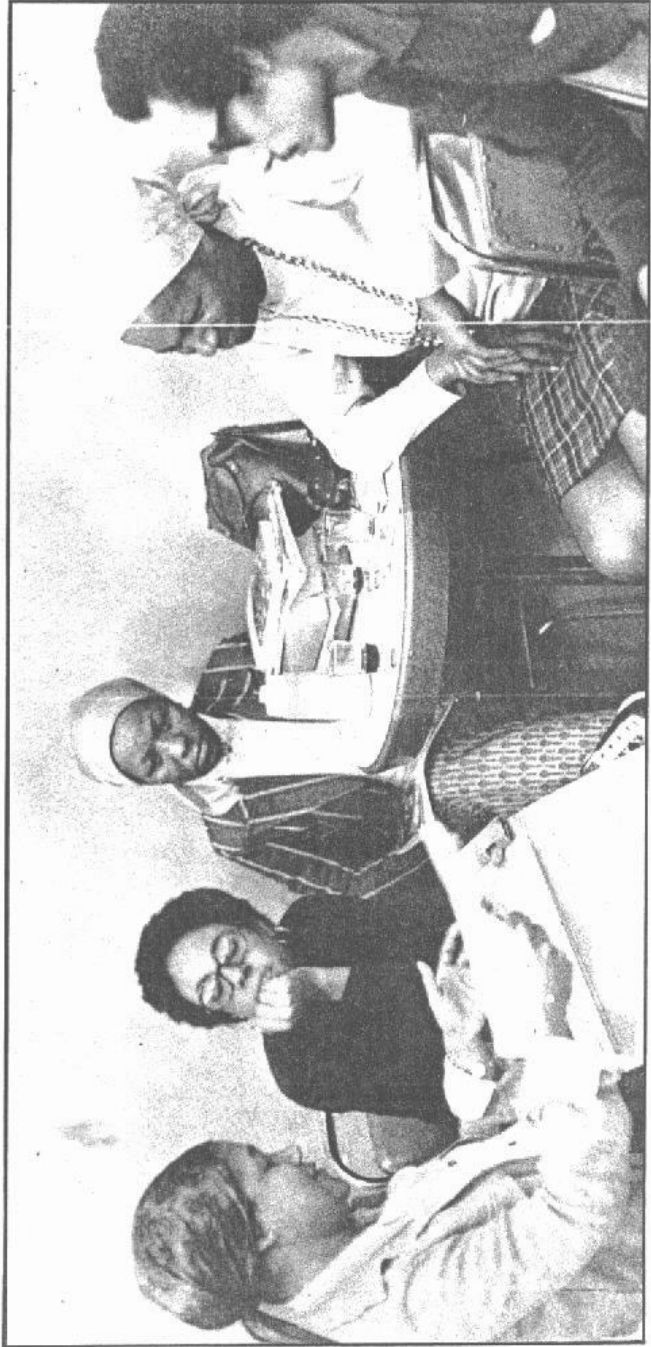
**MANIFESTOS DO GRUPO PALMARES PUBLICADOS NA IMPRENSA**

**Manifesto de 1972. Publicado no Jornal Zero Hora de Porto Alegre, em 19/11/1972.**

**GRUPO PALMARES DE P. ALEGRE** (esta é a posição de seus integrantes)

Entendendo que está em Palmares - e não em 13 de Maio - o momento mais significativo da história negra no Brasil, alguns elementos negros resolveram reunir-se em julho/agosto do ano passado e formar aqui em Porto Alegre o **Grupo Palmares**. A intenção, ao escolherem o nome, era de homenagem aquilo que é a maior afirmação da dignidade humana, da capacidade do homem negro e sua valorização da liberdade.

Evocar Palmares hoje, três séculos depois, significa motivar-se para uma perspectiva frente à realidade atual do negro. Esse o sentido da inclusão, nesta revista, do presente depoimento, redigido por **Helena Vitória Machado**, coordenadora atual, discutido e aprovado pelo grupo.



Reunião do Grupo Palmares - uma reunião, meses

A integração do negro é assunto que está se convertendo num dos temas de maior impacto para a consciência política do mundo de hoje. Nele se envolvem professores, eruditos, intelectuais negros e brancos, políticos e agitadores. Suas raízes e implicações, sua explicação e justificação são um largo processo, que nasce no antigo, com uma continuidade permanente mas que foi superada pelos desvios e confusões da historiografia oficial. Nós criamos sob mitos históricos certas reservas quanto a vultros situados na oposição, a ponto de ignorarmos totalmente nossas raízes culturais.

A existência, por quase um século, de uma república negra livre, no litoral nordeste, por exemplo, é fato pouco divulgado e bastante deformado no próprio Brasil.

Medido na escala histórica, do século XVII, isto é, considerando o fato de que Portugal era das primeiras nações colonialistas do mundo e Pernambuco a Região mais rica da colônia brasileira, a revolta de Palmares assume importância muito superior à atribuída pela historiografia brasileira. Essa rebelião, por si, só, sobressai como o acontecimento mais importante na história de Pernambuco (segunda metade do século XVII) e como um dos mais sérios problemas que a administração lusitana enfrentou no Brasil - a própria Martinópolis reconhecia francamente que a extinção da rebelião tinha importância comparável à expulsão dos holandeses do Nordeste.

Ainda assim, o movimento de Palmares, na história oficial, foi tratado antes como fenômeno de repressão tribal ("ação civilizadora") do que como protesto social, como busca de afirmação dos direitos humanos de honra e dignidade.

A escravidão e suas consequências deixaram o negro em um estado de inferioridade econômica e cultural, debilitando também seus vínculos familiares

Além disso, ficou uma forte tradição de adaptação à autoridade paternalista, daí o protótipo de negro servil e ingênuo. Na realidade, o resultado mais direto foi que os negros tiveram muito poucas oportunidades para auto-afirmar-se e mil razões para aprender e depreciar-se.

**O SENTIDO DE UMA AÇÃO GRUPAL**

Partindo desses aspectos e tendô como pacífico.

—Que o ponto fraco mais grave é a falta de uma base teórica realmente firme e o reconhecimento da tradição histórica dará rumo à busca de uma ideologia negra; - que reafirmando e reconquistando sua cultura ele será negro, e visto como tal, irá se impor como ser humano completo.

Foi estruturado o Grupo.

Se considerarmos que o negro é herdeiro de uma cultura diferente temos que convir que ele precisa ter consciência disso e certamente, uma volta às origens, trará como proveito um enriquecimento cultural.

Esses conceitos envolvem implicações de toda a ordem, provocando o surgimento das mais diversas correntes de atuação e ataque no problema negro. Assim, quando se alimenta a formação de uma cultura afro/americana, corre-se o risco de vê-la demasiadamente submetida aos conflitos provocados pela discriminação e então deturpar-se sua orientação. Talvez o processo ideal para a busca de um passado negro seja desenvolver paralelamente o ajuste da cultura ocidental aos propósitos da raça.

Na sua atuação, o Grupo tem sempre procurado um enfoque de integração no sentido de conscientização, isto é não se trata só de encontrar meios para denunciar o racismo, mas fazer um negro descobrir sua missão: cumprí-la ou traí-la.

Não mais convence a batallada integração racial, comumente pensada em termos de alienação de si mesmo, de adoção dos padrões estéticos brancos. (o negro é um branco incompleto?)

Por outro lado, a oposição à idéia de desenvolver o trabalho aliado a elementos brancos, se apoia num conjunto de motivos complexos:

—Primeiramente, um impedimento de ordem psicológica, na possibilidade de criar uma consciência coletiva negra com ajuda branca.

—Já que se trata de desmascarar a mentira mais importante da questão: "os negros, é inerente à raça, só podem fazer o mesmo que os brancos se ajudados por eles" (mito da superioridade branca), só os negros poderão transmitir a idéia revolucionária da capacidade negra de realizar por si mesmos.

No entanto, afirmar que o branco não pode captar totalmente o impacto do racismo e suas manifestações na consciência negra, não significa excluir totalmente qualquer possibilidade de trabalho em conjunto. Uma posição tão radical só terá um efeito: acentuar mais ainda o sentido de desigualdade do

mundo branco contra ele. Restringimos a aliança quanto às faixas em que o negro precisa se superar, adquirir responsabilidade coletiva, dignidade como indivíduo.

Temos bem presente que a adoção de táticas estrangeiras segundo os moldes norte-americanos, como o retorno à África, são simplesmente formas de integração radicais, ditadas por circunstâncias muito diversas da nossa realidade nacional.

**PERSPECTIVAS DE AÇÃO**

O objetivo é criar uma força negra, que fale das necessidades de uma raça oprimida, usando as palavras que se impuserem, sem temer as pressões que a taxem separatista ou racista. A experiência negra transcende ao nacionalismo. Negro ou branco que adquirir uma mentalidade científica não dará chances a ódios "raciais e a melhor maneira de revelar a consciência política-social do negro é estender suas perspectivas além das fronteiras da nação, para que enxergue o problema em escala mundial.

Isso não quer dizer que se procure um plano geral infalível, uma fórmula exclusiva, pois as táticas são sempre ditadas pelas circunstâncias históricas. Se o grupo tem métodos próprios, são resultados da discussão dessas circunstâncias. Se inicia um programa, parte sempre da dupla realidade: carência de educação e apatia do homem negro. Logo, não pode realizar uma lógica total de autodeterminação negra, mas pode, isso sim, ajudar a comunidade a:

— Definir suas necessidades.

— Ter consciência de sua força.

— Preparar para que a ação se realize por meios que ela irá eleger.

É difícil assumir o encargo de enfrentar o problema do negro com uma solução global. Ainda assim, cabe-nos um certo número de abordagens, principalmente aquelas que forem decorrentes de nosso conhecimento cada vez mais pormenorizado ou mais claro, do papel do negro nesta sociedade, suas responsabilidades, e os limites do seu campo de ação, o grau de agressividade que lhe cabe empenhar (omissos por modestia ou por incuria?).

Por isso, nossa entrada no problema precisa ser consciente, com posições claramente assumidas de quem quer contribuir e, por isso compreender para melhor realizar.

Entrevista publicada no Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1973.

## *Um negro não quer mais Abolição como data da raça*

Porto Alegre (Sucursal) — A data de 13 de maio não merece as comemorações que recebe, como dia da Abolição da Escravatura, ou Dia da Raça, porque o negro não tem porque se ufanar dela. O verdadeiro dia nacional do negro é o 20 de novembro, aniversário da morte heróica do Zumbi dos Palmares, símbolo da capacidade criadora e orgulho da raça.

A idéia é do Grupo Pal-

### História e mitos

Para o Grupo, o negro não conhece a sua própria história, porque a História do Brasil foi feita pelo branco, e, com relação aos negros, teria sido muito mal-contada. Valoriza pontos que não são os mais importantes, como o 13 de Maio, e diminui, até no tempo de duração, episódios como os dos quilombos, que teriam sido o momento mais importante da história do negro no Brasil.

A gente é criada com certos mitos históricos que nos conduzem a aceitar a Abolição como um ato de benevolência do branco, e não como realmente foi, uma consequência das pressões econômicas da época — explica a arquiteta Helena Machado, integrante do Grupo. A Abolição,

### Abolição sem programa

O poeta e professor Oliveira Silveira, coordenador do Grupo Palmares, acha que a campanha abolicionista teve seus méritos. "Inclusive ela foi feita também por negros, como André Rebouças, Luis Gama e José do Patrocínio. Esses não tiveram outros interesses, mas alguns estavam pouco conscientes do papel do negro, como José do Patrocínio, que chegou a ajoelhar-se e beijar a mão da Princesa Isabel, chamando-a de a loira mãe dos brasileiros. O seu entusiasmo fê-lo esquecer que era uma obrigação dela assinar a Lei."

— Mas nem a Abolição, nem a República que veio depois, modificaram a situação do negro, que até piorou — Intervém a universitária Marli Carolino. A população negra saiu da escravidão para a liberdade

mares, criado em Porto Alegre em 1971, com a finalidade de levantar o patrimônio histórico e cultural do negro, "para que ele conheça a verdadeira história do seu povo no Brasil, e, sacudindo seus complexos, passe a participar de outra maneira na sociedade brasileira, consciente do seu valor — o que é diferente de uma integração à custa da sua alienação cultural."

antes de ser uma dádiva, foi uma necessidade econômica. Ela teve inúmeras outras causas, mas provavelmente a última e a menor foi a do sentimento de humanitarismo.

Segundo Helena Machado, o braço escravo, na época, já não interessava, porque a sociedade estava se transformando rumo a uma industrialização, onde valia mais a mão-de-obra especializada do imigrante do que o braço do negro inculito. Por outro lado, havia o movimento republicano, que o Império desejava esvaziar, tirando-lhe a bandeira do abolicionismo. Afora isso, existiam as pressões externas, da Guerra do Paraguai e da política inglesa contra o comércio de escravos.

sem que tivesse preparada para isso. Nenhuma medida oficial foi adotada para integrar o negro à sociedade, e ele permaneceu marginalizado, disputando subempregos. E piorou também a situação do negro quando a sua equiparação legal ao branco gerou o preconceito.

Para Oliveira Silveira, a Abolição pouco valor histórico tem porque nada trouxe de novo ao negro, que continuou vivendo nas condições sócio-econômicas em que vivia como escravo, "e até piores, pois houve casos em que ex-escravos voltavam para seus ex-senhores, que lhes davam casa e comida, em troca de trabalho." A falta de um programa de integração, junto com a Lei Aurea, manteve o negro inferiorizado.

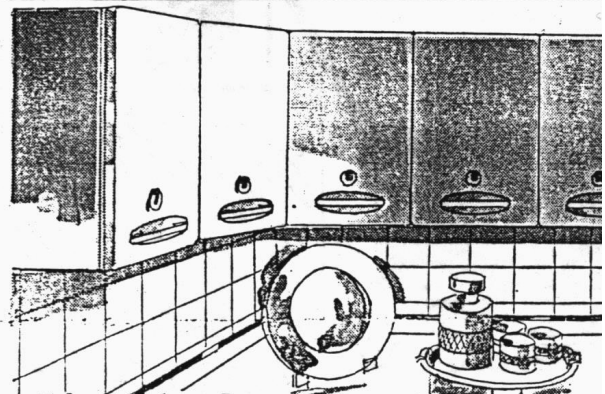


O Grupo Palmares propõe 20 de novembro como o verda-

# Sears Festival

## Compre Agora

### Use As Facilidades





porou — intervem a universitária Marli Carolino. A população negra saiu da escravidão para a liberdade...

Quilombo dos Palmares

O Grupo Palmares sugere então que se comemore o Dia da Raça ou o Dia Nacional do Negro em 20 de novembro, para lembrar o Quilombo dos Palmares, que durou um século, até 1695.

— Esse foi o momento mais glorioso da história do povo negro no Brasil e, infelizmente, a nossa historiografia o diminui no tempo e até na apresentação dos fatos principais, como a morte do Zumbi, sobre a qual até Jorge Amado se engana, no seu Jubiabá — diz Oliveira Silveira.

Central do... X -> X -> ? -> X -> (um só)

A assistente social Antônia Carolino — outra integrante do grupo — conta que na verdade Zumbi não se jogou de um penhasco, na serra dos Macacos, mas foi morto muito mais tarde, atraído por um mulato, que o apunhalou pelas costas. Ao morrer, lutando, Zumbi ainda matou dois

inimigos, entre os quais o traidor. "É lamentável que o negro só receba da História motivos para se depreciar, e não conheça o seu passado heróico" — acrescenta ela.

O Quilombo dos Palmares, entre Alagoas e Pernambuco, representou um século de liberdade para uma civilização de 30 mil negros dentro de um país que ainda era colônia. Dos seus reis, se conhecem dois: Ganga-Zumba e Zumbi. Eles chegaram a enfrentar sete dos mais famosos chefes militares da época, enviados pelos senhores de engenho e pelos Governos, e os venceram.

— A morte de Zumbi simboliza a luta do negro pela sua própria libertação, que é bem diferente do passivo recebimento de uma liberdade-dádiva — pensa o Grupo.

Vencer complexos

— Na verdade — explica Helena Machado — o negro sempre reagiu à escravidão, e não a aceitou passivamente. Hoje, é fácil enganá-lo com histórias de Pai João e Mãe Preta, mas em realidade o negro não foi dócil ao regime escravo. Houve quilombos em todo o Nordeste, no Estado do Rio, em Goiás, em Mato Grosso, em São Paulo e até no Rio Grande do Sul. Na Bahia, as mulheres chegaram a pegar em armas, lideradas por Luísa Maimã, a mãe de Luís Gama.

Hákin

De acordo com o Grupo Palmares, é tomando consciência desses fatos que o negro fica sabendo que ele tem uma história de que se orgulhar, e vai participar de outra maneira da sociedade brasileira, autovalorizando-se, o que é uma atitude mais positiva do que integrar-se às custas da sua alienação cultural.

— "Ao se orgulhar de ser negro, ele vai superar seus complexos, que vão cair por terra quando ele lembrar Palmares" — diz o líder do Grupo.

— Hoje em dia, o grosso da população negra ainda está marginalizado — diz Marli Carolino — e apenas uns poucos negros conseguiram um lugar melhor graças ao seu esforço pessoal, depois de derrubar duas barreiras: a do próprio sen-

timento de inferioridade e a do preconceito.

Segundo ela, até hoje o negro está sofrendo os reflexos do regime escravagista. A arquiteta Helena Machado julga que, embora o negro não tenha sido infelizado depois da Abolição, o mínimo que deveria haver é uma disposição dos Governos para permitir que ele trabalhe sem pressões.

O Grupo Palmares é composto de 12 negros, universitários ou de nível superior, que se reúnem semanalmente para debater e apresentar idéias ligadas ao estudo do patrimônio histórico e cultura do negro no Brasil. Suas conclusões são divulgadas em palestras nos clubes Floresta Aurora e Marçílio Dias, onde também realizam atos comemorativos ao 20 de Novembro. Mas eles ainda buscam um modo de popularizar suas pesquisas, com vistas a uma maior resposta no terreno social.

Helena Machado esclarece que o grupo não tem maiores afinidades com o movimento americano Black Power:

— Nos Estados Unidos há preconceito e repressão violenta, por isso a reação é violenta. Aqui, o que existe, é um preconceito velado, a ponto de dizerem que não há. Nosso trabalho é de conscientização cultural.

Advertisement for Sears' Center de Decoração. Includes the word 'Fracalanza' and an illustration of a living room with a sofa and a person sitting. Text: 'CENTRO DE DECORAÇÃO SEARS GRÁTIS - Completa orientação pela nossa equipe de projetistas-decoradores profissionais. Executamos projetos e orçamentos sem compromisso de sua parte. Solicite uma visita à sua residência. E "aquela" a mais que o Sears faz!



Journal do Brasil - RJ 13-5-1973

SATISFAÇÃO GARANTIDA OU SEU DINHEIRO DE VOLTAR! SE A COMPRA NÃO AGRADAR, NÓS TROCAMOS OU REEMBOLSAMOS

Manifesto de 1974. Publicado no Jornal do Brasil no dia 20 de novembro de 1974.

## Zumbi dos Palmares

# Manifesto reafirma a busca da integração



ALEXANDRE GARCIA  
DA SUCURSAL DE PORTO ALEGRE

*Porto Alegre (Sucursal)* — Grande parte da atual geração negra brasileira vive numa séria alienação, ignorando que é herdeira de uma cultura diferente da que lhe impõe o branco. Muitas vezes tentam inculcar-lhe aquela idéia de docilidade representada por figuras como o *pai-joão*, a *mãe-preta*, o culto à Princesa Isabel e ao 13 de Maio.

A manifestação integra o depoimento do Grupo Palmares, desta Capital, exprimido a propósito do 279.º aniversário da morte do Zumbi, último rei do estado de

Palmares, ocorrida em 20 de novembro de 1695. O Grupo Palmares é integrado por sociólogos, advogados, arquitetos, professores, universitários e estudantes do 2.º grau, que há alguns anos trabalham "para dar um novo enfoque à tão falada *integração racial*".

### ACOMODAÇÃO

Segundo o Grupo Palmares, a integração racial no Brasil tem muito de alienação de si mesmo, porque o negro esquece o pas-

sado, justamente no que ele tem de mais valioso. "Negam-lhe acesso aos seus justos e eloquentes motivos de orgulho e dignidade, que se expressam fundamentalmente na atitude honrada da reação constante e reiterada à escravidão. Ocultam-lhe o alto significado dos quilombos ou mocambos e das revoltas urbanas, movimentos que ocorreram sempre, ao longo de toda a história da escravatura e em todas as regiões brasileiras onde havia massa escrava".

Para o Grupo, grande parte da atual geração negra brasileira perdeu seu quadro de referências, ignora que é herdeira de uma cultura diferente, vivendo numa séria alienação que facilita a "acomodação da raça". Existem mesmo mecanismos específicos que propiciam comportamentos padronizados. Não tendo, como outros grupos étnicos, a proteção da tradição histórica, assimila o sistema de valores do branco, esquecendo seus próprios valores. Frequentemente a meta é o casamento inter-racial, a fim de que seus descendentes não encontrem as mesmas barreiras à aquisição do status social.

#### TOLERANCIA

Essa situação, livre de tensões raciais aparentes, é resultado da marginalização social do negro e do mulato — diz o manifesto. Normalmente se confunde uma "tolerância" existente na esfera social com igualdade racial. Sabendo que essa "tolerância" varia com o branqueamento, o negro classe média rejeita a identidade racial com a massa de nível mais baixo, buscando como indivíduo, ser exceção à regra. A adoção desses esquemas de comportamento propicia a tal ponto a ascensão vagarosa e constante de indivíduos negros, que dá substância à crença de igualdade de oportunidades na ascensão social.

— Neste 20 de novembro, quando se completam 279 anos da morte de Zumbi, o heróico líder de Palmares, nada mais oportuno que lembrarmos aquele estado negro livre que, existindo num país colônia por quase um século, não só testemunhou a

capacidade criadora da raça, mas, principalmente, nos deixou uma mensagem viva de liberdade e de luta pelos direitos humanos.

#### DESMISTIFICAÇÃO

O Grupo pondera que Palmares, tendo sido um sistema social, econômico e político em que o objetivo básico era a igualdade entre seus membros, tem importância muito maior do que a atribuída normalmente pela historiografia oficial. "Os fatos históricos ligados a Palmares são pouco divulgados e bastante deformados no próprio Brasil. Existe o preconceito de que falar em Palmares é ser subversivo. Um dos motivos é o fato de a esquerda brasileira ter-se valido algumas vezes de Palmares. Entretanto, a própria historiografia marxista foi omissa ou insuficiente em relação a esse episódio e às demais rebeliões, quando tentou equacionar as linhas-mestres de nossa história."

Portanto — continua o manifesto — há uma necessidade urgente de desmistificar a luta palmarina e as demais rebeliões negras. É preciso conhecer e permitir que o negro se conheça pelo seu lado digno, que reencontre o que a cultura acadêmica apagou e desvalorizou, estabelecendo a justiça histórica. Sugerimos aos historiadores, aos autores de livros didáticos, aos professores, a revisão dos conteúdos relativos a Palmares e outros movimentos negros. Na bibliografia brasileira o assunto não teve muitos enfoques e é de um gaúcho a mais abrangente análise da epopéia palmarina: *Palmares — a Guerra dos Escravos*, de Décio Freitas.

O Grupo Palmares finaliza classificando a manifestação como "uma tentativa de alerta no sentido de reavivar as verdadeiras raízes culturais do negro brasileiro", e recomenda, "para que não persista a visão errônea da história brasileira", a leitura de *A Guerra nos Palmares* (Ernesto Ennes), *O Quilombo dos Palmares*, (Edison Carneiro), *O Negro na Luta Contra a Escravidão* (Luiz Luna) e *O Negro no Pará* (Vicente Salles).



## O adeus de Ganga Zumba.

Mocambos ou qullombos são palavras usadas para designar os aldeamentos de escravos fugidos. Constituíam as mais importantes formas de reação contra o escravismo no Brasil. Palmares não foi um mocambo ou qullombo, mas a reunião de mais de 10 dessas povoações, formando o conjunto um verdadeiro Estado negro, que dominou praticamente todo o século XVII no Nordeste brasileiro.

Macaco (Capital), Andalaquituche, Zumbi, Dambrabanga, Aqualtune, Tabocas, Amaro, Acotirene e Gongoro estão entre as principais cidadelas. Em Palmares, os negros — que já fugiam para lá antes mesmo de 1600 — resistiram a cerca de 40 expedições enviadas pelo Governo da Capitania, por ordem da Coroa portuguesa, e pelos senhores de engenho, além de duas expedições mandadas pelos invasores holandeses. Plantando cana, dedicando-se a outras culturas, aproveitando-se dos recursos naturais e inclusive trabalhando o ferro, o povo negro de Palmares chegou a somar entre 20 e 30 mil habitantes. Seus reis conhecidos foram Ganga Zumba e Zumbi.

Segundo pesquisa histórica do Grupo Palmares, Ganga Zumba aceitou uma paz traiçoeira, o que motivou a discórdia, voltando os palmarinos à luta, sob a liderança de Zumbi. Os partidários deste assassinaram Ganga Zumba. Depois de anos de resistência, os mercenários Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira de Melo conseguiram, em 1694, destroçar Macaco (célebre pelo episódio dos negros caindo ou se jogando pelo precipício). Zumbi se salvou naquela oportunidade, mas em 20 de novembro de 1695 foi cercado graças à traição de um ex-companheiro e, em inferioridade numérica, morre lutando heróica e bravamente contra um pelotão.

**ANEXO IV:**  
**MINI-HISTÓRIA DO NEGRO BRASILEIRO**

mini história

# DO NEGRO BRASILEIRO

grupo palmares

GRUPO PALMARES  
do negro para o negro

**MINI-HISTÓRIA DO NEGRO BRASILEIRO**  
2ª Impressão

Edição do Grupo Palmares  
Porto Alegre  
1976

#### 1. PROCEDÊNCIA. ENTRADA NO BRASIL

O negro, segundo se afirma, entrou no Brasil por volta de 1530, na condição de escravo. É controvertido o problema da sua procedência, isto é: de que pontos da África eram originários os negros vindos para o Brasil. O fato de serem embarcados em um porto como o da Guiné, por exemplo, não permite concluir que fossem naturais dali. As expedições adentravam-se bastante para fazer capturas e muitos dos próprios chefes negros vendiam aos traficantes prisioneiros feitos por eles.

#### 2. ATIVIDADES. PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA

Iniciado o tráfico, o negro, trazido nos famosos navios negreiros, foi distribuído para diversos pontos do território nacional. Vinha para Recife, Bahia ou Rio de Janeiro, sendo levado depois para outros destinos.

O negro participou, como escravo, dos grandes ciclos econômicos do Brasil: da cana de açúcar, trabalhando nos engenhos e lavouras do nordeste; do ouro e mineração em geral, trabalhando nas minas de Minas Gerais; do ciclo do café nos cafezais de São Paulo. Foi a mola-mestra na lavoura de algodão (Maranhão), nas lavouras de todos os tipos de todo o Brasil, nos seringaais do Pará ou nas charqueadas e estâncias do Rio Grande do Sul. Na cidade, era artesão, carregador, escravo doméstico.

#### 3. O RIGOR DA ESCRAVIDÃO. OS CASTIGOS

Além do trabalho exaustivo, o escravo era submetido a um sistema de terror. O sadismo dos senhores (as mulheres eram até mais cruéis que os homens) e dos feitores exercia-se sob as mais variadas formas de castigos, tais como: o tronco, os grilhões, o cepo, os anjinhos (anéis de ferro usados para extrair confissões), gargalheira (ao pescoço), pelourinho (tronco ou coluna de pedra onde era amarrado para ser açoitado até mais de 50 vezes), marcação a ferro em brasa, castração, queimaduras ou amputação do bico dos seios, amputação dos seios inteiros e partes genitais da mulher, quebra de dentes a marteladas e outras crueldades.

#### 4. A REAÇÃO

O negro não se sujeitou passivamente à escravidão. Reagiu de inúmeras maneiras, como fuga, envenenamento de senhores ou feitores, assassinato e principalmente através de revoltas urbanas (exemplo da Bahia) ou rurais (os quilombos). A rebelião foi uma constante durante todo o período escravista.

#### 5. PALMARES

Quilombos e mocambos são palavras usadas para designar os aldeamentos de escravos fugidos. Constituíam as mais importantes formas de reação contra o escravismo no Brasil.

Palmares não foi um mocambo ou quilombo, mas a reunião de mais de dez dessas povoações ou núcleos, formando o conjunto um verdadeiro estado negro que dominou praticamente todo o século XVII no nordeste brasileiro.

Macaco (capital), Andalaquituche, Zumbi, Dambrabanga, Aquatune (ou Aqualene), Tabocas, Amaro, Acotirene, Congo estão entre as principais cidadelas. Em Palmares, os negros, que já fugiam para lá antes mesmo de 1600 resistiram a cerca de 40 expedições enviadas pelo governo da capitania, por ordem da coroa portuguesa, e pelos senhores de engenho e inclusive a duas mandadas pelos invasores holandeses. Plantando cana, dedicando-se a outras culturas, aproveitando-se dos recursos naturais e inclusive trabalhando o ferro, o povo negro de Palmares chegou a somar entre 20 e 30 mil habitantes. Seus reis conhecidos foram Ganga Zumba e, depois, Zumbi, neto de Aquatune e sobrinho de Ganga Zumba e Gana Zona. Em 1678, Ganga Zumba aceitou uma vez traçoceira, o que motivou a discórdia, voltando os palmarenos à luta, sob a liderança de Zumbi. Os partidários deste assassinaram Ganga Zumba. Depois de anos de resistência, as tropas chefiadas pelos mercenários Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira de Melo conseguiram em 1694 destruir Macaco. Neste célebre episódio, muitos negros caíram ou se jogaram pelo precipício que ladeava a cidadela. Zumbi se salvou nessa oportunidade, voltando a chefiar novos ataques, mas em 20 de novembro de 1695 foi perçado em seu reduto gramática, com um ex-companheiro e, em inferioridade numérica, morre lutando heroica e bravamente contra um pelotão.

Com isso, encerra-se a história de Palmares como o poderoso estado negro que foi, mas naquela região ainda novos movimentos de escravos iriam se verificar.

## 6. OUTROS QUILOMBOS E REBELIÕES

Além dos quilombos que formaram o estado negro de Palmares, inúmeros outros ocorreram. O negro se rebelou em todos os pontos do território nacional onde havia escravidão, ou seja, de norte a sul do Brasil. Vicente Salles, em seu livro «O Negro no Pará», cita mais de dez principais mocambos (= quilombos), ocorridos na Amazônia nos séculos XVIII e XIX. Houve fortificações no Amapá, na ilha de Marajó, outros pontos do Pará de hoje e no Maranhão. Os mais importantes foram os do Trombetas e do Curujá no século XIX. Entre estes, destaca-se o mocambo Cidade da Maravilha, assim chamado pelos quilombolas. Outro destaque é o mocambo de Alcobaca, junto ao rio Tocantins, chefiado pela «destemida mulher negra que a história guarda com simpatia sob o nome de Felipa Maria Aranha». Começou no século XVIII e continuou existindo após a abolição, havendo restos dele ainda em 1895. No Amapá, era comum a fuga para a Guiana Francesa.

No Nordeste, citam-se, por exemplo, as escaramuças do negro Camoango por volta de 1700 na região de Palmares; o quilombo do Cumbe na Paraíba (formado por palmarinos, segundo Décio Freitas; conforme Luis Luna, durou de 1725 a 1731); e o dos Papa-méis, em Alagoas. Além das insurreições urbanas de Salvador, houve inúmeros quilombos no interior da Bahia. Houve quilombos em Minas, Rio de Janeiro (Tijuca, São Cristóvão, Leblon, toda a serra dos Órgãos), São Paulo, Goiás, Mato Grosso.

Em Santa Catarina, destacam-se os da ilha do mesmo nome, objeto de estudo em livro de Walter Piazza Filho, ainda por editar.

No Rio Grande do Sul, a forma de reação ao regime escravista era geralmente a fuga — para o Prata ou para outros pontos da província. Em Porto Alegre era comum a fuga de escravos, conforme registram jornais do século passado. Mas houve também pequenos quilombos e sedições, como os de Rio Fardo e Livramento, citados por Guilherme Cesar.

Foi importante e decisiva também a participação do negro em rebeliões como a Guerra dos Mascates de Pernambuco em 1710, a conspiração dos Alfaiates na Bahia, em 1798, a Cabanagem do Pará em 1835, a Balaiada no Maranhão em 1838, ou a Cabanada em Alagoas em 1832.

## 7. REBELIÕES ESCRAVAS NA BAHIA

São extremamente significativas as insurreições dos escravos (e junto com eles também negros livres) ocorridas em Salvador. De 1807 a 1835, os negros haussas e nagôs se rebelaram através de inúmeros movimentos insurrecionais. Até mulheres participaram com destaque nessas sedições. É o caso de Luiza Mahin (mãe de Luis Gama) e da preta Zeferrina. A mais importante dessas rebeliões foi a última, tendo sido os seus heróicos líderes executados em 14 de maio de 1835.

## 10. CAMPANHA ABOLICIONISTA

O poeta e advogado Luis Gama é considerado o precursor do abolicionismo no Brasil. Outros homens de cor se destacaram depois (ao lado de muitos brancos). É o caso de José do Patrocínio, jornalista e escritor, André Rebouças, primeiro grande engenheiro brasileiro, a família Rebouças, Cruz e Souza, poeta catarinense, introdutor da escola simbolista no Brasil. As principais leis abolicionistas foram a Lei de Supressão do Tráfico em 4-9-1850, a Lei do Ventre Livre, de 28-9-1871, que, entre outros pontos, declarou livres os filhos de escravos nascidos a partir dessa data, e a chamada Lei Aurea, de 13 de maio de 1888, com a qual o Brasil foi o último país americano a declarar libertos seus escravos.

## 11. O LOGRO DE 13 DE MAIO

A abolição foi um bem para a economia brasileira e, da forma como se processou, um mal para o negro. O regime escravista estava ultrapassado e se tornara anti-econômico. O negro ficou marginalizado e abandonado à sua própria sorte.

As verdadeiras causas da abolição foram:

- os interesses comerciais e a pressão da Inglaterra;
- a pressão dos republicanos (que consideravam anti-econômica a escravidão e que usavam o abolicionismo como bandeira política, sem o real propósito de resolver verdadeiramente a situação do escravo);
- a pressão dos próprios escravos através de suas insurreições e generalizadas rebeliões;
- o desejo de conservar o regime (por parte do império).

Portanto, as causas da abolição foram ditadas por interesses de ordem política e econômica fundamentalmente. Com a abolição, o negro foi duramente enganado.

## 12. PÓS-ABOLIÇÃO — SÉCULO XX — SITUAÇÃO ATUAL — CONCLUSÕES

Com a abolição, instaurou-se o preconceito racial ou de cor como forma de isolar o negro, que ficou marginalizado socialmente, sem condições de competir como trabalhador livre. Confinado na classe pobre, sua ascensão vai-se dando muito lentamente.

Algumas manifestações dão testemunho de sua luta. Em 1892, surge em Porto Alegre o jornal *O Exemplo*, que circula com interrupções e em várias fases, até 1930 (37 anos ao todo). Em 1910, a revolta na marinha contra a lei da chibata verificada no Rio de Janeiro, foi chefiada pelo negro João Cândido. Seguem-se movimentos paulistas, a Frente Negra, surge a União dos Homens de Cor e nas últimas décadas o Teatro Popular Brasileiro e o Teatro Experimental do Negro com os nomes de Solano Trindade, poeta negro natural de Pernambuco, autor da obra «Cantares ao meu Povo» (1961), Abdias do Nascimento, dramaturgo, sociólogo e pintor, Edison Carneiro, folclorista e historiador baiano e o Guerreiro Ramos, sociólogo.

Assim como no tempo da escravidão se salientaram mestres como o Aleijadinho (escultor), o Padre José Maurício (músico) ou Machado de Assis (escritor), também hoje a raça negra continua a se fazer presente através de vários nomes de destaque.

Perduram ainda as marcas culturais do negro na religião, na arte, no folclore. São exemplos religiosos as manifestações de nação como a pajelança da Amazônia, a casa de mina do Maranhão, o xangô do Recife e o batuque de Porto Alegre; ou a macumba do Rio, a umbanda, o candomblé de caboclo. São exemplos artísticos e folclóricos o samba, o jongo, a capoeira, o maracatu, as congadas, o mocambique, reisados, o carnaval e as escolas de samba, o samba de roda, o partido alto, a comida e a indumentária baianas.

São, todos, uma prova da resistência cultural do povo negro, cujas tradições sobrevivem apesar de submetidas a perseguições no passado e a intensa ação descaracterizadora ainda hoje. O próprio negro tem sido alienado de sua história e de seus valores culturais. Informações corretas lhe são negadas e versões errôneas vêm sendo mantidas. Ele é ensinada a cultivar mãe-preta, pai-jôão, nega-fulô (símbolos de

submissão, docilidade, humildade, conformismo). Quase só sabe que seus antepassados foram escravos, o que o deixa envergonhado, humilhado, complexo. É estimulado a cultivar princesa Isabel-abolição-trezé de maio, coisas que pouco ou nada representam para ele na verdade, e que o ridicularizam, atestando a ignorância dele quanto a seu próprio passado.

E, enquanto isso, desconhece o lado mais belo e fascinante de sua história, contado em poucas e desconhecidas obras: a luta contra a escravidão em suas inúmeras formas, as rebeliões, a tremenda importância e significado de Palmares, os quilombos e sedições urbanas — tudo isso que é um atestado de heroísmo, dignidade e capacidade criadora. Tudo isso que pode e deve servir-lhe de estímulo para continuar a luta pela afirmação de seus direitos.

### Bibliografia principal:

- «O Quilombo dos Palmares», de Edison Carneiro.
- «As guerras nos Palmares», de Ernesto Ennes.
- «Palmares, a Guerra dos Escravos», de Décio Freitas.
- «Insurreições Escravas», de Décio Freitas.
- «Zumbi», revista, na coleção Grandes Personagens da Nossa História, da editora Abril Cultural.
- «O Negro no Pará», de Vicente Salles.
- «O Negro na Luta Contra a Escravidão», de Luiz Luna.

**GRUPO PALMARES:**

Antônia Mariza Carolino  
Gilberto Alves Ramos  
Helena Vitória dos Santos Machado  
Margarida Maria Martiniano  
Marisa Souza da Silva  
Oliveira Ferreira da Silveira  
Otacílio Rodrigues dos Santos  
Rui Rodrigues Moraes  
Vera Daisy Barcellos

*oficina*

**SEMI-HISTÓRIA DO NEGRO BRASILEIRO**

Pesquisa e redação: Oliveira Silveira  
Edição: Grupo Palmares  
Distribuição: Grupo Palmares e seu Círculo de Colaboradores  
Lançamento: 20-11-76

Endereço para correspondência:  
Rua Madre Ana, 99 — Glória  
90.000 — Porto Alegre — RS

Composto em Moraes & Filhos e Impresso em  
Gráfica e Editora Lux Ltda., para o  
Grupo Palmares, associação cultural.